TL295-58

"TIMOR-LESTE, TERRA DE ESPERANÇA"

II JORNADAS DE TIMOR

DA

UNIVERSIDADE DO PORTO

(De 28 de Abril a 1 de Maio de 1990)

Reitoria
UP

Com uma Introdução Histórica sobre

TIMOR-LESTE, OCUPAÇÃO E GENOCIDIO NA HORA DA DESCOLONIZAÇÃO

A. Barbedo de Magalhães
Professor Catedrático da FEUP

Reitoria
Universidade do Porto

Setembro de 1990

(Edição provisória)

AGRADECIMENTOS

A realização destas II Jornadas de Timor da Universidade do Porto foi estimulada pelo voto formulado pelo Reitor da Universidade do Porto, Professor Alberto Amaral, aquando da publicação da brochura alusiva às Iªs Jornadas de Timor da UP (realizadas de 10 a 17 de Setembro de 1989). Para o Reitor, para toda a equipa reitoral, para o Secretariado de Relações Públicas da Reitoria e para a sua Acessoria de Planeamento, e também para a Direcção da Faculdade de Engenharia da UP onde grande parte das sessões destas jornadas tiveram lugar, vão pois os nossos agredecimentos, pelo estímulo e apoio recebidos.

Sem o apoio dos grupos "Paz e Justiça para Timor-Leste" e "Comissão para os Direitos do Povo Maubere do Porto, também não seria possível a sua concretização. A estes e a todos os restantes grupos e movimentos de solidariedade que apoiaram e participaram nesta realização, os nossos agradecimentos.

Contamos, desde a primeira hora, com o apoio da Convergência Nacionalista timorense, e de cada um dos movimentos que a integra - a Fretilin e a UDT - e dos seus dirigentes em Portugal, respectivamente Abílio Araújo e Paulo Pires. Contamos também com o apoio de númerosos timorenses, a título individual, e nomeadamente de José Ramos Horta cujos contactos internacionais foram preciosos.

O GRITO (grupo de Resistência e Intervenção de Timor Oriental), apoiado pelo encenador Miguel Loureiro, deu às jornadas um conteúdo cultural muito importante, trazendo aos participantes e ao público em geral, um pouco das tradições, da música, das danças e cantares, dos jogos e também dos sofrimentos e da luta do povo timorense. Ao Grito e ao técnico de som e luz, Eduardo Brandão e aos seus colaboradores, Pedro Branco e Abílio Vinhas, é devida uma palavra muito especial de agredecimento pelo seu incansável trabalho e dedicação.

A Câmara Municípal do Porto patrocionou e deu um apoio da maior relevância à realização dos dois espectáculos do Grito. Ao seu Presidente, Dr. Fernando Gomes, à vereadora do pelouro da Animação da Cidade, Drª. Manuela Melo, ao responsável da Casa do Infante, Dr. Manuel Real e a todo o pessoal camarário que constribuíu, e tanto, para estes espectáculos, o nosso reconhecimento.

Estamos gratos à Fundação Engº António de Almeida, que patrocinou também esta realização, à Embaixada dos Estados Unidos da América e a todos os que de algum modo apoiaram a realização destas jornadas.

Foram os participantes, muito mais importantes e numerosos do que prevíamos inicialmente, quem deu ás jornadas o seu valioso conteúdo, projecção e significado. De destacar a presença oficial de uma importantíssima representação da Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da Situação de Timor, com deputados de todos os grupos parlamentares, liderada pelo seu Presidente, o deputado António de Sousa Lara, e de personalidades de tanto relevo quanto o Sr. General Ramalho Eanes, Conselheiro de Estado e ex-Presidente da República (de 1975 a 1981 e de 1981 a 1986), do deputado ao Parlamento Europeu José Barros Moura, do ex-Governador de Timor Brigadeiro Lemos Pires, do bispo Fernando Soares, da Igreja Lusitana (comunhão Anglicana), de professores e estudantes universitários, jornalistas, juristas, políticos e estudiosos. Uma importante representação timorense, das mais diversas correntes de opinião, deu um contributo inestimável para as jornadas.

De destacar a participação de importantes personalidades estrangeiras, nomeadamente o bispo (resignatário) de Nova York, Rev. Paul Moore, Jr (da Igreja Episcopal dos EUA - comunhão Anglicana), o refugiado político indonésio Liem Soei Liong, a especialista australiana Sasha Stepan, da Monash University, e o professor e escritor britânico John Taylor.

Uma palavra de muito apreço é devida ao Engº João Meireles e à Conceição Alves pela eficiência e extrema dedicação, com que realizaram as mil e uma tarefas imprescindíveis à concretização destas Jornadas.

Finalmente o nosso obrigado à Aida Costa, pela sua permanente disponibilidade e pelo cuidado posto na dactilografia e composição do texto desta brochura.

Para todos, o nosso reconhecido agradecimento

O Coordenador das II Jornadas de Timor da Universidade do Porto

A. Barbedo de Magalhães
(Prof. Catedrático)

Nota sobre a forma sintética adoptada para apresentação das II Jornadas

Previstas, inicialmente, para cerca de 35 participantes, o interesse que estas II Jornadas de Timor da UP suscitaram ultrapassou, de muito longe, as mais optimistas previsões. As cerca de cinquenta comunicações e discursos escritos, distribuídos aos participantes, com os seus anexos, ultrapassam as quinhentas folhas, e os debates, entre os mais de cento e cinquenta participates inscritos, equivalem a cerca de outro tanto.

Nestas circunstância, a sua publicação na íntegra tornar-se-ia demasiado onerosa.

Atendendo a sugestões de diversos participantes, nomeadamente do deputado Sousa Lara, do PSD, Presidente da Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da Situação de Timor-Leste, e do próprio Reitor da Universidade do Porto, decidimos elaborar um texto muito menos extenso. Para isso tivemos que resumir as comunicações, e omitir, até, completamente algumas delas. Foi o que fizemos, nomeadamente, com os discursos pronunciados na sessão de abertura, que não são citados nesta brochura, não por serem menos importantes, mas pelo seu alcance e significado terem que ver mais com o momento em que foram proferidos e com a própria realização das Jornadas. De igual modo tivemos que omitir os animados e interessantes debates que muitas das intervenções suscitaram.

Uma vez que a brochura que agora se publica se destina a ser divulgada em português, inglês e francês, entre um público que, em muitos casos, desconhece completa ou quase completamente o problema de Timor-Leste, fizemos uma "introdução histórica" e notas complementares sobre alguns dos temas das Jornadas.

Os textos introdutórios e as sínteses das comunicações e debates são da responsabilidade do Coordenador das II Jornadas de Timor da UP. Nas transcrições ou citações das intervenções usamos escrita em itálico.

Deste modo em vez de um conjunto completo de comunicações e debates, o que se apresenta, nesta brochura, é uma síntese das Jornadas, complementada com informações que os participantes, dum modo geral, já conheciam, mas que para grande parte do público leitor poderão ser úteis.

SUMARIO

Pág.

I - PARTE

INTRODUÇÃO HISTÓRICA

TIMOR-LESTE, OCUPAÇÃO E GENOCIDIO NA HORA DA DESCOLONIZAÇÃO

1 - Timor-Leste: Ligeiramente maior do que o Kuwait, e também muito rico em petróleo 1

2 - Território não-autónomo sob administração portuguesa, culturalmente muito diferente da Indonésia 2

3 - A Revolução de Abril abriu as portas à auto-determinação das ex-colónias portuguesas, e à criação de partidos políticos em Timor 4

4 - Em Setembro de 1974 a Indonésia obtem o apoio australiano para absorver Timor e, a partir daí, começa a desestabilizar o território com vista à anexação 6

5 - Em 1974/75 Portugal dá início à descolonização de Timor ... mas a Indonésia impede-o de a levar a bom termo 9

6 - Enquanto em Portugal se vive um período de grande instabilidade política e a Indonésia retém como reféns militares portugueses, uma curta guerra civil, em Timor, termina ao fim de um mês, passando a Fretilin a controlar todo o território 12

7 - Em 7 de Dezembro de 1975 a Indonésia invade Timor-Leste e, logo a seguir, a ONU condena a invasão e exorta à retirada das forças ocupantes 15

8 - A comunidade internacional recusou-se a aceitar a farsa que a Indonésia chamou de "auto-determinação" 18

9 - Em quinze anos de ocupação indonésia o povo de Timor sofre um autêntico genocídio 22

10 - Apesar dos enormes sofrimentos e dificuldades, a resistência timorense mantem-se firme e tenaz 31

11 - Embora sem o apoio das grandes potências e até dos seus principais aliados, Portugal continua a defender o direito à auto-determinação do povo de Timor-Leste 44

II - PARTE

II JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO

"TIMOR-LESTE, TERRA DE ESPERANÇA"

I - TIMOR LESTE, A COMUNICAÇÃO SOCIAL E O CONTEXTO INTERNACIONAL

I.1 - Para conseguir que o mundo ignorasse os seus crimes, as forças indonésias não hesitaram em assassinar seis jornalistas estrangeiros 47

I.2 - Comunicação do jornalista António José da Silva, da RTP (Rádio-Televisão Portuguesa) 49

I.3 - Comunicação do jornalista José Carlos Vieira, da Agência Noticiosa Lusa 50

I.4 - Comunicação do jornalista Manuel Acácio, da TSF - Rádio Jornal 52

II - TIMOR-LESTE, A INDONÉSIA, A AUSTRALIA E O QUADRO GEOPOLITICO MUNDIAL: HIPOTESES DE EVOLUÇÃO 55

II.1 - É possível que se venham a verificar, na Indonésia, manifestações como as que derrubaram os regimes autoritários instalados nas Filipinas em 1986, e na Coreia do Sul, em 1988 55

  II.1.1 - A recente evolução na Ásia, na Europa de Leste e no Mundo, é uma clara afirmação do primado dos direitos humanos e dos direitos dos povos ... 55

  II.1.2 - A crise da "sucessão" põe em causa a sobrevivência do regime indonésio 61

II.2 - Uma recente visita a Timor-Leste 63

  II.2.1 - Nota biográfica sobre o bispo D. Paul Moore, Jr. 63

  II.2.2 - Testemunho do Rev^{mo} Sr. D. Paul Moore, Jr., Bispo Resignatário de Nova York 63

II.3 - O tratado de cooperação entre a Indonésia e a Austrália para exploração do petróleo do mar de Timor 67
Sasha Stepan, da Monash University, da Austrália

II.4 - Timor-Leste: cenários para os anos noventa 71
John G. Taylor, Professor da South Bank Polytechnic de Londres, escritor

II.5 - Indonésia, perspectivas de mudança 74
Liem Soei Liong refugiado politico indonésio

II.6 - Conjuntura internacional de Timor 77
Prof. Adriano Moreira, Deputado do Centro Democrático e Social

II.7 - Timor e o Direito Internacional 78
Engº Rui Silva, Deputado do Partido Renovador Democrático

II.8 - Timor, questão nacional, questão internacional ... 79
Dr. Raúl Castro, Deputado da Intervenção Democrática

II.9 - O apoio do Parlamento Europeu à luta pelos Direitos do Homem e pelo direito à autodeterminação e indepêndencia do povo de Timor-Leste ... 80
José Barros Moura, Deputado do Parlamento Europeu pelo Partido Comunista Português

II.10 - Timor-Leste, da utopia para a realidade ... 82
Dr. Francisco Xavier de Menezes, Ex-Administrador dos Conselhos de Viqueque, Baucau e Ermera e ex-Presidente da Câmara de Dili

II.11 - Indonésia aposta na nova geração ... 83
Licinia Ramos Horta, timorense

II.12 - Contributo para uma abordagem politica do problema de Timor-Leste ... 85
CDPM (Comissão para os Direitos do Povo Maubere)

III - ASPECTOS ANTROPOLOGICOS E CULTURAIS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLITICA DA NAÇÃO TIMORENSE ... 87

III.1 - O timorense, predador ou ecologista? ... 87
Dr. Francisco Xavier de Menezes

III.2 - Os BÚNAK (Timor Oriental): organização social e politica ... 88
Padre Apolinário Guterres, timorense e Dr. João dos Santos, antropólogo

III.3 - Cultura e estrutura social ... 89
Luis Costa, ex-sacerdote, timorense

III.4 - O Timor-Leste de amanhã ... 91
Fátima Guterres, timorense

IV - AS IGREJAS E TIMOR-LESTE ... 93

IV.1 - A Igreja frente a Timor-Leste ... 93
"A Paz é possível em Timor-Leste" - Ana Nunes

IV.2 - A Igreja e Timor-Leste... 95
"Paz e Justiça para Timor-Leste" - Engª Paula Isabel Fonseca

IV.3 - Responsabilidade da igreja e dos Cristãos na paz e autodeterminação de Timor ...97
Padre Bernardino Queirós Alves

IV.4 - A visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste ... 98
Ana Margarida Sales Luis, timorense

IV.5 - Declaração sobre Timor-Leste ... 99
Síntese de um documento da Comissão Permanente da Igreja Lusitana

V - ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR A PAZ E A AUTO-DETERMINAÇÃO ... 101

V.1 - O caso do Sara Ocidental: um modelo para Timor-Leste ... 101
Pedro Pinto Leite, especializado em Direito Internacional pela Universidade de Leiden (Holanda)

V.2 - Timor-Leste: - autodeterminação e independência 106
Dr. Manuel Tilman, timorense

V.3 - É necessário um Plano Global de Paz 107
Raúl de Brito, Deputado pelo Partido Socialista

V.4 - Estratégias para a Paz 108
Drª Teresa Cunha, Presidente Nacional do Movimento Cristão para a Paz

V.5 - Estratégia para conseguir a Paz 109
António Assunção Rosa, timorense

V.6 - Guerra de Resistência: o pilar principal para conseguir a autodeterminação e independência 110
José Guterres, timorense, ex-combatente das Falintil

V.7 - Estratégia para alcançar a paz e a autodeterminação 112
Luís Costa, timorense

V.8 - A preservação da identidade timorense: algumas propostas estruturais 113
Brigadeiro Mário Lemos Pires, ex-Governador do Timor Português

V.9 - Timor-Leste, perspectivar os caminhos do futuro 115
Dr. José Ramos Horta, timorense

VI - SESSÃO DE ENCERRAMENTO: TIMOR-LESTE TERRA DE ESPERANÇA 119

VI.1 - Intervenção do Senhor General Ramalho Eanes, ex-Presidente da República (de 1975 a 1980 e 1980 a 1985) e Conselheiro de Estado 119

VI.2 - Intervenção do Dr. Paulo Pires, timorense e Presidente da Comissão Política da UDT (União Democrática Timorense) 122

VI.3 - Intervenção de Abílio Araújo, timorense, Membro do Comité Central e Chefe da Delegação da Fretilin em Serviço no Exterior (DFSE) 124

VI.4 - Intervenção do Sr. Deputado pelo PSD (Partido Social Democrático) António Sousa Lara, Presidente da Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da Situação de Timor-Leste 125

VI.5 - Síntese da intervenção do Sr. Professor Alberto Amaral, Reitor da Universidade do Porto 127

I - PARTE

INTRODUÇÃO HISTÓRICA

TIMOR-LESTE: - OCUPAÇÃO E GENOCÍDIO NA HORA DA DESCOLONIZAÇÃO

1 - TIMOR-LESTE: LIGEIRAMENTE MAIOR DO QUE O KUWAIT, E TAMBÉM MUITO RICO EM PETRÓLEO

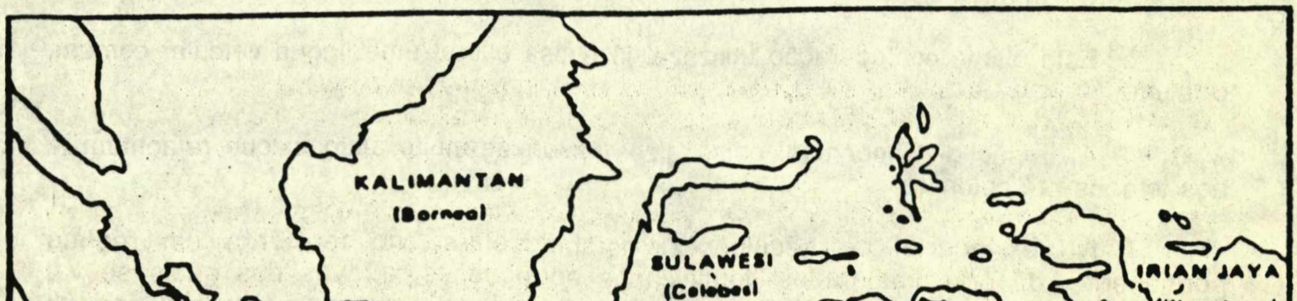
Timor situa-se no extremo oriental do Arquipélago de Sonda, a cerca de 600 Km de Darwin (aeroporto australiano mais próximo) e aproximadamente a 2200 Km de Jakarta (capital indonésia, na ilha de Java).

O território de Timor-Leste compreende não só a metade oriental da ilha, mas também o enclave de Oe-Cusse, a ilha de Atauro e o ilhéu de Jaco, num total de cerca de 19 mil Km^2 (área ligeiramente superior à do Kuwait, que é de 17 818 Km^2).

No mar de Timor, entre Timor-Leste e a Austrália, há reservas petrolíferas consideradas entre as vinte maiores do mundo.

A população do território era, em princípios de 1975, de cerca de 700 000 habitantes (aproximadamente metade da do Kuwait).

O território de Timor Ocidental, pertencente à Indonésia, tem a área de cerca de 11 000 Km^2 .


KALIMANTAN
(Borneo)
SULAWESI
(Celebes)
IRIAN JAYA
(West Irian)
I N D O N E S I A
Jakarta
JAVA
ARU
EAST TIMOR
Darwin
AUSTRÁLIA

2 - TERRITÓRIO NÃO-AUTÓNOMO SOB ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA, CULTURALMENTE MUITO DIFERENTE DA INDONÉSIA

No período pré-colonial os impérios javaneses, cujo apogeu se situa entre os séculos X e XV, não exerceram qualquer influência cultural sobre Timor.

A esta ilha também não chegaram as principais correntes religiosas que marcaram a maior parte da populacão indonésia, não só de Java mas também de outras ilhas. Nos primeiros séculos da era cristã estas recebiam a influência hindu, com a sua religião politeista, que acompanhou sucessivas vagas de migrantes provenientes da India. Alguns séculos mais tarde, e com predomínio no século VIII, foi o budismo a imprimir a sua marca. Nesta altura é erigido em Borobudur, na ilha de Java, o maior templo budista do mundo. Finalmente, e sobretudo no século XV e seguintes, é a vez do islamismo penentrar e se afirmar. Hoje a Indonésia é a mais populosa nação predominantemente islâmica do mundo, com cerca de 88% dos seus perto de 180 milhões de habitantes a afirmarem-se, oficialmente, mulçumanos.

A contrastar com esta situação e quadro de influências culturais, quando os missionários e mercadores portugueses chegaram a Timor, nos inícios do século XVI (provavelmente em 1515), as suas populações permaneciam animistas e desconheciam a escrita. Nem o hinduismo, nem o budismo nem o islamismo se tinham implantado entre as populações de Timor, que permaneceram à margem das influências culturais dominantes na Indonésia, apesar do intercâmbio comercial então existente com a China, Malaca e regiões agora pertencentes à Indonésia.

Nessa altura, isto é, no século XVI, já a ilha se encontrava dividida em duas confederações de reinos:

- uma, sob a hegemonia do reino de Sombay, ou confederação do Servião, a ocidente (correspondendo, grosso modo, ao que se tornou no Timor Indonésio);
- outra, sob a supremacia do reino de Behale, ou confederação dos Belos, no Timor Oriental.

Esta última confederação utilizava, já nessa altura, uma língua veícular comum, o tetum.

A divisão de Timor tem, pois, raízes históricas muito antigas, que remontam já aos tempos pré-coloniais.

No 3º quartel do século XVI estabelecem-se no território, em regime permanente, os primeiros frades dominicanos portugueses, através dos quais se vai desenvolvendo uma progressiva influência religiosa e cultural, ao mesmo tempo que se vai estabelecendo a dominação portuguesa. Em resultado disso, em 1970 perto de um terço da população timorense era católica e só 0,04% (isto é, 234 pessoas ao todo) eram mulçumanos! Dois terços da população permaneciam fieis aos cultos animistas tradicionais.

Em 1651 os holandeses conquistam Kupang (no extremo oeste da ilha) aos portugueses, e começam a penetrar na metade ocidental de Timor. A divisão colonial da ilha é, portanto, muito antiga também.

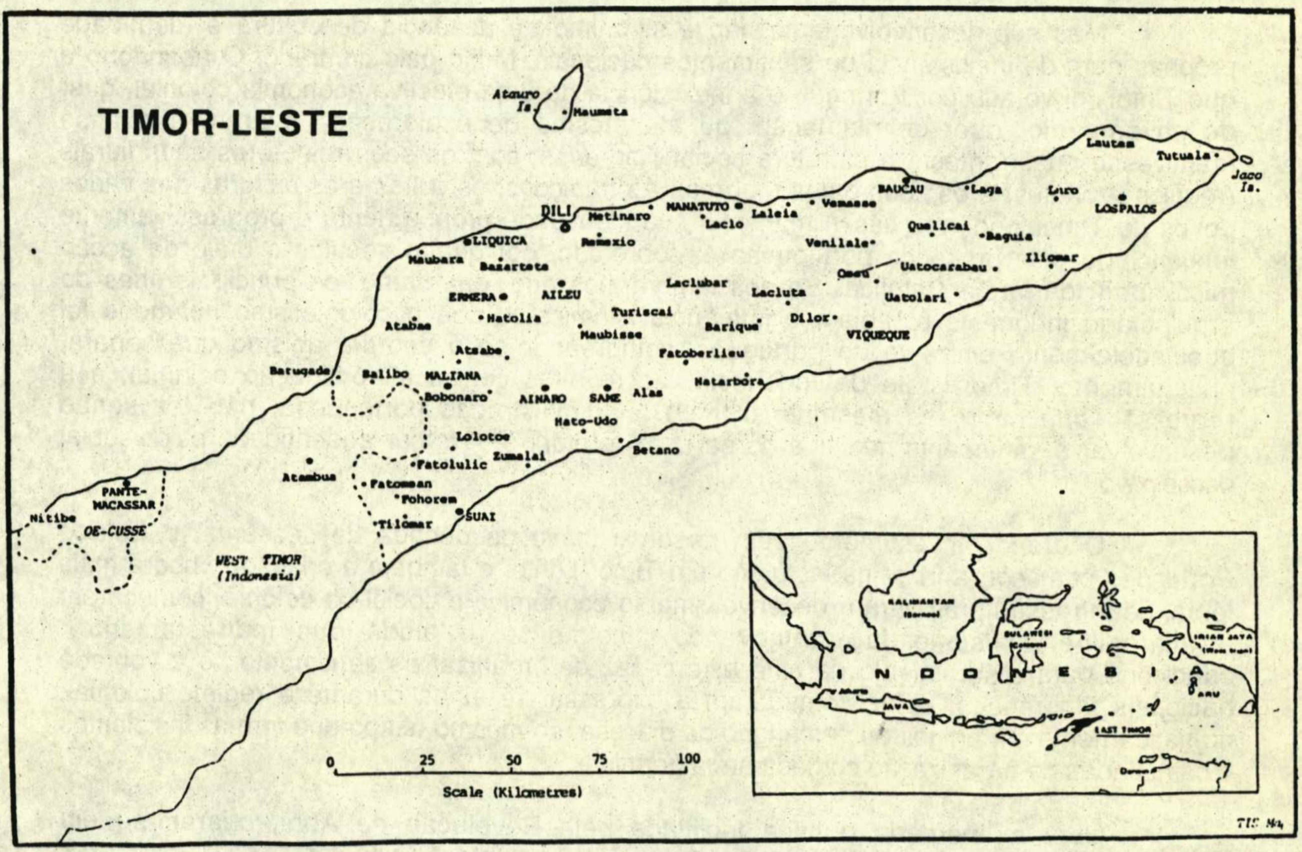
Em 1859 um tratado firmado entre Portugal e os Países Baixos fixa a fronteira entre o Timor Português (Timor-Leste) e o Timor Holandês (Timor Ocidental).

Em 1945 as antigas Indias Orientais Holandesas tornam-se na República Indonésia, da qual faz parte o Timor Ocidental.

Entre 1945 e Junho de 1974 o Governo Indonésio, em obediência ao direito internacional, afirma, na ONU e fora dela, que não tem quaisquer reivindicações territoriais sobre o Timor Oriental.

Em 1960, Timor-Leste foi considerado pela ONU como um território não-autónomo sob administração portuguesa, ao abrigo da resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960.

A partir de 1962 e até 1973 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou sucessivas resoluções reconhecendo o direito à autodeterminação de Timor-Leste (tal como das restantes colónias portuguesas de então).


TIMOR-LESTE
Atauro Is.
Maumeta
Lautem
Tutuala
Jaco Is.
BAUCAU
Laga
Luro
LOSPALOS
DILI
Metinaro
MANATUTO
Laleia
Vemasse
Laclo
Qualicai
Baguia
LIQUICA
Remexio
Venilale
Iliomar
Maubara
Bazartete
Ossu
Uatocarabau
Laclubar
Lacluta
Uatolari
ERMERA
AILEU
Turiscai
Dilor
Atabae
Hatolia
Maubisse
Barique
VIQUEQUE
Atsabe
Fatoberlieu
Batugade
Balibo
MALIANA
Natarbora
Bobonaro
AINARO
SAME
Alas
Hato-Udo
Lolotoe
Betano
Zumalai
Fatolulic
Atambua
Fatomean
PANTE-MACASSAR
Fohorem
Nitibe
OE-CUSSE
Tilomar
SUAI
WEST TIMOR (Indonesia)
0
25
50
75
100
Scale (Kilometres)
KALIMANTAN (Borneo)
SULAWESI (Celebes)
IRIAN JAYA (West Irian)
INDONESIA
ARU
JAVA
EAST TIMOR
TIS 84

3 - A REVOLUÇÃO DE ABRIL ABRIU AS PORTAS À AUTODETERMINAÇÃO DAS EX-COLÓNIAS PORTUGUESAS E À CRIAÇÃO DE PARTIDOS POLITICOS EM TIMOR

A Revolução de 25 de Abril de 1974, que fez cair o regime não democrático de Salazar e Caetano, abriu as portas, simultâneamente, à democracia em Portugal, e à autodeterminação e independência para as suas antigas colónias.

Enquanto nas colónias africanas portuguesas havia movimentos de libertação e, nas três maiores (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau) se combatia uma guerra desgastante, dada a intransigência do Governo salazarista de Lisboa - que permaneceu sempre fechado aos ventos da história - em Timor-Leste o sentimento nacionalista desenvolvia-se na sombra, buscando ainda formas de expressão política.

A insipiência do sistema educativo, até finais da década de cinquenta, e o sub-desenvolvimento social e económico do território, dificultaram a constituição de uma elite capaz de canalizar os sentimentos nacionalistas, atrasando a sua organização.

Mas sub-desenvolvimento não é sinónimo de ausência de cultura e identidade próprias nem de inexistência de sentimentos nacionais. Muito pelo contrário. O abandono a que Timor foi votado por Portugal, e a inexistência de uma efectiva economia colonial, quer de povoamento, quer de plantação, ou até mesmo de exploração, levaram a que se mantivesse quase intacta a estrutura social timorense, com os seus reinos, os seus liurais (régulos e chefes) e os seus datos (nobres). As tradições, os cultos e as culturas dos vários povos de Timor puderam assim manter a sua identidade própria, lenta e progressivamente influenciada pela presença portuguesa e, sobretudo, por quatro séculos e meio de acção missionária da Igreja Católica. Se nos lembrarmos que, entretanto, as principais ilhas do arquipélago indonésio recebiam a influência islâmica, e que o colonialismo holandês foi substancialmente diferente do português, compreende-se o enorme abismo que separa, culturalmente, Timor-Leste da Indonésia. As revoltas contra a dominação colonial, e a repressão que sobre as mesmas exerceu a administração portuguesa, não fez senão desenvolver o sentimento nacional do povo do território e reforçar a identidade psico-social desse povo.

O grande investimento que, desde o início da década de sessenta, o Estado Português começou a fazer na instrução em Timor-Leste, e também a criação, embora mais lenta, de infraestruturas para o desenvolvimento económico e social da colónia, começaram a alterar-lhe a fisionomia, promovendo, finalmente (e ainda que indirectamente), condições para o surgimento de uma elite capaz de organizar os sentimentos e a vontade nacionais timorenses. Estas começaram a expressar-se ainda durante o regime colonial, nomeadamente em artigos do semanário da diocese, ao mesmo tempo que formas insipientes e camufladas de organização começaram a germinar.

Com a liberdade política facilitada pela Revolução de Abril, criaram-se em Timor, em Maio de 1974, dois partidos com grande implantação popular:

- a UDT (União Democrática Timorense), criada a 11 de Maio de 1974, que começou por preconizar uma federação com Portugal, para, mais tarde, defender a independência para o território;
- a ASDT (Associação Social Democrática Timorense), criada a 20 de Maio e que alguns meses mais tarde viria a dar origem à FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), que sempre pugnou pela independência de Timor-Leste.

Sob o impulso das autoridades indonésias, foi criada também, em 27 de Maio de 1974, a APODETI (Associação Popular Democrática de Timor) que defendia a integração do território na Indonésia, com um estatuto de autonomia especial. Este partido nunca terá tido um apoio superior a cerca de 2 a 3% da população.

Em 1975 criaram-se outros pequenos partidos, também com muito pouca aceitação, nomeadamente o KOTA e o Partido Trabalhista.

4 - EM SETEMBRO DE 1974 A INDONÉSIA OBTEM O APOIO AUSTRALIANO PARA ABSORVER TIMOR E, A PARTIR DAÍ, COMEÇA A DESESTABILIZAR O TERRITÓRIO COM VISTA À ANEXAÇÃO

Em 17 de Junho de 1974 o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Adam Malik afirmava publicamente que Timor-Leste tinha direito à independência e que o Governo Indonésio não só não tinha qualquer intenção de expansão para além dos territórios estipulados na sua Constituição, como até estava na disposição de manter as melhores relações com um Timor independente. Apesar dessas afirmações do Ministro, já no dia 12 do mesmo mês o parlamentar indonésio John Naro defendia a integração e, em Julho do mesmo ano, os Generais Ali Murtopo e Benny Murdani tinham estabelecido um plano para a incorporação de Timor na Indonésia. Na sua opinião esta deveria fazer-se o mais depressa possível e, se necessário, pela força (1). Em 28 de Agosto de 1974 o diário indonésio Berita Yudha, por sua vez, afirmava que o direito à autodeterminação não podia ser separado da estratégia geral a nível mundial ...

A ideia de integrar Timor-Leste na Indonésia não era nova. Em finais de 1972 ou em 1973 o grupo de Operações Especiais dos Serviços Secretos Indonésios (Bakin/OPSUS), preocupado com o avanço comunista e a retirada americana do Vietnam, mostrava-se fortemente contrário a uma eventual independência de Timor. E em 14 de Fevereiro de 1974 a Comissão de Censura, então ainda existente em Portugal, proíbia a transcrição de um artigo de um jornalista francês que esteve em Timor porque "dizia mal de nós e que os indonésios não tinham desistido de ocupar Timor" (13 / p 106).

Em 6 de Setembro de 1974 o General Suharto, que hesitava aceitar as propostas anexionistas de alguns dos seus generais e conselheiros, com medo das reacções internacionais, reuniu-se em Wonosobo, na ilha de Java, com o Primeiro Ministro Australiano Gough Whitlam, que lhe assegurou o apoio da Austrália à política indonésia de integração de Timor. Alguns dias depois, a imprensa indonésia, australiana, portuguesa e internacional destacava o *"apoio australiano à integração na Indonésia"* afirmando que *"o Governo Australiano considera que esta solução para a ilha de Timor asseguraria uma maior estabilidade na região"*. Embora o discurso oficial acrescentasse que *"o apoio da Austrália à incorporação da colónia portuguesa de Timor na Indonésia"* dependeria de *"os seus habitantes a aprovarem numa votação aceite pela comunidade internacional"* (2), mais tarde a Australia esqueceria essa preocupação e acabaria por reconhecer a anexação sem que o povo de Timor tenha feito qualquer votação nesse sentido, aceite pela comunidade internacional ... Os interesses estratégicos e as preocupações com a estabilidade regional, por um lado, o pânico pelo avanço comunista no Vietnam (a queda de Saigon deu-se em 30 de Abril de 1975), o desejo de boas relações com a Indonésia ... e o interesse no petróleo do mar de Timor, terão ditado a atitude do Governo Australiano, de *"total acordo com o Presidente Suharto a respeito do problema"*.

O acordo do Governo Australiano e o apoio dos Estados Unidos da América terão sido fundamentais na decisão do Presidente Suharto de avançar no sentido da anexação.

Já se sabia , então, que o mar entre Timor-Leste e a Austrália era muito rico em petróleo. Em 1971/72 a Indonésia e a Austrália tinham assinado um acordo que definia a fronteira marítima entre os dois estados e que, obviamente, excluía um segmento entre o "Timor Português" e a Austrália. Em 1974/75 estavam em curso conversações entre a Austrália e Portugal para fixar a fronteira dessa zona tão rica. Mas a Austrália não estava a conseguir tanto quanto desejava. E, por isso, o seu embaixador em Jakarta lembrava ao seu Governo, por telegrama datado de 17/8/75:

(...) "Gostava de saber se o Governo (Australiano) já se apercebeu do interesse do Ministério de Minerais e Energia na situação de Timor. Parece-me que esse departamento poderia ter interesse em colmatar a lacuna ("gap") no acordo sobre a fronteira marítima, e isso seria mais fácilmente negociável com a Indonésia, encerrando o presente, do que com Portugal ou com o Timor Português independente".(3)

O apoio do Governo Australiano ao Presidente Suharto, expresso na reunião de 6 a 8 de Setembro de 1974, significava que, a partir daí, a decisão estava tomada: Timor-Leste deveria integrar-se na Indonésia, fosse ou não fosse esse o desejo do seu povo.

Curiosamente essa decisão, e até a sua divulgação pública, foi anterior à transformação da ASDT (Associação Social Democrática Timorense) em Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) - que ocorreu alguns dias depois (a 11/9/1974). Ela antecedeu, também, à viragem à esquerda da revolução portuguesa (consubstanciada na queda do Presidente Spínola, em 28 de Setembro de 1974 e no movimento de 11 de Março de 1975). Obviamente que a viragem à esquerda do Governo de Lisboa (na fase transitória da implantação da democracia que então se vivia em Portugal) e a radicalização dos movimentos políticos timorenses serviu perfeitamente á Indonésia para justificar, perante o mundo, a anexação de Timor. Mas a decisão de a fazer é anterior a estes factos, e tem que ver, fundamentalmente, com as quatro razões seguintes:

a) - Clima de pânico dos países ocidentais e da ASEAN (Associação dos Países do Sudeste Asiático) face ao avanço comunista no Vietnam e a correspondente derrota e retirada americana, de que a queda de Saigon, em 30 de Abril de 1975, é o símbolo;

b) - Razões geoestratégicas, relacionadas com a importância geográfica da Indonésia para os EUA, para a Austrália e para o Mundo Ocidental, em geral;

c) - Interesses económicos (nomeadamente da Austrália) relacionados com a enorme riqueza petrolífera do Mar de Timor;

d) - Necessidades internas do regime militar indonésio, cujos "falcões" pretendiam consolidar a frágil unidade nacional do arquipélago (onde se manifestavam movimentos autonomistas noutras ilhas), mediante uma "lição exemplar" de firmeza, que lhes proporcionaria uma invasão seguida do rápido esmagamento de qualquer reacção timorense.

Infelizmente os sucessivos (e efémeros) Governos de Portugal, do período de instabilidade que se seguiu à Revolução de 25 de Abril de 1974, também não se souberam opôr, com a firmeza que se impunha, às ambições indonésias. Desconhecedores da realidade cultural, económica e política de Timor, apenas defendiam o principio da autodeterminação, segundo o qual deveria ser o povo do território a escolher o seu próprio destino, não opondo qualquer objecção à integração na Indonésia, desde que fosse essa a vontade, livremente expressa, do povo de Timor-Leste.

Mas confiaram demasiado em que a Indonésia também respeitasse esse princípio, conforme tantas vezes apregoava. O erro de avaliação foi bem mais trágico do que alguém poderia supôr na altura.

Contando com o expresso apoio australiano, com a conivência dos países ocidentais em geral e dos EUA em particular, com a compreensão da URSS (ou não fosse pró-chinês o Partido Comunista Indonésio, o PKI, que o General Suharto tinha esmagado em 1965/66 ...)

e sem uma oposição suficientemente firme de Lisboa, a Indonésia avançou com o seu plano anexionista.

A primeira fase desse plano consistia em desestabilizar o território. E, para esse efeito, o General Suharto dá luz verde em Outubro de 1975 à *"Operasi Komodo"*, liderada pelos generais Ali Murtopo, Benny Murdani, e Yoga Sugama e pelo Coronel Sugiyanto. Essa operação incluía o recrutamento de agentes timorenses, propaganda através das Rádio Kupang e Rádio Atambua situadas no lado indonésio de Timor, e divulgação internacional, através da agência noticiosa Antara, de notícias e relatórios falsos e alarmistas sobre a situação em Timor. Incluía também o aliciamento de dirigentes políticos timorenses mediante todo o tipo de promessas ou benesses (mais tarde transformadas em pressões) e a radicalização dos partidos locais através de agentes infiltrados.

Numa segunda fase, a partir de princípios de 1975, a *"Operasi Komodo"* passou a incluir a preparação militar de uma invasão, quando se tornou absolutamente claro que a rejeição da ideia integracionista era quase total entre os timorenses. Ao General Benny Murdani coube a principal responsabilidade de preparar a invasão militar de Timor-Leste. Em 18 de Fevereiro de 1975 um simulacro de invasão, em Lampung, no sul da ilha de Sumatra, permitiu treinar tropas e ensaiar as operações que teriam lugar em Timor-Leste em finais do mesmo ano. Segundo analistas australianos o exercício terá sido um completo fracasso, o que terá contribuído para adiar a invasão de Timor.

5 - EM 1974/75 PORTUGAL DÁ INICIO À DESCOLONIZAÇÃO DE TIMOR... ... MAS A INDONÉSIA IMPEDE-O DE A LEVAR A BOM TERMO

O novo Governador de Timor, Tenente-Coronel Mário Lemos Pires, nomeado pelo Governo Português em 14 de Novembro de 1974, desde que chegou à ilha, começou um trabalho sistemático de descolonização, preparando o território para uma autodeterminação a médio prazo.

No plano político apoiou a proposta da Fretilin, muito bem acolhida pela UDT, no sentido de se criar uma coligação entre os dois principais partidos timorenses. Estes passaram então a cooperar, a partir de 20 de Janeiro de 1975 com vista à independência, prevista então para daí a cinco a dez anos.

Esta e outras medidas tendentes a criar um clima de serenidade e moderação no território foram muito mal vistas pelas autoridades indonésias, que as criticaram duramente. As provocações das emissoras indonésias (Rádio Kupang e Rádio Atambua) subiram de tom. Os boatos sobre uma invasão iminente de Timor tornaram-se constantes, chegando uma emissora de rádio australiana a anunciar, a 24 de Fevereiro de 1975, que a Indonésia preparava um ataque de forças aéreas e anfíbias a Dili (a capital) e a Baucau (a segunda cidade mais importante de Timor-Leste) nas semanas seguintes. Como que a confirmar essas intenções, o consul indonésio em Dili, Sr. Tomodok, mandou regressar a família ao seu país.

Simultâneamente, o New Standard, jornal indonésio controlado pelo General Ali Murtopo, conselheiro do Presidente Suharto para a segurança, considerava que Timor-Leste não podia ser independente por ser desprovido de recursos e porque um Timor independente poderia ficar aberto à influência das grandes potências comunistas e afectar a segurança regional.

Nos inícios do mês de Março de 1975 o Comando Indonésio para a Segurança anunciou que o Timor Indonésio estava vedado a todos os jornalistas, quer indonésios quer estrangeiros. Essa medida coincidiu com a realização de obras de melhoria de estradas que conduziam à fronteira com Timor-Leste e com o início de outros trabalhos preparatórios da invasão (4).

Entretanto Portugal continuava a desenvolver a sua política de descolonização.

Em Maio de 1975 um documento preparado em Lisboa é apresentado aos três principais partidos timorenses, para obter a sua opinião quanto a um programa para a autodeterminação do território. Em Junho há conversações formais entre representantes do governo central e de partidos timorenses sobre o mesmo assunto. Daí resultou a promulgação em Lisboa, em 11 de Julho de 1975, da Lei nº 7/75, que previa a eleição, em Outubro do mesmo ano, de uma Assembleia Popular de Timor para definir o seu futuro estatuto político, e admitia um período de transição de cerca de três anos.

Em 27 de Maio de 1975 a UDT rompe unilateralmente a coligação que em 20 de Janeiro tinha estabelecido com a Fretilin. A decisão é tomada pouco depois do regresso a Dili de dois altos dirigentes da UDT, Francisco Lopes da Cruz (Presidente) e César Mouzinho (Vice-Presidente), que tinham estado em Jakarta na semana anterior e tinham contactado diversas personalidades ligadas ao Governo Indonésio.

Com essa ruptura, a Indonésia preparava o caminho para uma efectiva desestabilização do território ...

Apesar destas dificuldades e problemas, as medidas tendentes à descolonização, iam-se, no entanto, concretizando, nomeadamente nas áreas da administração local e do ensino.

Quanto a esta última, tratava-se de adaptar os programas, os curricula dos cursos e os métodos de ensino às realidades e às necessidades de Timor. A escola da Missão Salesiana de Fatumaca foi uma das fontes de inspiração. O desenvolvimento dos ensinos agrícola e de artes e ofícios, a introdução da educação e apoio sanitário às escolas, a inclusão, nos programas, de História e Geografia de Timor, bem como das suas lendas e tradições, eram alguns dos vectores da reestruturação em curso. As escolas começaram a ser equipadas com oficinas de artes e ofícios, ao mesmo tempo que se arranjavam terrenos para fazer hortas, e um curso de reciclagem de professores foi preparado para ter início em 11 de Agosto de 1975. Uma semana antes (a 4 de Agosto de 1975) iniciara-se já, na Escola Salesiana de Fatumaca (perto de Baucau), um curso de reciclagem e de preparação pedagógica de capatazes agrícolas, com vista à preparação de mestres para as aulas de agricultura a criar em todas as treze escolas do ciclo preparatório existentes em Timor-Leste.

A Reforma Administrativa, também implementada pelo Governo, visava substituir a administração colonial por outra, em que a vontade das populações locais, expressa em eleições livres, fosse tida em conta.

O processo foi desencadeado na sequência de um pedido ao Governador, formulado por populações da "ponta leste" da ilha, em Dezembro de 1974. Alguns meses de estudos, nos quais participaram representantes dos partidos timorenses, deram origem a uma nova legislação e a um processo eleitoral que começou a ser aplicado no concelho de Lautem (ponta leste). Jornalistas, alguns diplomatas e outros observadores internacionais independentes consideraram efectivamente democrática a consulta eleitoral efectuada. O elevado nível de participação (inclusivé de mulheres) nas votações, e o civismo com que estas decorreram, deixou-os bem impressionados e até surpresos.

Em 10 de Agosto de 1975 o Governador Português empossava a primeira Comissão Administrativa Regional do Conselho de Lautem. Nas eleições realizadas a nível das aldeias, dos "sucos" (grupos de aldeias) e, por fim, ao nível da sede do concelho (Lospalos), só um membro da APODETI (o partido favorável à integração na Indonésia) foi eleito. A UDT e a Fretilin apareciam quase equilibradas em número de delegados eleitos.

Esta eleição regional não agradou nada ao Governo Indonésio, que não se mostrou disposto a aceitar que as eleições se estendessem aos restantes doze concelhos, conforme estava previsto. Os generais indonésios sabiam que as votações, sendo livres e democráticas, iriam pôr em evidência o fraquíssimo apoio popular à tese integracionista. E, por isso, decidiram travar o processo a qualquer preço.

Poucas semanas antes, em Julho de 1975, o próprio Presidente da Indonésia tinha afirmado, publicamente, que Timor-Leste não podia ser independente por ser economicamente inviável. O General Suharto considerava, além disso, que fazia pouco sentido a continuação da ligação a Portugal, pelo que o futuro do Timor Português seria a integração na Indonésia. Curiosamente estas declarações do Presidente Indonésio foram feitas logo a seguir a uma digressão sua pelos Estados Unidos da América, Canadá, Japão, Irão e Jugoslávia ...

A fim de confirmarem a posição do país vizinho, alguns dirigentes da UDT partem para Jakarta, a 25 de Julho, e têm uma importante reunião com o General Ali Murtopo e seus colaboradores em 2 de Agosto de 1975. Regressados a Dili no dia 6 do mesmo mês, perante as ameaças e promessas que lhes foram feitas em Jakarta, e mediante um conjunto de mentiras bem urdidas, conseguem convencer os restantes dirigentes da UDT a fazer, quatro dias depois, um golpe de força contra a administração portuguesa. Tendo tomado, pela força, o aeroporto, o posto emissor e mais algumas posições-chave, a UDT exigia, por um lado, a prisão dos dirigentes da Fretilin e, por outro, a passagem imediata do poder para as mãos da União Democrática Timorense.

Com o golpe da noite de 10 para 11 de Agosto, a Indonésia conseguia, finalmente, atingir o primeiro objectivo da *"Operasi Komodo"*: - desestabilizar a situação em Timor-Leste.

A reestruturação do ensino, a reforma administrativa e outras medidas efectivas de progressiva descolonização, foram interrompidas. O interesse e o entusiasmo que estavam a suscitar entre os professores e entre a população em geral, em breve inviabilizaria qualquer manobra divisionista e desestabilizadora. Provávelmente um mês mais tarde a Indonésia já não conseguiria provocar a guerra civil no território. Infelizmente, para o povo de Timor, alguns dos seus líderes acreditaram que teriam a independência se obedecessem às instruções dos governantes indonésios. Quando se aperceberam do logro em que cairam, e do desastre que, inconscientemente, protagonizaram, era tarde de mais.

6 - ENQUANTO EM PORTUGAL SE VIVE UM PERÍODO DE GRANDE INSTABILIDADE POLÍTICA E A INDONÉSIA RETEM COMO REFENS MILITARES PORTUGUESES, UMA CURTA GUERRA CIVIL, EM TIMOR, TERMINA AO FIM DE UM MÊS, PASSANDO A FRETILIN A CONTROLAR TODO O TERRITÓRIO

O verão de 1975 foi de grande instabilidade política em Portugal. Não estando ainda consolidado o regime democrático,o País correu mesmo o risco de caír em guerra civil.

Além disso, nas ex-colónias de África, e nomeadamente em Angola, a situação era muito difícil e complexa. Fazer uma descolonização tão tardia, quando a guerra contra a dominação colonial durava havia já 14 anos, e quando países estranhos apoiavam movimentos independentistas armados diversos, em função dos seus interesses próprios, não era tarefa fácil.

Por isso a operacionalidade, interna e internacional, dos sucessivos governos instalados em Lisboa era, nesse ano de 1975, muito reduzida, e as suas preocupações dirigiam-se mais para a situação interna portuguesa e para Angola (cuja independência foi oficialmente declarada em 11 de Novembro de 1975), do que para o longínquo território de Timor.

Dispondo apenas de setenta homens (dois pelotões de paraquedistas) como única força operacional não timorense e, por isso, neutra no conflito, era impossível, ao Governo do Timor Português, controlar militarmente todo o território.

O contexto político mundial, a situação difícil que se vivia em Portugal nesse "verão quente" de 1975, e a enorme distância (16.000 Km) que o separavam de Timor, tornavam impossível o envio de reforços.

Nestas circunstâncias restava à Potência Administrante tentar uma solução negociada, envolvendo as Nações Unidas.

Com esse objectivo, três dias depois do golpe da UDT, o Governo de Lisboa manda a Timor uma missão oficial chefiada pelo Major António Soares. À sua passagem por Jakarta a Missão é impedida de prosseguir viagem pelas autoridades indonésias e obrigada a regressar a Portugal.

No terreno, o Governador Lemos Pires tenta o diálogo com os dirigentes dos vários partidos timorenses. Quando o acordo parecia possível e dirigentes da UDT e da Fretilin vão à rádio fazer apelos à Paz, do lado indonésio a Rádio Atambua incita à violência, e o diálogo é quebrado.

Perante a impotência da Administração Portuguesa e a fim de acabar com as prisões e mortes provocadas pelas forças da UDT, na noite de 19 para 20 de Agosto de 1975 militares timorenses afectos à Fretilin sublevam-se e assumem o controle da maior parte das unidades militares. Os quadros portugueses, feitos prisioneiros durante algumas horas, são soltos de manhã e entregues junto à Messe de Oficiais. Nesse dia 20 de Agosto começa a guerra civil entre a Fretilin e a UDT.

As tentativas de encontrar uma solução negociada, no entanto, prosseguem. Em 22 de Agosto uma segunda missão, chefiada, desta vez, pelo Ministro da Coordenação Interterritorial, vai a Nova York, conferenciar com o Secretário Geral da ONU, seguindo depois para a Indonésia e a Austrália. É considerada a hipótese de se criar um Comité de Bons Ofícios e uma Força de Paz multinacional. Esta deveria incluir forças portuguesas, australianas, indonésias e da Malásia. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio não aceita e contrapropõe o envio imediato de uma força exclusivamente indonésia. Portugal rejeita esta tentativa da Indonésia de conseguir a cobertura da Potência Administrante para a ocupação militar do território.

Entretanto, e seguindo as instruções de dirigentes indonésios, as forças da UDT aprisionam vinte e três militares portugueses que entregam, como refens, às autoridades indonésias.

Quinze dias depois do golpe de força da UDT, enquanto o fogo cruzado atingia a zona do porto de Dili, onde se tinham concentrado as escassas forças portuguesas metropolitanas, uma mensagem rádio informava que a Indonésia encaminhava para Dili um barco para ir buscar e "colocar em segurança" o Governador português e o seu "staff". Tratava-se do destroyer "Mon Icidi".

A fim de não ficar refem de nenhuma das forças beligerantes e de conseguir condições de segurança que permitissem a realização de conversações entre uma Missão Ministerial entretanto enviada de Lisboa e os partidos timorenses, o Governador Lemos Pires retirou-se, com a sua equipa, em 26 de Agosto de 1975, para a ilha de Ataúro, também parte integrante do Timor Português e situada a cerca de trinta quilómetros em frente da baía de Dili. Deste modo escapava também à cilada montada pelos indonésios que, ao oferecerem a sua protecção, desejavam que fosse o próprio Governador Português a solicitar a intervenção militar do país vizinho. Mas essa, tal como outras tentativas no mesmo sentido, feitas pelos dirigentes indonésios aos governantes portugueses, foram sempre e sistemáticamente recusadas.

Com o golpe de 11 de Agosto contra a administração portuguesa e a aproximação às teses indonésias por parte de alguns dirigentes da UDT, este partido perdeu rapidamente grande parte do apoio popular de que gozava. Em contrapartida a Fretilin, tornada no único movimento verdadeiramente independentista, passou a gozar de um apoio muito mais amplo. Nestas condições a superioridade numérica e militar da Fretilin torna-se de tal maneira grande que a UDT não tem outro remédio senão recuar até à fronteira de Timor Português com a Indonésia, onde acaba por pedir protecção. Pouco mais de um mês depois do começo da guerra civil esta terminou em 24 de Setembro de 1975, com as forças da UDT, acompanhadas por cerca de dois mil e quinhentos refugiados, a atravessarem a fronteira. Antes porém, os dirigentes da UDT são obrigados, pelos seus "protectores" indonésios, a assinar um documento em que pedem a integração de Timor na Indonésia.

Dirigentes da UDT que estavam fora do território, ao saberem o que se passara, repudiaram esse pedido, afirmando que os dirigentes que o assinaram não o fizeram de livre vontade, mas como prisioneiros da Indonésia. De facto era nisso que se tinham tornado. Encurralados entre os combatentes da Fretilin e a Indonésia, e com os canais de diálogo cortados, não lhes restava outra alternativa senão assinar um pedido que, no seu íntimo, completamente repudiavam.

Mais tarde, alguns dirigentes da UDT envolvidos, denunciaram publicamente as manobras indonésias, tendo mesmo um dos mais importantes responsáveis deste partido apresentado, na Comissão de Descolonização da ONU, o seu testemunho pessoal sobre as falsas promessas e as ameaças a que ele e os restantes dirigentes políticos foram sujeitos pelos indonésios para assinar o referido pedido de integração de Timor-Leste na Indonésia.

Em fins de Setembro a Fretilin controlava a situação em toda a metade oriental da ilha de Timor. Com insistência esta pede aos governos doutros países, especialmente os da região, para enviarem observadores para se inteirarem da situação vivida no território. Com o pretexto de que tal envio podia ser considerada uma interferência estranha e pôr em causa o papel de Portugal enquanto potência administrante, estes pedidos ficam sem resposta. Apenas algumas organizações humanitárias e jornalistas estrangeiros correspondem ao apelo. Estes podem constatar o efectivo controle do terreno pela Fretilin, o amplo apoio popular de que esta goza e a relativa eficiência da administração transitória liderada pela Frente.

A Cruz Vermelha Internacional (CVI), convidada a operar no território, desenvolvia uma muito meritória acção no campo da saúde e da assistência desde finais de Agosto. Dispondo de liberdade de circulação, visitou todas as zonas onde houvera guerra civil, tendo o Chefe da Missão, André Pasquier, concluído que o número de mortos dessa guerra fraticida se situaria em cerca de mil e quinhentos. A situação nas prisões também pode ser controlada, uma vez que a Fretilin autorizou a visita da CVI a todos os locais de detenção.

Entretanto a Administração Portuguesa permanecia, simbólicamente, na ilha de Ataúro.

Quanto à UDT, tal como os vinte e três militares metropolitanos refens, estavam nas mãos da Indonésia.

A Apodeti tinha tão poucos apoiantes que o seu papel na guerra civil tinha sido quase nulo. Em termos políticos, no entanto, era mais um bom trunfo nas mãos da Indonésia.

Por diversas vezes a Fretilin e Portugal tentam a via do diálogo para resolver o problema. As autoridades indonésias fazem saber que considerarão inaceitável qualquer negociação em que não participem os partidos cujos dirigentes se refugiaram no seu território - e ao mesmo tempo, impede estes de participar em qualquer negociação ...

Embora em Agosto e Setembro algumas forças indonésias tenham penetrado em território do Timor Português, junto à fronteira, é sobretudo em Outubro de 1975 que estas incursões se tornam mais importantes e violentas.

Não tendo conseguido obter a conivência da potência administrante para dar cobertura à ocupação militar, os indonésios vão tentar convencer a opinião pública mundial de que são os próprios refugiados timorenses que reconquistam o terreno perdido, apenas com o apoio de alguns voluntários indonésios.

Para manter essa ficção, não hesitam em assassinar cinco jornalistas da televisão australiana, em 16 de Outubro, para impedir que as filmagens por estes feitos dos ataques indonésios a Timor-Leste viessem a deitar por terra esta mistificação.

De 1 a 3 de Novembro reúnem em Roma os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia. Ambos concordam que a descolonização de Timor é uma responsabilidade de Portugal, e que devem ser iniciadas negociações entre Portugal e todos os partidos timorenses. Ao chegar a Lisboa, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal (Major Melo Antunes) afirma que o Ministro Indonésio garantiu que o seu país não interviria militarmente nem sequer pressionaria o povo de Timor ...

Logo a seguir Portugal propõe aos partidos timorenses a realização de conversações entre 15 e 20 de Novembro. Todos concordam mas a UDT e a Apodeti - controladas pela Indonésia - discordam da data e também do local, Darwin, que tinha sido entretanto proposto. Mais uma vez o diálogo é inviabilizado pelas autoridades indonésias!

Em 28 de Novembro de 1975, a Fretilin, cansada de tentar a via do diálogo, declara unilateralmente a independência, que não é reconhecida nem por Portugal, nem pelas Nações Unidas.

7 - EM 7 DE DEZEMBRO DE 1975 A INDONESIA INVADE TIMOR-LESTE E, LOGO A SEGUIR, A ONU CONDENA A INVASÃO E EXORTA À RETIRADA DAS FORÇAS OCUPANTES

Ao terminar o mês de Novembro de 1975 a Indonésia confrontava-se com os seguintes resultados da sua política integracionista.

a) - Não tinha conseguido o mínimo de apoio popular que tornasse possível a integração do Timor-Português por livre escolha da população do território, apesar de ninguém ter oposto qualquer obstáculo à realização de propaganda nesse sentido. As diferenças culturais eram demasiado acentuadas e resultavam de mais de quatro séculos de evolução em sentidos diferentes!...

b) - Tendo conseguido parar o processo de descolonização, que a Potência Administrante estava a levar a cabo em diálogo com os partidos timorenses e de acordo com o direito internacional, a Indonésia não conseguira, no entanto, obter a cobertura de Portugal nem do Governo local para a ocupação militar do território, apesar das várias tentativas feitas nesse sentido.

c) - Tendo conseguido criar a instabilidade no Timor-Português, à custa dos processos mais desonestos de aliciamento, provocação, pressão e ameça, até essa instabilidade terminara, desde finais de Setembro de 1975. O controle e a administração do território pela Fretilin eram efectivos, gozando esta de um amplo apoio popular. Timor-Leste, onde continuava a flutuar a bandeira portuguesa, estava aberto não só à Cruz Vermelha Internacional, mas também aos jornalistas internacionais, diplomatas, organizações cristãs de auxílio, ou quem o quizesse visitar.

d) - Só no plano internacional a Indonésia conseguira bons resultados.

Recorrendo a uma propaganda bem orquestrada, na qual investiu fortemente, a Indonésia conseguiu criar uma imagem internacional de violência e terror comunista que, naquele ano da queda de Saigon, encontrava enorme receptividade.

Ao assassinar os jornalistas estrangeiros que se encontravam em Timor, o Governo Indonésio assegurava que a sua propaganda não fosse desmentida pela Comunicação Social.

Os interesses da maior parte dos estados e das próprias igrejas cristãs levavam-nos a olhar com compreensão, senão simpatia, a integração de Timor na Indonésia. Muitos sopunham que a estabilidade regional beneficiaria com isso.

Finalmente, apesar do movimento político-militar de 25 de Novembro começar a clarificar a situação política portuguesa, ainda demoraria alguns meses a completa institucionalização de um estado democrático em Portugal, e alguns anos mais eram necessários para este readquirir estabilidade e aumentar a capacidade de intervenção diplomática na cena internacional.

Os ataques, na zona da fronteira, tinham permitido à Indonésia avançar alguns quilómetros, mas não muitos. A Fretilin, embora muito mal armada, sem aviação, sem marinha e sem artilharia pesada, resistia com muita coragem e tenacidade ao avanço das forças do país vizinho e dos refugiados timorenses por estas mobilizados e enquadrados.

Perante este quadro tão magro de resultados da *"Operasi Komodo"*, a Indonésia decidiu fazer uma invasão em força, antes que a realidade da situação se tornasse conhecida internacionalmente.

Às 2 horas da manhã de domingo, 7 de dezembro de 1975, começava a invasão com um ataque maciço a Dili, com forças navais, e aéreas (incluíndo o lançamento de muitos paraquedistas) e o desembarque de numerosos batalhões.

A operação, cujo comando geral pertenceu ao General Benny Murdani, envolveu cerca de dez mil soldados, e foi a mais importante acção militar indonésia desde o fim da guerra da independência.

A cerca de trinta quilómetros dali, na ilha de Ataúro, a escassa guarnição portuguesa podia ver os barcos de guerra indonésios a bombardear os arredores de Dili, os aviões a largar um elevadíssimo número de paraquedistas e o fumo da cidade a arder. Pouco depois retirar-se-ia para Darwin, impotente perante forças tão numerosas.

Não houve qualquer declaração de guerra e, no dia seguinte, contrariando as acusações portuguesas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio afirmava publicamente que os atacantes eram sómente timorenses do MAC (Movimento Anti-Comunista) e voluntários indonésios, e que o seu objectivo era apenas assegurar um clima de paz para uma descolonização ordeira ... Recorde-se que o MAC era constiuído pela UDT e mais três pequenos partidos cujos dirigentes se refugiaram na Indonésia: - a Apodeti, o Kota e o Partido Trabalhista.

Na véspera da invasão o Presidente Gerald Ford dos Estados Unidos da América e o seu Secretário de Estado Henri Kissinger tinham deixado Jakarta, depois de uma visita em que terão assegurado ao General Suharto que os fornecimentos de armas americanas não seriam afectados pela acção militar que, logo a seguir, iria ser desencadeada. De facto, no ano seguinte, os fornecimentos militares americanos à Indonésia duplicariam ...

Face a tão poderosos apoios que tinha a Indonésia, a impotência portuguesa não era apenas militar, mas também política.

No próprio dia da invasão o Governo Português cortava as relações diplomáticas com a Indonésia e solicitava uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU para este tomar posição face ao "acto de agressão" que a República da Indonésia desencadeara contra o território de Timor-Português.

Em 12 de Dezembro a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova uma resolução segundo a qual, "tendo ouvido as declarações dos representantes de Portugal, na qualidade de Potência administradora, acerca dos acontecimentos de Timor-Português

> *(...)", "deplora profundamente a intervenção militar das forças armadas indonésias, em Timor-Português", (...) "exorta o Governo da Indonésia a que (...) retire, sem demora, as suas forças armadas do território, a fim de o povo timorense poder exercer livremente o seu direito à autodeterminação e independência"* e recomenda ao Conselho de Segurança" *que adopte medidas urgentes para proteger a integridade territorial de Timor Português e o direito inalienável do seu povo à autodeterminação" (...).*

Em 22 de Dezembro de 1975 o Conselho de Segurança da ONU aprovou, por unanimidade, uma resolução em que

> *(...) " **1.** Pede a todos os Estados que respeitem a integridade territorial de Timor-Leste, assim como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação, de acordo com a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral;*

" 2. Pede ao Governo da Indonésia que retire, sem demora, todas as suas forças do território;

" 3. Pede ao Governo de Portugal que, na sua qualidade de Potência administrante, coopere plenamente com as Nações Unidas, a fim de que o povo de Timor Oriental possa exercer livremente o seu direito à autodeterminação" (...).

Entretanto, em 10 de Dezembro a Indonésia lançava um segundo ataque, desta vez junto a Baucau, a segunda cidade do território, onde se situa o maior aeroporto da ilha.

Ignorando as resoluções da ONU, são desembarcados mais dez a quinze mil soldados indonésios em Dili, Liquiça e Maubara, no dia de Natal de 1975. Em Abril de 1976 o número de militares indonésios em Timor-Leste atingia os trinta e cinco mil!

A anexação do enclave do Oe-Cusse teve lugar a 19 de Dezembro, e a ocupação da ilha de Ataúro, a 29 de Dezembro de 1975.

O controle do interior de Timor foi, no entanto, bem mais difícil, e nunca, até hoje, chegou a ser completo.

Em Dili, e noutras cidades invadidas e ocupadas, o comportamento dos militares indonésios era o mais bárbaro e desumano que se pode imaginar. Assassinatos indiscriminados, inclusivé de mulheres e crianças (e até de alguns dos raros timorenses apoiantes da integração!), roubos e pilhagens, violações e torturas, tudo isso fizeram e continuaram a fazer as forças ocupantes com uma enorme selvajaria.

Tendo sido evacuados de Timor - a conselho da Austrália - praticamente todos os estrangeiros, nas vésperas da invasão, o jornalista australiano Roger East preferiu, no entanto, ficar, para dar testemunho da invasão. Capturado pelos militares indonésios, foi assassinado no porto de Dili, juntamente com centenas de outras pessoas. De nada lhe valeu lembrar aos seus captores que era australiano ...

A Indonésia não queria testemunhas para os seus crimes e, por isso, até a Cruz Vermelha Internacional foi proibída, durante mais de três anos, de ter qualquer representante no território. Só a Rádio-Maubere, da Fretilin e, mais tarde, cartas e relatórios de alguns missionários católicos, permitiam ir conhecendo um pouco a extensão da trajédia, que a propaganda indonésia deturpava completamente.

8 - A COMUNIDADE INTERNACIONAL RECUSOU-SE A ACEITAR A FARSA QUE A INDONÉSIA CHAMOU DE "AUTO-DETERMINAÇÃO"

Logo a seguir à invasão, a Indonésia levou para Dili os dirigentes dos partidos que tinham assinado - em condições que não lhes permitiam outra escolha - o pedido de integração de Timor Português na Indonésia. Em 18 de Dezembro o Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio anunciou, em Jakarta, que se tinha constituído em Dili um "Governo Provisório".

Embora este "Governo Provisório" começasse por afirmar que era desnecessária qualquer consulta popular, de tal maneira era evidente o desejo do povo timorense de se integrar na Indonésia, em 31 de Maio de 1976 é anunciada a criação de uma "Assembleia Representativa Popular", não eleita, mas formada "por consenso e consentimento", isto é, por pessoas escolhidas pelos ocupantes, a qual, logo na sua primeira reunião, aprovou por unanimidade uma petição dirigida ao Presidente Suharto para que aceitasse a integração do território na República da Indonésia. Alguns dias depois, uma delegação constituída por todos os membros da "Assembleia Representativa Popular" e do "Governo Provisório de Timor-Leste" faziam a entrega oficial da petição ao General Suharto. Em 16 de Julho o Parlamento Indonésio aceitou o pedido e no dia seguinte o Presidente da República da Indonésia promulga o decreto de integração de Timor-Português como 27ª Província da Indonésia.

Só depois de terminada esta farsa é que a Indonésia libertou os militares portugueses que reteve em seu poder quase um ano, como reféns.

Entretanto o Director Geral da Missão das Nações Unidas em Genebra, Vittorio Winspeare Guicciardi visitou algumas zonas controladas pelas forças de ocupação, na semana de 19 a 23 de Janeiro de 1976. Tentou visitar outras zonas e contactar com a Fretilin, mas, invocando faltas de transporte, insegurança e outras razões, o "Governo Provisório" conseguiu impedi-lo de o fazer. Uma vez em Darwin, na Austrália, o emissário das Nações Unidas e os representantes do Governo Português tentaram, em comunicação com a Fretilin através do rádio da fragata portuguesa João Roby, estabelecer pontos da costa sul da ilha de Timor onde o enviado especial da ONU pudesse desembarcar para visitar zonas controladas por este movimento. Os governantes indonésios ficaram alarmados com essa possibilidade, e chegaram a pôr a hipótese de afundar a fragata portuguesa. Por fim optaram por bombardear todos os locais mencionados nas mensagens via rádio, impedindo assim que o emissário das Nações Unidas completasse a sua missão.

Com base nos elementos que, apesar de tudo, lhe foi possível recolher, Winspeare Guicciardi elaborou um relatório, com data de 12 de Março de 1976. Com base nesse relatório e nas declarações dos representantes de Portugal, da Indonésia e do povo de Timor-Leste, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em 22 de Abril, uma segunda resolução em que:

> *(...) "Reafirmando o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência (...)"*
>
> *(...) "Apela ao Governo da Indonésia para retirar, sem mais demora, todas as suas forças do território (...)"*

Esta resolução foi aprovada por 12 votos a favor, nenhum contra e com duas abstenções: - Japão e Estados Unidos da América ...

Já depois do Governo ter completado toda a farsa a que chamou de "autoderminação" e até de "independência" de Timor Português "pela integração na

Indonésia", a Assembleia Geral das Nações Unidas voltou a debruçar-se em numerosas ocasiões, sobre a questão.

Assim, em 1 de Dezembro de 1976, aprovou por larga maioria uma resolução em que:

"1 *Reafirma o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência e a legitimidade da sua luta para alcançar esse direito;"*

" *Reafirma as resoluções anteriores da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas;"*

" *Deplora vivamente a recusa persistente do Governo da Indonésia em acatar as decisões das referidas resoluções;"*

"5 *Rejeita a reivindicação de que Timor-Leste foi integrado na Indonésia, na medida em que o Povo do território não teve possibilidade de exercer livremente o seu direito à auto-determinação e independência;" (...).*

Em todos os anos seguintes, até 1982, a Assembleia Geral da ONU aprovou resoluções sobre Timor-Leste, em que lembra o direito à autodeterminação e independência.

A resolução de 1982 *"requere ao Secretário-Geral (da ONU) que se iniciem consultas com todas as partes directamente interessadas, com vista a encontrar os meios que permitam obter uma solução global para o problema"* ... (resolução 37/30, de 23/11/1982).

Portugal empenhou-se fortemente nesta resolução, da qual foi co-patrocionador (o que não tinha sucedido com as resoluções anteriores), tendo nesse ano desenvolvido uma intensa campanha diplomática, nas Nações Unidas e nas capitais, em defesa dos direitos do povo timorense. A Indonésia opôs-se-lhe, votando contra e dizendo não aceitar o mandato assim conferido ao Secretário-Geral.

Vencida a sua recusa inicial (que a exporia a ser acusada de se recusar a colaborar com as Nações Unidas para solucionar pacífica e negociadamente a questão), iniciaram-se (desde 1984) sob a égide do Secretário-Geral, conversações luso-indonésias, a nível de Representantes Permanentes junto das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Após uma primeira fase de intensos contactos em que se registaram alguns progressos na área humanitária (repatriamento de antigos funcionários, reunião de famílias, etc.) constatou-se, todavia, devido à irredutibilidade indonésia em admitir um acto genuíno de auto-determinação, que as posições de Portugal e da Indonésia quanto a este ponto essencial se encontravam ainda irremediavelmente afastadas. O Secretário-Geral, todavia, prosseguiu com os seus esforços no sentido de manter o diálogo aberto. É neste quadro que têm sido mantidas negociações entre os dois países, limitadas, contudo, à definição dos termos de referência, modalidades e datas de uma eventual visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste, com a finalidade de observar, em primeira mão, a situação prevalecente no território.

Tendo em conta o mandato conferido ao Secretário-Geral pela sua resolução 37/30 e a pendência da mediação de que, em consequência, ficou encarregado, a Assembleia geral tem vindo a adiar, desde 1982, o debate sobre a questão e, naturalmente, a adopção de novas resoluções sobre a mesma. O Secretário-Geral tem-lhe apresentado, todos os anos, um relatório das acções empreendidas no exercício do mandato que lhe foi conferido.

Mas não foi só a ONU que não reconheceu a integração de Timor-Leste na Indonésia. Outras instâncias como o Movimento dos Não-Alinhados, a União Inter-Parlamentar (UIP), o Parlamento Europeu (PE) e a Assembleia Paritária ACP-CEE (que reúne parlamentares dos países da Africa, Caraíbas e Pacífico e da Comunidade Económica Europeia), entre outras, têm tomado posição na defesa do direito à autodeterminação do povo timorense.

Assim, apesar da Indonésia ser um dos principais fundadores do Movimento dos Não-Alinhados, este defendeu, sucessivas vezes e durante vários anos, os direitos do povo do território.

Exemplo disso é o texto da Cimeira de Colombo, aprovado em 19 de Agosto de 1976, em que *"a conferência afirma o direito do povo de Timor-Leste à auto-determinação conforme as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Conselho de Segurança"*. Posições semelhantes seriam defendidas em Nova Dili, em 11 de Abril de 1977, e noutras reuniões seguintes.

Quanto à União Inter-Parlamentar (UIP), que reúne parlamentares de todo o mundo e das mais diversas correntes políticas, aprovou diversas resoluções como a duma reunião de 1981 que *"reafirma o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência e convida insistentemente a Indonésia a retirar as suas tropas para permitir o exercício desse direito"*.

Em fins de Setembro de 1982 a UIP aprovou um apelo de Portugal para que os Governos e os Parlamentos de todo o mundo reconheçam e reafirmem o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência.

E até na reunião realizada em Banguecoque, na Tailândia (país que pertence, com a Indonésia, à ASEAN) de 7 a 12 de Outubro de 1987, a UIP aprovou por 791 votos a favor, 122 contra e 207 abstenções, uma resolução que considera preocupante a situação em Timor-Leste e convida as partes intervenientes a colaborar com vista a encontrar uma solução de acordo com o princípio da autodeterminação.

Em 1 de Outubro de 1987 a Assembleia Paritária ACP-CEE, reunida em Lisboa, aprovou, por unanimidade, uma resolução em que:

"1 - *Condena a ocupação ilegal e ilegítima de Timor-Leste pela Indonésia;*

"2 - *Reafirma o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à independência;*

"3 - *Convida as partes interessadas a resolver a questão de Timor-Leste no quadro e segundo os princípios da Carta das Nações Unidas;*

"4 - *Encarrega os seus co-presidentes de transmitir a presente resolução ao Conselho de Ministros ACP-CEE, à Comissão e aos Governo dos Estados Signatários da Convenção de Lomé"*

A Assembleia paritária ACP-CEE é uma espécie de parlamento multicontinental, sendo composta por 132 membros: um representante de cada um dos 66 estados da Africa, das Caríbas e do Pacífico associados, e mais 66 deputados do Parlamento Europeu, e visa a cooperação entre a CEE e esses 66 estados ACP.

A resolução acabada de citar foi proposta por todos os deputados portugueses e pelos representantes dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

O Parlamento Europeu, por sua vez, mesmo antes da entrada de Portugal para a CEE, aprovou uma resolução em 23 de Maio de 1980 que previa o endurecimento das posições dos países da CEE nas votações das resoluções da ONU, e proclamava a necessidade urgente de uma investigação internacional sobre os efeitos da ocupação indonésia sobre a população local.

Mas foi sobretudo a acção concertada dos parlamentares portugueses, de todos os partidos representados, sem excepção, que levou a que, desde a entrada de Portugal para a CEE, em Janeiro de 1986, fossem aprovadas no Parlamento Europeu numerosas e importantes resoluções, de que são exemplos as de 10 de Julho de 1986 e de 23 de Novembro de 1989.

A resolução de 10 de Julho de 1986, aprovada por larguíssima maioria (162 votos a favor e apenas 3 votos contra e 4 abstenções):

> *" A.Considerando que desde Dezembro de 1975 a Indonésia ocupa, pela força, e menosprezando o Direito Internacional, o território de Timor-Leste;*
>
> *(..)*
>
> *"1. Faz apelo ao Governo da Indonésia para que cesse imediatamente todas as hostilidades contra os habitantes de Timor-Leste, ponha fim à ocupação deste território e respeite o direito do Povo Maubere à autodeterminação"*
>
> *(...).*

A resolução de 23 de Novembro de 1989, aprovada na sequência da visita papal ao território e da repressão que se lhe seguiu:

> *(...)*
>
> *"1. Reafirma a sua exigência de que seja reconhecido o direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste, a exercer segundo as normas de direito internacional"*
>
> *(...)*
>
> *"4. Condena, mais uma vez o genocídio que a Indonésia leva a cabo em Timor-Leste"*
>
> *(...)*

9 - EM QUINZE ANOS DE OCUPAÇÃO INDONÉSIA O POVO DE TIMOR SOFRE UM AUTÊNTICO GENOCÍDIO

A Igreja Católica e as restantes igrejas cristãs da Indonésia apoiaram, desde o início, a integração de Timor Português na Indonésia. Por um lado, viam na população católica de Timor um reforço da pequena minoria cristã (cerca de 3% de católicos e 6% de protestantes) na Indonésia. Por outro lado, manifestavam assim o seu apreço e apoio ao Governo Indonésio, por não ter criado um estado islâmico na mais populosa nação predominantemente mulçumana do mundo: - cerca de 88% da população, num total de perto de 140 milhões em 1975 e de 180 milhões em 1990.

Apesar disso, quando uma delegação de padres indonésios visitou Timor-Leste, quatro meses depois de terminada a farsa da "autodeterminação" e do território ser considerado, pelos ocupantes, como a 27ª Província da sua República Unitária, os padres indonésios escreveram em relatório (*) datado de Novembro de 1976:

> *" 80% do território de Timor-Leste está controlado pela FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente - movimento progressista criado a seguir ao 25 de Abril e que comanda toda a resistência do povo de Timor contra a Indonésia).*
> *"O total de vilas e aldeias ocupadas pelas tropas indonésias ronda as 150.000 pessoas, num total de 650.000 habitantes. O que significa que 500.000 pessoas estão fora do seu controle.(...)*
> *" O desejo de integração na Indonésia começa a diminuir devido à má experiência da ocupação das forças invasoras (roubos, incêndios, violações de raparigas, etc.). Um exemplo: 5.000 pessoas desejavam as boas vindas às tropas da Indonésia em Amara. Agora existem apenas 1.000 pessoas na vila, porque o resto da população se juntou à FRETILIN, nas montanhas".*(5)

No seu relatório os padres indonésios afirmam que no 1º ano de ocupação indonésia terão morrido cerca de 60.000 timorenses (quase 10% da população). Esse número que os padres indonésios, a principio, julgavam excessivo, já tinha sido referido publicamente em Jakarta, em 13 de Fevereiro de 1976, por um dos "ministros" do "Governo Provisório" instalado em Dili pelos ocupantes indonésios. Esse "ministro", Francisco Lopes da Cruz, confessara mesmo que muitas das vítimas eram mulheres e crianças e que tinha havido "alguns excessos" sobre pessoas supostas serem da Fretilin (6).

O assassinato, pelas tropas indonésias, de todos os jornalistas estrangeiros que estavam em Timor-Leste, e o bloqueio completo imposto à ilha, quer a jornalistas quer mesmo a organizações humanitárias, impediu, durante muito tempo que o mundo conhecesse a extensão da tragédia.

Foi sobretudo a partir de cartas e de relatórios de religiosas e padres missionários que, a pouco e pouco, algumas notícias conseguiram furar o bloqueio.

Num "Relatório deste triste cativeiro" feito por um missionário e publicado em Fevereiro de 1982 na revista Magnificat dos jesuitas, conta-se o seguinte:

(*) Este relatório foi publicado em 22 de Novembro de 1976 pelo Parlamento Australiano ("Parliamentary Library - Legislative Research Service").

(...)

"No dia 23 de Novembro de 1978 na montanha de Uadaboro, uma das Cordilheiras de Matebia situada na parte leste da ilha de Timor - Leste, foram mortas a rajada de metralhadora cerca de 500 pessoas, inclusivamente mulheres grávidas, crianças de todas as idades, adultos e velhos, quando se vieram render confiando nas propagandas aliciantes feitas pelos indonésios que diziam vir apenas para ajudar o Povo de Timor e para o seu progresso.

"O mesmo aconteceu em Taipo, onde 300 pessoas foram mortas do mesmo modo, bem como em quase todas as partes da província, embora em pequeno número.

"As mulheres novas, solteiras e casadas, eram isoladas em cabanas e forçadas a praticar actos sexuais com os soldados javaneses. Quando resistiam eram então despidas e queimadas com pontas de cigarros. A maioria delas, como nem às torturas cedessem, depois de violentadas, eram fuziladas.

"Várias mulheres casadas eram amarradas juntamente com os maridos e depois de violadas diante deles, eram ambos abatidos.

"Os rapazes e homens válidos, na maioria eram convocados para acompanhar os soldados na caça dos guerrilheiros da libertação e ao chegar ao meio dos matagais, eram fuzilados, informando-se os familiares que tinham fugido para o mato.

"No Posto de Uatolári do Concelho de Viqueque foram exterminados todos os rapazes com a habilitação mínima de 2ª classe da instrução primária para cima. Outras vezes, os fuzilamentos faziam-se à frente dos familares, dos pais, ou esposas"

(...)

E o mesmo relatório continua, mais adiante:

"Nos bombardeamentos aéreos são utilizados vários tipos de bombas sem excluir as de Napalm, em ataques cerrados, na maioria das vezes sobre lugares onde se concentrava mais a população, no sopé da montanha de Matebia onde, num dia, lançaram cerca de 600 a 700 bombas"

(...)

"Desde 1975 até Julho de 1980 os prisioneiros políticos forem quase todos mortos mas, a partir de Julho de 1980, os fuzilamentos diminuiram, por causa da presença da Cruz Vermelha Internacional.

"Se estes prisioneiros forem visitados, por qualquer delegação internacional, são obrigados a dizerem que não são prisioneiros políticos mas sim prisioneiros criminosos. Os que dissessem a verdade seriam mortos depois do regresso dos visitantes"

(...)

"As torturas são de vários tipos, e inacreditáveis: o ferro em brasa, as cadeiras eléctricas, as pontas de cigarro, o arrancar de unhas com alicates, golpes com lâminas, meter os dedos dos pés debaixo das pernas das mesas com grandes pesos em cima etc., com o fim de conseguirem informações ou para obrigar a denunciar os que se mantêm mais firmes no ideal patriótico.

"Durante estas torturas as vítimas encontram-se nuas e as queimaduras são feitas em todas as partes do corpo e principalmente nos orgãos sexuais " (...)

"Apenas o Clero tem trabalhado, para ajudar o infeliz povo de Timor Leste em todos os sectores. Graças à Igreja de Timor, o resto da população tem conseguido sobreviver.

"Há sacerdotes que com coragem enfrentam as armas intercedendo junto dos assassinos pela vida de centenas de milhares de inocentes mesmo já no momento de serem fuzilados.

"Outros vão para as montanhas onde acompanham nos sofrimentos o Povo que resiste e aspira à liberdade e independência:" (...)

"Os terrenos mais férteis dos arredores de Dili encontram-se praticamente todos na posse dos indonésios.

"Fizeram uma lei hábil para que todos os timorenses fizessem registos de aforamentos; mas, por cada metro quadrado deveriam pagar (...) como há falta de recursos, os registos não podem ser feitos e os indonésios apoderam-se dos terrenos"

(...)

"Saíu já uma ordem para que todos os timorenses dos 15 aos 50 anos sejam alistados na guerra contra guerrilheiros da libertação, incluindo mulheres e estudantes, obrigando-os depois a marchar na frente como escudo na luta contra os seus próprios irmãos"

(...)

A barbaridade do comportamento das forças ocupantes foi tal que mesmo os poucos adeptos da integração se revoltaram. Alguns foram à ONU ou enviados a países europeus para fazer propaganda a favor da Indonésia e da integração de Timor. Apesar de serem obrigados a deixar as famílias em Timor ou na Indonésia, que sofreriam caso não desempenhassem as funções que lhes eram incumbidas ou tentassem fugir, grande parte deles conseguiu escapar e vive agora na Austrália (como João Carrascalão, do Comité Central da UDT), em Portugal (com Paulo Pires, da Comissão Política do mesmo partido), ou na Holanda (como José Martins, líder do partido KOTA).

Em 29 de Abril de 1979, José Martins, Presidente do KOTA (Klibur Oan Timur Aswain), escreveu uma carta ao Secretário Geral da ONU em que esclarece (7):

"Excelência,

"No dia 16 de Dezembro de 1975 falei perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas enquanto Presidente do Partido KOTA. Fui solicitado a fazê-lo pelo Representante Permanente da Indonésia nas Nações Unidas, e no âmbito do programa sobre 'A situação em Timor-Leste'.

"Era membro de uma delegação de 3 indivíduos. Os outros eram o Sr. Guilherme Gonçalves e o Sr, Mário Carrascalão, respectivamente representantes da APODETI e da UDT. Os nossos partidos formavam então uma coligação que se opunha à FRETILIN enquanto movimento.

"Vim em Dezembro, mas não como homem livre. Fui forçado, como o foram então muitos outros, e enquanto prisioneiro, a ler o que os indonésios tinham escrito. Agora sou um homem livre. Não pretendo dar detalhes sobre a forma como escapei às maquiavélicas mãos dos indonésios. O meu povo, em Timor-Leste, confia em mim para contar a verdade sobre a nossa situação.

"As minhas opiniões reflectem os sentimentos e os sofrimentos dos homens e mulheres do meu país que continuam a lutar pela autodeterminação e independência de Timor-Leste. Os que, como eu, foram forçados a atravessar a fronteira para território indonésio, encontram-se presos e compreendem agora a natureza perversa do exército indonésio. Tornamo-nos instrumentos do Governo Indonésio no preciso momento em que, fugindo perante o avanço das forças da FRETILIN, entrámos em território indonésio (em Setembro de 1975). A desmembrada direcção da APODETI, UDT, KOTA e Partido TRABALHISTA depressa se apercebeu de que enquanto procurava 'a liberdade' caímos nas mãos do exército indonésio".

Mais adiante, José Martins acrescenta:

"A declaração de integração de Timor-Leste na Indonésia é uma farsa porque foi feita em Bali, na Indonésia, a 2 de Dezembro de 1975. Enquanto a FRETILIN fazia a declaração unilateral de Independência de Timor-Leste, em Dili - capital do território - a 28 de Novembro de 1975, o nosso 'Movimento Anti-Comunista' declarava a 'integração' a 1.000 Km de distância, em Bali, no luxuoso Hotel 'Peneda View' que pertence ao Coronel Sugianto, assistente do General Ali Moertopo. Tudo foi uma verdadeira farsa sem um mandato do nosso povo" (...)

Até o primeiro "Governador de Timor-Leste" colocado pelos indonésios no território pouco depois da invasão, Arnaldo de Araújo, não pode deixar de escrever, em Julho de 1976, uma carta ao General Suharto a protestar contra as pilhagens e os massacres a que não poupavam os membros da APODETI e da UDT, ex-apoiantes da integração.

Em 3 de Junho de 1981, dois membros da "Assembleia regional de Timor-Leste", Leandro Isaak e Sousa Soares, enviam um documento ao Presidente Suharto em que afirmam:

> *"A Assembleia Regional representativa da província de Timor-Leste continua com enorme desgosto a receber relatos escritos e orais, ou queixas do povo, quanto a torturas, assassinatos e outros casos inimagináveis".*

O documento enumera casos concretos de perseguições, com indicação de números de pessoas e localidades, de torturas (incluíndo, no caso de mulheres, a violação e outros abusos sexuais) e mortes, quer por motivos de não-colaboração com os interesses particulares de certos indivíduos ou grupos, quer por acusação de magia negra (isto é, de práticas tradicionais animistas).

Debruçando-se sobre a corrupção generalizada, o documento refere-se ao desvio de medicamentos e alimentação cedidos por instituições humanitárias, à destruição da cultura do sândalo e ao monopólio do café por uma empresa pertencente a altas patentes militares, etc.

A ousadia destes dois membros da "Assembleia Regional" valeu-lhes a prisão, para os forçar a ficar calados como todos os outros. Só as pressões de parlamentares estrangeiros levou as autoridades indonésias a libertá-los.

Num relatório relativo aos meses de Setembro e Outubro de 1981, um missionário católico relata massacres cometidos pelas tropas indonésias durante as operações de cerco e aniquilamento destinadas a acabar com as bolsas de resistência maubere ainda existentes. O horror que os timorenses sofreram, e que foram obrigados a ver, foi tão impressionante, que a revolta interior contra os ocupantes se tornou ainda mais profunda.

Escreve o missionário:

> *"Nós vimos com os próprios olhos o massacre do povo que se rendia: tudo morto, mesmo as mulheres e as crianças, mesmo as mais pequenas ... nem as mulheres grávidas foram poupadas: eram abertas à faca. Diante das mães degolavam os nascituros e, a seguir, acabavam por despedaçar as mães" (...)*
>
> *"A maioria dos massacrados foi, claro, o povo que acompanhava os cambatentes da Frente. Essas famílias não podiam acompanhar a mobilidade dos guerreiros.(...).*
>
> *"Referem também que repetiram o que se soube fizeram o ano passado; a crianças pequenas, agarravam-nas pelas pernitas e giravam com elas para lhes esborrachar o craneo contra as pedras. Um outro refere: tal pessoa de D. vendo um massacre da mãe de um petiz, pediu para ficar com ele; de momento deixaram; depois, mandaram formar aquele grupo; pegaram naquela criança e mataram-na; depois puxaram pelo <<imprudente>> benfeitor e ali também o mataram; a outro que também pediu outra criança, não lhe deram ouvidos os militares indonésios e, diante dele, esmagaram a criancita inocente. E um militar indonésio abriu a boca, mostrou os tais dentes para sorrir e proferiu esta sentença da sabedoria javaneza,para o aterrado timorense: <<você quando limpa a horta, não mata todas as cobras, pequenas e grandes?>> ...*

Tudo isto se passava numa altura em que o Presidente Suharto da Indonésia tinha "oferecido" uma ampla amnistia a todos os timorenses que se entregassem ...

Uma das táticas usadas pelas forças indonésias de ocupação, para aniquilar a Resistência Maubere, foi a de mobilizar e forçar a população civil timorense, homens e rapazes, a avançar à frente das tropas indonésias, e servir de escudo. Assim, muitas dezenas de milhares de timorenses foram obrigados a participar nas operações militares de cerco e aniquilamento montadas pelo exército indonésio, e tiveram que assistir ao macabro espectáculo do assassinato de outros timorenses que estavam com a resistência nas montanhas. É disso que nos fala, noutros passos, o mesmo relatório do missionário relativo a Setembro e Outubro de 1981:

> *"Eles vêem-se com a guerra perdida, não obstante o despilfarro e exibição de forças bélicas. Por parte do povo a rejeição é total, pois desde a primeira hora da invasão sofreu toda a espécie de desprezos. Sabem que perderam todo o apoio do povo. Desesperados, experimentam toda a escala do terror para submeter os espíritos.(...).*
>
> *"Contaram testemunhas que até alguns soldados indonésios choraram perante tamanho horror. Talvez se tenham lembrado de suas mulheres e de seus próprios filhos ...*
>
> *"É bem revelador do nível moral desta tropa o que se ouve a oficiais indonésios: <<nós também fizemos já assim, em Java, no Bornéu, nas Celebes, no Irian Jaya ... e deu resultado>>. Isto é, o terror submeteu os povos.*
>
> *(...)*
>
> *"E os governantes ainda são os mesmo de então.*
>
> *"É evidente que um tal massacre, executado perante representantes de todos os concelhos de Timor, assumia uma gravidade terrível".*

E, noutro passo:

> *"O exército indonésio mete-se no meio do povo: filas de povo e filas de tropas indonésias, em círculo, à volta dos focos da resistência do Mato. A certa altura, põe-se-lhes a estes (Frente) o dilema: destruir os atacantes mas ao mesmo tempo exterminar as multidões do seu povo, ou ... morrerem eles (Mato) para salvar o seu povo. Foi isto o que ontem (26) me referiu o padre D., muito impressionado com este generoso acto heroico de alguns chefes superiores da Frente. Segundo o relato que ele teve, durante algum tempo, aqueles chefes da FRETILIN esforçaram-se para avisar o povo para se separar. Mas ao povo isso era impossível: seria ali todo massacrado; estava envolvido por vários círculos de tropas indonésias ... e não tinham qualquer arma de fogo! E então os chefes (...) da FRETILIN, decidiram pelo seu próprio holocausto para salvar o povo."*

Depois, é o regresso a Dili e às suas aldeias (quando ainda existem!) dos timorenses que foram forçados a acompanhar e a servir de escudo aos militares indonésios:

> *"Em Dili viram-se muitos populares que despertavam horrorosamente a atenção, pelo seu aspecto cadavérico, sepulcral: regressavam das marchas forçadas (...).*
>
> *"As pessoas são ameaçadas de morte imediata se informam alguém de que viram o exército indonésio fazer brutalidade contra as mulheres e crianças. Mas as pessoas não suportam mais estar caladas, e correm ao Bispo a desabafar o seu horror e a sua alucinação, mesmo afirmando que já não se importam de morrer".*

Perante tantas e tais brutalidades e massacres, o Administrador Apostólico de Dili (a quem os timorenses chamam de bispo, por desempenhar as mesmas funções) não pode ficar calado, e denuncia os massacres em cartas enviadas para o exterior e na homília que se seguiu à Procissão em honra de Nª Srª de Fátima, em 13 de Outubro de 1981.

É o mesmo missionário que continua a contar:

"O Povo está mais unido com o Bispo. Os militares indonésios, porém, vendo-se denunciados perante a comunidade internacional, pretendem eliminar, dissimuladamente, a vida do Bispo e de alguns Padres e estão a desencadear uma montada campanha de difamação da Igreja e do Clero. A multidão que estava diante do Bispo era de umas 15 000 pessoas que sintonizaram em pleno com o seu Bispo. É muito importante que tudo isto conste antes de eles matarem o Bispo; na verdade, diz-se aqui que o poderão eliminar, dissimulando um desastre" (...)

Depois desta e outras denúncias que o Administrador Apostólico de Dili, Mons. Martinho Lopes fez, e dos relatórios que mandou para o exterior, as autoridades indonésias moveram influências e fizeram pressões sobre o Vaticano para que o mesmo saísse de Timor e fosse substituído. Em Maio de 1983 o Vaticano substituiu Mons. Martinho Lopes por Mons. Ximenes Belo ...

A terminar o seu relatório o missionário escreve , ainda:

"Os militares indonésios dizem que não farão caso das Nações Unidas e que, quanto aos congressistas americanos, que os temem, mas também os podem comprar."

De tudo o que viu e que soube, este missionário concluíu:

"(...) Duas grandes verdades: é gente (Governo) capaz do genocídio ... e que só temem uma coisa: a condenação pública universal "...

De facto a Indonésia, ao deparar com uma tão forte e generalizada oposição à integração de Timor-Leste, não hesitou em praticar um autêntico genocídio físico e cultural do povo do território.

Dos perto de 700 000 habitantes que tinha timor em 1975,(*) em 1980 a Igreja Católica recenseou apenas 425 000. Mesmo admitindo que o recenceamento da Igreja não fosse completo, e considerando que cerca de dois a três mil timorenses tinham conseguido, entretanto, saír do território, o número de mortos resultantes da invasão e desses cinco primeiros anos da ocupação indonésia deverá cifrar-se em cerca de 200 000 (mais de um quarto da população !!!). O próprio Center of Defense Institute, de Washington, publicou em Maio de 1983 uma estimativa de 100 000 a 250 000 mortos no conflito de Timor, o que o colocava em segundo lugar entre as guerras mais mortíferas em curso, nessa altura. Só o Camboja ultrapassava esse valor!

Os bombardeamentos indonésios de 1977 a 1979, com napalm e todo o tipo de armas, visando destruir tudo o que fosse vivo - pessoas, animais e hortas - foram extremamente mortíferos e deram origem a grandes fomes.

(*) O censo de 1970 registava 609 477 pessoas no Timor Português, e os Serviços de Estatística de Repartição do Gabinete de Timor assinalavam 645 155 habitantes em 1973. As deficiências dos Serviços levam a pensar que os números reais seriam um pouco maiores. Em 1974 uma estatística da Igreja Católica estima a população do Timor Português em 688 771 almas, o que corresponderia, em 1975 a perto de 700 mil, dada a elevada taxa de crescimento verificada a partir da década de sessenta.
Em 27 de Dezembro de 1978 (três anos depois da invasão) as autoridades indonésias estimavam a população de Timor-Leste em 498 433 pessoas! (8)

Segundo estatísticas do próprio "Governo Provincial de Timor" citadas num relatório de uma Comissão do Senado Australiano (9) o gado existente em Timor sofreu uma redução extremamente drástico, de 1973 (dois anos antes da invasão) a 1979 (quatro anos depois do início da ocupação indonésia:

	1973 (milhares)	1979 (milhares)	Redução em Percentagem
. Bufalos	141	24	83%
. Cavalos	139	15	89%
. Porcos	305	27	91%
. Ovelhas e Cabras	318	36	88%

As estatísticas relativas à agricultura são mais difíceis de fazer mas, a avaliar pelo que diziam na sua carta ao General Suharto os dois membros da "Assembleia Regional" da "Província de Timor", a cultura do sândalo foi completamente destruída. O que não ardeu nos bombardeamentos terá sido arrancado, até às raízes, pela cupidez de alguns ocupantes ...

Com a sua política de "terra queimada", de destruição sistemática de tudo o que fosse vivo, os ocupantes indonésios arrasaram quase todo o território de Timor-Leste.

Fizeram-no com recurso, em grande parte, a armamento americano e doutros países ocidentais, adquirido para o efeito. E fizeram-no apesar de os representantes mandatados pelos indonésios declararem nas Nações Unidas, sucessivas vezes, que a situação no território era normal ou quase normal. Como afirmou o representante do "Governo Provisório de Timor-Leste" perante o Conselho de Segurança em Abril de 1976:

"a vida voltou à normalidade em Timor-Leste, se exceptuarmos alguns distúrbios causados por gangs da Fretilin em zonas isoladas" ...

Como justificarão os indonésios a morte de mais de um quarto de população e de cerca de 90% do gado nos primeiros quatro anos de ocupação?

A partir de 1980 os massacres passaram a ser mais selectivos e localizados, como aqueles que refere o missionário no seu relatório de Setembro-Outubro de 1981.

Em Março de 1983 houve conversações de paz e de Março a Agosto vigorou uma trégua. Mas logo a seguir os massacres continuaram, bem como as prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos.

Em Março de 1984 uma carta de um padre, que conseguiu furar o bloqueio, diz:

"O genocídio deste verdadeiro campo de concentração continua. Cada povoação não é mais do que um curral onde o militar vai escolher a quem matar ou torturar" (10)

E outro padre escreve em 14 de Julho de 1984:

"Desde Março de 1984 em Hau-Ba, perto de Bobonaro, muitos homens e rapazes foram presos e mortos. No suco de Kota-Boot, perto de Hau-Ba, quase todos os homens e rapazes desapareceram. Eram levados pelos tentaras (militares) e mortos" (10)

Como se não bastasse matar os timorenses, para que o extermínio da população seja mais completo, as autoridades indonésias não só implantaram em Timor os seus serviços de planeamento familiar, como começaram a fazer esterilizações forçadas, temporárias ou definitivas, de mulheres timorenses. Apesar de numerosos protestos, veiculados, nomeadamente, pelas autoridades religiosas, a contracepção forçada e as esterilizações têm prosseguido.

Em princípios de 1987 o Sub-Comité das Operações Exteriores do Congresso Americano manifesta a sua preocupação acerca de *"um programa de controlo da população imposto em Timor-Leste pelas autoridades ocupantes, apesar do severo despovoamento da ilha após a invasão indonésia em 1975"* (11).

Os timorenses queixam-se de que, frequentemente, os médicos indonésios inventam complicações relacionadas com o parto para extraírem os úteros ou fazerem outras intervenções cirúrgicas que tornam estéreis as suas mulheres.

Muitas vezes as drogas contraceptivas são dadas como se se tratasse de remédios ou de vacinas. Apesar dos desmentidos da imprensa indonésia, destinados a apaziguar a revolta popular contra métodos tão desonestos de enganar a população, em Janeiro de 1989 o próprio Governador nomeado pelos ocupantes, Engº Mário Carrascalão, confessava à revista mensal Matra:

> *"Eles lançaram recentemente um programa de injecções em todas as escolas do ensino secundário do Estado (SMAI e II e SMEA - secundário superior e Economia). Só as raparigas foram injectadas e apenas lhes disseram que se tratava de injecções anti-tetânicas. Muito bem. Então eu perguntei: 'porquê só as raparigas?' Responderam-me: ' Para garantir que, mais tarde, quando se casarem ou tiverem filhos, eles não nasçam com doenças'.*
>
> *Eu disse-lhes que o controlo da natalidade em Timor-Leste é uma questão muito delicada. Até agora temos sido discretos, não nos servindo de tudo. Mas agora a questão rebenta com o BKKBN a pedir às autoridades sanitárias que lancem uma campanha de injecções que dizem ser contra o tétano mas são na realidade esterilizações.*
>
> *"O programa de controlo da natalidade é um programa nacional para regiões onde as condições são normais. Porque não me consultaram? Talvez lhes tivesse sugerido que utilizassem outros métodos (...).* (12).

Para completar a política de genocídio, o Governo Indonésio facilita e promove o envio para Timor-Leste de transmigrados de Java e outras ilhas. Hoje o seu número ascende a perto de cem mil.

Embora os casamentos mistos, de timorenses com indonésios, sejam raros, as violações sistemáticas das mulheres pelos soldados das forças de ocupação deram já origem a um número muito elevado de crianças com pai indonésio. Enfim, todos os meios são considerados bons, pelos ocupantes, para conseguir o objectivo de destruir os timorenses enquanto Povo! ...

A fim de mascarar essa política, a Indonésia investe em estradas, hospitais e escolas, e não se cansa de alardear o grande desenvolvimento do território. Apesar disso, e do auxílio de algumas agências internacionais de socorro entretanto autorizadas a entrar, ainda em 1990 prevalece a fome em muitas regiões. Estas zonas são escondidas aos visitantes convidados pelos ocupantes ...

Com alguns períodos de maior acalmia - durante os quais se abrem um pouco as fronteiras e se deixam entrar pessoas seleccionadas e sair alguns timorenses - e outros períodos de maior repressão, o genocídio continua! ... Um genocídio também cultural, com a imposição da lingua indonésia e a perseguição, tortura e assassinato dos que praticavam cultos animistas tradicionais.

A Indonésia tentou também islamizar, mas as tentivas saíram frustadas porque o povo procurou refugiar-se dos ocupantes aderindo mais e mais à Igreja Católica, que os protegia. Mais recentemente as autoridades indonésias proibiram o uso do tetum (lingua veicular timorense) nas missas, mas esta proibição não foi respeitada. Nas escolas, a doutrinação é completa, e procura destruir tudo o que seja timorense ...

O Tribunal Permanente dos Povos reunido em Lisboa de 19 a 21 de Junho de 1981 considera que o povo de Timor-Leste foi, de facto, vítima de genocídio.

Depois de lembrar que

> *"o genocídio é um crime contra o direito das gentes" (...) "com a intenção de destruir parcial ou totalmente um grupo nacional, étnico, racial ou religioso enquanto tal"*,

o Tribunal conclui:

> *"No caso de Timor-Leste o Tribunal tem conhecimento da amplitude dos massacres de que foi vítima a sua população. (...) A conjugação dos massacres físicos e da destruição cultural demonstra (...) tratar-se efectivamente de um genocídio" (...) "O Tribunal considera que as autoridades Indonésias devem ser condenadas pelo crime de genocídio, depois de terem sido condenadas por crime de agressão"*.(7)

Por sua vez, em 28 de Março de 1984 a Conferência Episcopal Portuguesa, em Nota do seu Conselho Permanente afirma:

> *"Não obstante implicações de outra natureza que poderiam inventariar-se, é ilusório pensar-se que, por detrás dos tristes acontecimentos que ocorrem em Timor, não esteja a consciência de uma entidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada. Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lha traduz-se, não apenas num genocídio físico, mas num genocídio, digamos, "cultural", este mais grave do que o primeiro porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras".*

Em 9 de Junho de 1989, poucos meses antes da visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II a Timor-Leste, noutra nota da Comissão Permanente da Conferência dos bispos católicos portugueses esta mesma afirmação é retomada na íntegra.

De facto é dum genocídio que se trata. Por isso, apesar de todas as promessas de abertura dos últimos dois anos, as autoridades indonésias nunca permitiram uma investigação independente sobre esta gravíssima questão!.

10 - APESAR DOS ENORMES SOFRIMENTOS E DIFICULDADES, A RESISTÊNCIA TIMORENSE MANTEM-SE FIRME E TENAZ

Quando os generais indonésios decidiram invandir e anexar Timor, pensaram que escassos dias seriam suficientes para ter o território e a sua população inteiramente sob controle.

Idêntica esperança tinha o embaixador do Reino Unido em Jakarta (Sir Jonh Archibald Ford) que, em relatório de Julho de 1975 para o Ministro dos Negócios Estrangeiros Britânico afirmava:

> *"Sem dúvida, visto daqui, é do interesse britânico que a Indonésia absorva o território logo que possível e com o mínimo de espalhafato; e se se chegar a uma situação em que haja problemas nas Nações Unidas, devemos manter a cabeça baixa e evitar tomar uma posição contra o governo da Indonésia"*. (3) (5).

A opinião do embaixador Newson, dos Estados Unidos, depois de ter recebido instruções do seu governo, mais precisamente, do Secretário de Estado Henri Kissinger, parece ser a mesma. É o que se pode concluir da citação feita pelo embaixador australiano de uma conversa que com ele teve na mesma altura:

> *"O seu comentário (de Newson) um tanto cínico, foi de que, se a Indonésia deseja intervir, os Estados Unidos esperam que o faça << eficazmente, rapidamente e que não utilizem o nosso equipamento >>"*. (3).

De facto era de tal maneira grande a diferença de poderio da quinta nação mais populosa do globo em relação ao pequeno e sub-desenvolvido povo de Timor-Leste, que era fácil imaginar que muito rápidamente seria esmagada qualquer eventual reacção. O facto de se tratar de um território insular, sem o mínimo apoio militar do exterior e sem qualquer país vizinho que pudesse oferecer "santuários" de recuperação à resistência, tornaria esta extremamente frágil e vunerável.

Apesar de tudo, ao fim de quinze anos de ocupação brutal, em que a Indonésia usou de todos os meios ao seu dispôr, incluíndo moderno equipamento militar especialmente concebido para a luta anti-guerrilha e fornecido pelos Estados Unidos da América, Reino Unido, França, Holanda e outros países, a resistência continua viva e tenaz.

Duas realidades marcantes estão por trás dessa surpreendente resistência:

- Por um lado, a enorme diferença cultural que, como já vimos, separa os timorenses dos javaneses.
- Por outro lado, o comportamento brutal das forças indonésias que em vez da submissão pelo terror provocou a mais profunda e generalizada revolta.

Muito esquemáticamente, podemos considerar seis fases distintas nestes quinze anos de sofrida ocupação e de tenaz resistência. É o que descrevemos sumáriamente de seguinda, sem esquecer que a realidade é bastante mais complexa, e que as várias fases se interpenetram e as suas características se misturam, muitas vezes.

1ª fase: - de Dezembro de 1975 até Agosto de 1977:
- guerra de posições clássica

As diferenças culturais já assinaladas, e o comportamento brutal e a bestialidade demonstrada pelas tropas indonésias, aquando da invasão, fez com que a maioria da população preferisse a fuga para o interior do que cair nas mãos dos ocupantes.

Com cerca de 85 % da população refugiada sob a sua protecção, a Fretilin não tem outra solução senão enveredar pela guerra de posições clássica, com fronteiras mais ou menos bem delimitadas. Alguns raids que, de tempos a tempos, quer a resistência quer as forças de ocupação fazem às zonas controladas pela outra parte, não alteram substancialmente este quadro global.

Para o interior das referidas linhas delimitativas, onde as Falintil - forças armadas da Fretilin - travam o avanço do invasor, a vida prossegue quase normalmente: - a população cultiva as suas hortas e cuida do gado, as escolas funcionam, e até um grande "congresso" de curandeiros ("matandocs") se realiza, para recolha e sistematização de informações sobre plantas medicinais, a fim de minorar os efeitos da falta de medicamentos.

Assim, até finais de 1977 a situação em Timor-Leste caracteriza-se pelo controle, por parte da Fretilin, da maior parte do território e da população.

A *"Operasi Seroja"*, planeada pelo general Benny Murdani, e com a qual este previa conquistar a meia ilha em escassos dias sem qualquer dificuldade, foi um fracasso.

Durante dois anos as forças ocupantes limitaram-se a controlar as cidades e vilas, e algumas vias de comunicação.

2ª fase: - De Setembro de 1977 até principios de 1981:
- campanhas de cerco e aniquilamento e destruição das Bases da Resistência

Em Setembro de 1976 os EUA forneceram à Indonésia os primeiros aviões Bronco OV-10, especialmente concebidos para a luta contra insurreições. Pouco tempo depois a Indonésia começa a utilizá-los no bombardeamento das zonas controladas pela Fretilin, matando milhares de timorenses, incluíndo mulheres e crianças.

Em 4 de abril de 1978 é a vez do Reino Unido vender à Indonésia oito aviões Hawk, da Bristish Aerospace, especialmente concebidos para ataques a objectivos terrestres.

É com estes e outros equipamentos sofisticados, adquiridos pela Indonésia para subjugar o povo de Timor-Leste, e fornecidos pelos principais países ocidentais fabricantes de armamentos, que a partir de Setembro de 1977 os generais javaneses vão adoptar uma nova tática.

Apercebendo-se da vulnerabilidade da Fretilin, resultante do próprio facto de controlar a maior parte da população e do território - o que lhe retirava mobilidade - a Indonésia organiza sucessivas e sistemáticas campanhas de "cerco e aniquilamento". Com início em Setembro de 1977, estas campanhas serão continuadas por todo o ano de 1978.

Nelas os generais indonésios envolveram enormes contigentes de efectivos militares, e recorrem ao bombardeamento sistemático (inclusivé com napalm e desfolhantes) de tudo quanto é vivo: homens, mulheres, crianças, animais e culturas.

A fome e a doença começam a alastrar, e o número de mortos e feridos aumenta todos os dias.

A partir de meados de 1978 é a própria Fretilin que recomenda à maior parte da população, que tinha vivido sob a sua protecção, para se entregar aos indonésios.

Os poderosíssimos e sofisticados meios bélicos utilizados pelas tropas indonésias contra forças mal armadas e que ainda continuavam a fazer a guerra clássica, vai-lhes permitir destruir, umas após outras, todas as bases de apoio da resistência.

Entretanto o primeiro Presidente da Fretilin, Xavier do Amaral (que fora demitido) entraga-se ao ocupante.

Em 22 de Novembro de 1978 cai a última Base de Apoio da Resistência, no Monte Matebian (centro - leste).

Em 3 de Dezembro desse ano é a vez de Alarico Fernandes - responsável pela informação e segurança - se entregar aos indonésios, levando consigo o posto emissor-receptor, e acabando assim com a Rádio Maubere.

Em 31 de Dezembro de 1978 morre em combate o segundo Presidente da Fretilin, Nicolau Lobato.

Tendo alcançado todas estas vitórias, os indonésios pensam que, finalmente, venceram a guerra.

De facto a situação era dramática para a resistência.

- 80 % dos membros do Conselho Superior da Luta tinham morrido;
- Do Comité Central da Fretilin, que tivera cerca de cinquenta membros, restavam três!
- 80% das Falintil tinham sido perdidas;
- Mais de 90 % das armas cairam nas mãos do ocupante;
- As ligações entre grupos da resistência sobreviventes, e destes ao exterior, estavam cortadas.

Entre 7 e 9 de Setembro de 1978, ao fim de quase três anos de guerra, a Indonésia permite, finalmente, que alguns jornalistas façam uma curta visita a Timor-Leste. Estes ficam chocados com a fome e a elevada taxa de mortalidade nos "centros de realojamento", onde as forças indonésias concentram as populações timorenses que se entregam. Essa situação leva parlamentares australianos a pedir que a Indonésia permita a entrada da Cruz Vermelha Internacional em Timor-Leste, o que, no entanto, só acontecerá um ano mais tarde, em Outubro de 1979.

Em 1979, 80 e 81 a Indonésia organiza batidas sistemáticas para apanhar o que restava da resistência, ao mesmo tempo que promete amnistiar aqueles que se entragassem.

Algumas mulheres timorenses são convencidas a falar por altifalantes, a pedir aos seus maridos, ainda no mato, que se entregassem, porque tinham a promessa de que seriam bem tratados pelos indonésios. A maior parte dos que acreditaram nessa propaganda, foram mortos, tal como os que foram apanhados em combate. E muitas das mulheres, depois de violadas e torturadas, tiveram o mesmo destino ... A brutalidade javanesa torna-se ainda maior!

Em 10 de Junho de 1980 (dia de Portugal) as forças ocupantes são supreendidas por um ataque da Fretilin ao emissor de televisão de Dili, ao paiol e a aquartelamentos na capital de Timor-Leste. É o sinal percursor de um novo recomeço.

3ª fase: - De Março de 1981 a Março de 1983:
- Mobilização da população civil para servir de escudo às tropas indonésias, e reestruturação da Resistência.

Reagindo à brutalidade das forças ocupantes, e ao sistemático desrespeito, por parte dos indonésios, de todas as promessas por estes feitas, a Resistência Maubere renasce das cinzas. A sua posição torna-se mais radical; - "vitoria ou morte" é o seu lema.

De 1 a 8 de Março de 1981 a Fretilin consegue reunir uma Conferência Nacional, em Timor, na qual é eleito Kay Rala Xanana Gusmão como novo lider da Resistência. A partir daí a tática desta passará a ser a de guerrilha.

Constatando que persistiam alguns focos de resistência, as forças de ocupação decidem mobilizar cerca de quarenta mil timorenses, entre os 15 e os 55 anos, para seguirem, desarmados, à frente das tropas indonésias e sevirem de escudo.(13). São forçados a formar cordões contínuos, em volta de montes onde se suspeita da presença de guerrelheiros da Fretilin, e a avançar à frente dos soldados indonésios, apertando o cerco. É assim que dezenas de milhares de homens e jovens timorenses são obrigados a presenciar cenas de uma selvajaria inimaginável, praticadas pelos ocupantes sobre guerrilheiros e suas mulheres, mesmo grávidas, e sobre seus filhos e filhas, incluindo bebés.

Era o domínio pelo terror, que o "Testemunho de um Missionário", já atrás citado, documenta (5).

Mas o horror dessas campanhas não fez, senão, aumentar a determinação de resistir a qualquer preço, que se torna cada vez mais forte entre os timorenses. A partir de finais de 1981 as acções da guerrilha começam a aumentar em número e em importância, e prolongar-se-ão por todo o ano de 1982.

Em Fevereiro de 1983 a Fretilin penetra em cinco vilas timorenses, de onde expulsa os ocupantes, ao mesmo tempo que importantes combates, envolvendo cerca de 2.500 guerilheiros, têm lugar junto às vilas de Aileu, Same, Suai, Viqueque e Lospalos.

4ª fase: - De Março a Agosto de 1983:
- Conversações de paz e cessar-fogo

Perante os exitos da guerrilha maubere, os indonésios resolvem mostrar-se aparentemente dialogantes. A seu pedido iniciam-se, em 20 de Março de 1983, Conversações de Paz entre o Comandante-em-Chefe da Forças Armadas Indonésias em Timor, Coronel Purwanto, e o lider da Resistência, Xanana Gusmão.

As conservações têm lugar em Lari-Gutu, zona controlada pela Fretilin. Na mesa das conversações apenas se vê a bandeira da Resistência, como testemunham numerosas fotografias.

Em 23 de Março é assinado um cessar-fogo, ao mesmo tempo que a Fretilin propõe o seguinte Plano de Paz.(14)

"1. No âmbito das resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV) da Assembleia Geral da ONU, sob a mediação do Secretário Geral desta organização, deverão ser encetadas Conversações directas entre Portugal, Indonésia e Fretilin, no quadro das Nações Unidas para debater:

"a) A constituição de uma força de Paz da ONU ou uma Força Multinacional, devendo assegurar a sua imparcialidade como condição indispensável para garantir e viabilizar:

- *"o funcionamento de uma Administração Transitória;*
- *"a implementação correcta das decisões tomadas ao longo do processo de diálogo sobre o estacionamento das forças beligerantes - as Falintil e as Forças Armadas Indonésias.*

"b) A organização de consultas livres e democráticas ao Povo Maubere.

"c) A marcação de uma data para a transferência da soberania.

"2. Reserva-se à Austrália o direito de participação nas Conversações como Observador.

"3. Mais observadores poderão ser aceites desde que propostos em igual número por cada uma das partes referidas no ponto 1 e acordadas por todos".

Em 10 de Maio de 1983, o Presidente do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional, o Comandante-em-Chefe das Falintil Kay Rala Xanana Gusmão, esclarecia, em comunicado:

"A Fretilin declara que o Povo Maubere está consciente da sua inserção no Sudeste Asiático. A Fretilin declara, por isso mesmo, que não deseja nem desejará que Timor-Leste seja um foco de irradiação de conflitos. Timor-Leste será um país não-alinhado e seguirá a política de coexistência pacífica. Os seus princípios regularão as relações com todos os Países e estreitarão os laços de cooperação no plano técnico, económico e cultural com os seus vizinhos. O Povo Maubere sabe que deve respeitar os interesses dos seus vizinhos e acredita também que os seus legítimos interesses serão respeitados".

Uma adenda a este Plano de Paz prevê ainda:

"I - Participação de Portugal, como potência descolonizadora, representado por um Alto Comissário
"II - A formação, durante o período de transição, de um governo de unidade nacional, com a participação de Portugal, com um Alto Comissário, até às primeiras eleições gerais". (14).

Infelizmente a contra-informação indonésia conseguiu apresentar ao mundo estas Conversações de Paz como uma rendição da Fretilin, e a oportunidade de se alcançar uma paz justa e uma solução durável e conforme ao direito internacional, gorou-se.

5ª fase - De Agosto de 1983 a Setembro de 1989:
- Reforço da Unidade Nacional e desenvolvimento da luta clandestina nas cidades.

Em vez de tomarem na devida conta o Plano de Paz apresentado pela Fretilin, alguns generais indonésios preferem aproveitar o tempo de tréguas para melhor conhecerem as forças da resistência e para tentar comprar os seus líderes.

Em Agosto de 1983, não tendo conseguido nada com as suas promessas falaciosas e supondo conhecer já o suficiente da organização da guerrilha para lhe dar o golpe final, o General Benny Murdani ameaça:

"se os guerrilheiros da Fretilin não aceitarem a oferta de amnistia feita pelo Governo em Timor-Leste, então o Governo desencadeará um golpe decisivo".
"Desta vez não haverá mais brincadeiras e não haverá misericórdia", acrescentou.

"Não posso deixar a unidade do país ser destruída".
"As forças Armadas usarão todos os meios que possuem numa operação de limpeza para varrer os rebeldes que restam da Fretilin".

O General prometeu e cumpriu.

De facto, em 17 de Agosto - aniversário da independência da Républica da Indonésia -, desencadeava uma violentíssima acção militar, envolvendo dezenas de milhar de soldados indonésios, dispondo de todo o género de equipamentos sofisticados fornecidos pelos Estados Unidos, pela Grã-Bertanha, pela França, pela Holanda e por outros países civilizados e com tradições na defesa dos Direitos do Homem.

Contrastando com esta situação de guerra aberta, na qual a Indonésia empregava dezenas de milhar de homens e todo o genéro de meios bélicos ao seu dispôr para esmagar a Resistência, massacrava toda a população da aldeia de Kraras e fazia extensas violações dos direitos do Homem, o representante indonésio ao discursar em 1 de Setembro de 1983 perante o Comité de Descolonização das Nações Unidas descrevia a situação em Timor-Leste do seguinte modo:

"A província está em paz. As feridas da guerra civil incitada pela Fretilin e pelos portugueses foram saradas. Toda a população está activamente envolvida no desenvolvimento económico, social e cultural da sua província, como parte da República Indonésia".(15)

Tendo em conta os enormes meios bélicos empregues contra a Resistência Maubere, o General Benny Murdani previu o termo total da rebelião até 5 de Outubro de 1983, e prometeu apresentar em Jakarta, nessa data - que é a festa das Forças Armadas Indonésias - importantes troféus da guerra de Timor. Pensava, naturalmente, em apresentar o Comandante-em-Chefe das Falintil, Xanana Gusmão, vivo ou morto, e outros dirigentes da guerrilha.

Mas essa promessa não a cumpriu o Comandante-em-Chefe indonésio.

Não só não conseguiu apanhar nenhum dirigente da Fretilin, como teve que adiar, sucessivas vezes, a data de termo do estado de excepção em Timor-Leste.

Em meados de Outubro de 1983, o "Governador" do território, Mário Carrascalão, já era mais prudente, mas ainda afirmava: (16)

"Creio que tudo estará terminado dentro de meses. Creio que no espaço de alguns meses a situação em Timor-Leste estará completamente normal" ...

Em Janeiro de 1984 Jakarta ainda previa que as operações pudessem terminar no mês seguinte. (17)

Mas os anos foram passando e as operações de grande envergadura, envolvendo as melhores tropas de elite do regime indonésio, incluíndo as forças sob o comando do coronel Prabowo, genro do Presidente Suharto, foram-se repetindo sem grande sucesso. Nalguns casos, como em 1985, a população civil timorense é de novo mobilizada para servir de escudo às tropas indonésias.

A guerrilha estende-se, de novo, a quase todo o território, embora com acções pouco frequentes, a fim de não sofrer um desgaste excessivo e de poder aguentar uma resistência prolongada.

Ao mesmo tempo reforça-se a unidade nacional dos timorenses, independentemente dos partidos a que antes pertenceram. Mesmo ex-apoiantes da integração participam na luta contra a ocupação, seja em redes clandestinas, seja mesmo na frente armada.

A convergência de todos os nacionalistas timorenses na luta contra a ocupação indonésia da sua pátria e pela sua auto-determinação e independência, foi proclamada pela Fretilin em 1983 e é vivida, de facto, no dia-a-dia da luta no interior de Timor. É nessa linha de pensamento e de conduta que, em 1984, Xanana Gusmão lança um apelo radiofónico, com uma mensagem em que diz:

"nós no interior estamos unidos; é bom que vós, no exterior, também estejais unidos"

Correspondendo a este apelo do lider da Resistência, as direcções da Fretilin e da UDT no exterior assinam, em 18 de Março de 1986, um acordo de cooperação mútua que consubstancia a "Convergência Nacionalista" timorense. O objectivo fundamental é "as duas formações conjugarem esforços na defesa do direito inalienável do Povo Timorense à auto-determinação".

Em conferência de imprensa dada em 20/3/86 pelos mais altos dirigentes dos dois partidos, em Lisboa, estes afirmam: *" a necessidade de as duas formações conjugarem esforços na defesa do direito inalienável do Povo Timorense à auto-determinação;"*

No comunicado conjunto:

"As duas delegações reafirmam o papel preponderante de Portugal pelas responsabilidade que lhe são conferidas pela Constituição da República Portuguesa e pelo Direito Internacional".

E, na conferência de imprensa os lideres timorenses ainda esclarecem:

(...)
"das conversações até agora havidas entre delegações da Fretilin e da UDT resultou já um consenso sério e profundo entre as duas formações políticas para a defesa da instauração de um regime democrático, de tipo ocidental, em Timor-Leste. Trata-se de um dado importantíssimo e fundamental, para cuja consolidação tanto a UDT como a Fretilin desejam o contributo decisivo de todas as forças políticas portuguesas, para que este facto novo possa contribuir para um mais correcto posicionamento da questão de Timor-Leste, no plano internacional, de modo a concitar as atenções para o que efectivamente está em causa: a defesa do direito internacional e dos princípios contidos na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem".

Em coerência com estas posições, as Falintil deixam de ser as forças armadas da Fretilin, para se tornarem nas Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste, como declara o seu líder em mensagem de 7 de Dezembro de 1987, da qual citamos:

"as Falintil só terão uma sublime missão a cumprir: a defesa da Pátria de todos nós e a manutenção da ordem interna, instaurada por uma Constituição que proclame a defesa das liberdades individuais e colectivas e o respeito pelos interesses de todos os cidadões e camadas sociais de Timor-Leste!. Para que as gloriosas Falintil possam vir a cumprir plenamente a sua missão, dentro da estrutura do governo, seja qual for a tendência política do executivo, necessário se tornava afirmar desde já a neutralidade das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste".

Em carta de 31 de Dezembro de 1988, para completar o processo de despartidarização das Forças Armadas de Libertação Nacional, o Comandante-em-Chefe, Xanana Gusmão, comunica a sua saída da Fretilin.

Em 5 de Outubro de 1989 é de novo Xanana Gusmão quem esclarece e precisa melhor ainda:

> *"As Falintil (...) adquiriram, nestes últimos onze anos, o verdadeiro papel que lhes cabe e que se insere apenas na defesa da Pátria, tendo ficado assim libertas de qualquer dependência política para com determinado partido".*
>
> *(...)*
>
> *"As Falintil não fazem política, mas desde já estão empenhados a ajudar a construir uma nação livre e democrática, sob os fundamentos do respeito pelas liberdades de pensamento e associação, de expressão e reunião e do respeito integral pelos direitos universais do Homem.*
>
> *"O pluripartidarismo e uma economia de mercado serão os alicerces para um Timor-Leste independente (que os guerrilheiros estão construíndo com os seus cadáveres!). Estado livre e não-alinhado que não renunciará ao firme propósito de se candidatar à ASEAN, como contributo mais positivo para a estabilidade regional".*

Simultâneamente, a luta nas cidades e regiões controladas pela Indonésia vai-se organizando. Criam-se redes clandestinas, que furam o bloqueio noticioso que foi imposto à ilha de Timor, e começam a surgir as primeiras manifestações. Nalguns casos estas consistem apenas no hastear de bandeiras da Fretilin ou de Portugal (como aconteceu em Dili na noite de Natal de 1987). Noutros casos são panfletos, distribuídos clandestinamente, como aqueles que em 11 de Novembro de 1987 apareceram no Palácio das Repartições, no Quartel General, no Parlamento Provincial de Timor e noutros edifícios públicos e diversas zonas de Dili, e nos quais se lê:

> *"Fora de Timor, cães indonésios, queremos o regresso dos portugueses para a auto-derminação e independência da nossa Pátria, Timor-Leste".*

Logo a seguir, alguns padres timorenses e um missionário português são interrogados pelos serviços secretos indonésios e sujeitos a fortes pressões e ameaças.

Com o envio de estudantes timorenses, como bolseiros, para as universidades indonésias de Jakarta e Yogyakarta, em Java, de Dempasar, em Bali, e outras, a rede clandestina estende-se até ao coração da Indonésia. E, apesar das denúncias que levam alguns estudantes timorenses à prisão, e que, em certos casos, acabam na morte "acidental" de outros - como aconteceu ao recém-licenciado em Economia, José António Moniz da Silva, em 15 de Dezembro de 1987 - a luta do Povo Maubere começa a ser conhecida dos universitários indonésios.

6ª fase: - De 12 de Outubro de 1989 até hoje (Setembro de 1990):

- A juventude timorense, educada pelos indonésios, manifesta-se contra a ocupação, e os próprios universitários indonésios acordam para o problema de Timor-Leste.

A visita de quatro horas que o Papa João Paulo II fez a Timor, em 12 de Outubro de 1989, tornou-se um marco do mais alto significado na luta do Povo Maubere pela sua auto-determinação e independência. Não pelo que o Papa disse ou não disse na sua homilia em Taci-Tolu, nos arredores de Dili. Não pelo que o Papa fez ou deixou de fazer em Timor. Mas pela coragem dos jovens timorenses em gritar o seu desejo de independência, e a sua determinação na luta. Ao fazê-lo, os jovens estudantes sabiam que corriam graves riscos de serem presos, de serem torturados, e até de serem assassinados e ou "desaparecidos". Mas, apesar disso, ousaram aproveitar essa ocasião única de haver jornalistas estrangeiros, e destes estarem menos condicionados do que o estão habitualmente os raros visitantes autorizados a entrar em Timor, para manifestar a sua revolta contra a ocupação indonésia.

Francesc Valls, jornalista do diário madrileno El País, foi um dos jornalistas que presenciou os acontecimentos. São dele os dois parágrafos que a seguir reproduzimos:

> *"O cuidado minucioso com que o Governo Indonésio preparou a visita do Papa a Dili, capital de Timor-Leste, veio ontem por água abaixo devido a uma manifestação contra a anexação desta ex-colónia portuguesa pela Indonésia que a ocupou em 1975. Os gritos por um Timor-Leste independente ecoaram em português e tetum, quando João Paulo II concluíu, com as palavras ""ite missa est", a celebração eucarística da que se previa ser a etapa mais polémica da viagem que o Pontífice realiza ao sueste asiático".*

E, mais adiante conta o mesmo jornalista espanhol:

> *(...) "Entretanto avolumavam-se os gritos a favor da independência de Timor. As forças de segurança começaram a actuar a partir de então com mais contundência contra os jornalistas. Arrebataram as máquinas fotográficas a dois deles destruindo os filmes. Os manifestantes, envoltos numa grande poeira, defendiam-se atirando cadeiras e pedras contra a polícia" (...)* (23) (24)

Durante mais de dez anos a Indonésia apostou na indoneisação das crianças e dos jovens timorenses. Daí o esforço posto na educação, sob o estrito controle das autoridades indonésias. Ao fim de catorze anos de ocupação o resultado é uma manifestação anti-indonésia, numa cerimónia preparada até ao mais ínfimo pormenor durante meses.

Prevendo inicialmente a presença de quatrocentos mil pessoas na missa papal, as medidas de repressão e o controle muito apertado de todos os timorenses que pretendiam ir ver o Papa reduziu esse número a cerca de oitenta mil. E, apesar de grande parte desta multidão ser constituída por indonésios, quer residentes em Dili, quer provenientes das ilhas vizinhas e do Timor Indonésio (Ocidental), e de muitos serem membros das Forças Armadas Indonésias, fardados ou não, o imprevisto aconteceu. As prisões e a tortura de centenas de timorenses pelas forças ocupantes, nos meses que precederam à visita, e os assassinatos perpetrados pelas forças do Coronel Prabowo, genro do General Suharto, na sua campanha de terror destinada a garantir que tudo corresse dentro da "normalidade", mostraram-se ineficazes.

Depois que o Papa partiu, várias dezenas de jovens timorenses foram presos e torturados, sendo muito difícil saber notícias de alguns deles. O testemunho apresentado nas II Jornadas de Timor por uma jovem que estava em Dili aquando da visita papal, poderá contribuir para o esclarecimento do que então se passou.

Desde então, e apesar da severa repressão, manifestações do mesmo género voltaram a repetir-se.

Em 4 de Novembro de 1989 uma manifestação contra o bispo de Dili, instigada pelo Coronel Prabowo e outros comandos militares indonésios, despoleta uma contra-manifestação a defender o bispo. Seguem-se confrontos com as forças indonésias de que resulta um major da polícia ferido e numerosos jovens presos ou feridos.

Em 15 de Novembro uma importante força militar cerca o Externato S. José, aparentemente na busca de 4 estudantes que aí se teriam refugiado. Os estudantes defendem-se. Os soldados disparam para o ar e depois assaltam o colégio espancando vários alunos. Incidentes deste tipo repetem-se em Dezembro.

Apesar das posições pró-indonésias do seu correspondente em Jakarta - Michael Vatikiotis - a Far Eastern Economic Review afirma, no seu número de 28/12/1989, em artigo assinado por este jornalista:

"A hostilidade contra o Governo, até agora reduzida a uns poucos remanescentes do movimento guerrilheiro independentista lutando nas montanhas, pode agora estar a espalhar-se entre a geração mais jovem das áreas urbanas".

Em quinze de Janeiro de 1990, cerca de 400 jovens timorenses aproveitam a visita a Dili do embaixador dos Estados Unidos da América acreditado em Jakarta para fazerem uma manifestação junto ao hotel onde este se instalalou. Nos cartazes que empenhavam podia ler-se, escrito em inglês: - "Independência ou Morte"; "Integração não e nunca"; "Indonésios fora do nosso país". As forças indonésias invadem o jardim do hotel. Os confrontos chamam a atenção do embaixador, que vem à porta e começa a falar com os manifestantes. Estes pedem desculpa de o incomodarem e afirmam desejar apenas levar ao seu conhecimento as violações dos direitos humanos em Timor e apelar às Nações Unidas para intervir no território. O diálogo entre os manifestantes e o embaixador John Monjo durou perto de uma hora.

Quando o embaixador abandonou o local, de automóvel, as forças de ocupação carregaram sobre os manifestantes, fazendo numerosos feridos e prisioneiros. O próprio embaixador denunciou a violência da repressão!

Na sequência destas manifestações as autoridades militares indonésias criaram "esquadrões da morte". Em Janeiro e Fevereiro estes esquadrões começam a actuar e aparecem em Dili quatro cadáveres de pessoas tornadas irreconhecíveis pelas mutiliações que sofreram ...

Entretanto em Janeiro de 1990 reaparece o "Periódico da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste", "Neon Metin". Nacionalista e apartidário, este jornal clandestino tinha vindo à luz em 1989, mas a repressão das autoridades indonésias obrigara-o a silenciar-se, para reaparecer, revigorado, nos principios de 1990.

Em 7 de Setembro de 1989 cerca de uma centena de estudantes universitários timorenses que se encontravam a frequentar cursos na Indonésia, decidiram assinar uma carta ao Secretário Geral da ONU, na qual pediam (25) (26) (27):

- *"a retirada imediata e incondicional de todas as forças indonésias, todo o aparelho burocrático e os imigrantes que têm vindo a servir de aparelho de coerção do Governo de Jakarta na ocupação ilegal da nossa Pátria, na apropriação dos nossos bens, na exploração do nosso subsolo e na exterminação do nosso povo;*
- *a realização imediata de um referendo;*
- *a participação dos legítimos representantes do povo de Timor-Leste, nomeadamente a Convergência Nacionalista (UDT-Fretilin), em todos os foruns internacionais onde se delineam soluções para o caso de Timor-Leste".*

Os estudantes apoiam:

"a posição firmada pelo Bispo de Dili, D. Ximenes Belo, na sua carta de 6 de Fevereiro de 1989 ao Secretário-Geral da ONU" em que este propõe a realização de um referendum, e manifestam a *"sua simpatia à solidariedade demonstrada pelas Organizações Internacionais (governamentais e não-governamentais)".*

A carta termina pela recusa de:

"quaisquer formas de conluio entre a ONU, Portugal e a Indonésia para a exterminação do povo de Timor-Leste", afirmando que *"a realização dos interesses do povo timorense passa necessariamente pela autodeterminação e independência total"*

Em 26 de Dezembro de 1989, universitários timorenses a estudar na ilha indonésia de Bali manifestam-se contra a repressão que atinge os seus colegas em Dili. A manifestação é duramente reprimida e, dias depois, um dos estudantes timorenses, chamado José Carvalho, é encontrado morto na ribeira de Seliwang, em Bogor ...

Revoltados com esta situação, até universitários indonésios começam a quebrar o silêncio.

Foi o que fez o estudante Ammarsyah, do Instituto de Tecnologia de Bandung, perante o tribunal que o julgava, em 31 de Janeiro de 1990. Este estudante foi preso, juntamente com outros cinco, por terem organizado uma manifestação em defesa da democracia, aquando da visita do Ministro Rudini, do Interior, ao Instituto, em 5 de Agosto de 1989. Tornado réu, decidiu aproveitar o julgamento para expôr as suas ideias sobre a situação em Timor e na Indonésia, com uma intervenção intitulada: *"Indonésia, a história da baioneta e do elmo de aço"*. Nesta intervenção, e depois de referir numerosas violações aos direitos humanos no seu país, o estudante indonésio declarava em tribunal (18) (22):

> *"Meretíssinos juízes, debrucemo-nos agora sobre o extermínio que ocorreu em Timor-Leste"*; e citando relatórios da Aministia Internacional e da Cruz Vermelha Internacional, denuncia os massacres de aldeias inteiras e morte de um terço da população timorenses, as deportações, as prisões arbitrárias e sem julgamento, e os *"desaparecimentos" de prisioneiros. É um "segredo público"*, dizia o estudante Ammarsyah, *"que os gabinetes de administração distrital e os postos militares locais eram utilizados como lugares de interrogatório e tortura dos presos"*. E, a terminar a parte dedicada a Timor-Leste, lê integralmente a carta do Bispo Ximenes Belo, de Dili, datada de 6 de Fevereiro de 1989, em que este pede ao Secretário-Geral da ONU *"para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um referendum"*. Segundo afirmou em tribunal o estudante indonésio, feito réu, esta carta *"levanta novamente a questão da descolonização de Timor-Leste"*.

Outro exemplo, no mesmo sentido, é o do relatório produzido pelo Departamento de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Rural e regional, da prestigiosa Universidade Gajah Mada, de Yogyakarta (Java). Este relatório, de cento e trinta páginas, foi feito com base num estudo realizado nos primeiros meses de 1990. As suas conclusões deveriam ser o ponto central de um seminário a realizar em Dili em 19 de Abril de 1990, com o patrocínio do Banco Central da Indonésia e do Gabinete de Planeamento para o Desenvolvimento de Timor-Leste. Mas dado o teor do relatório e das suas conclusões, o Seminário foi subitamente cancelado, por *"razões técnicas"*, como justificaria o Ministro da Defesa Indonésio.

Segundo este relatório, (18) (19) (20) (21) *"embora o governo indonésio considere que a integração resolveu o problema da descolonização, os timorenses não pensam o mesmo"* (p 7). E noutro passo:

> *"A apatia e a indiferença das populações face aos programas, mostram que não só não existe uma adaptação recíproca entre nós e os timorenses, como também - e sobretudo - evidenciam que a rejeição à nossa presença cresce e se desenvolve num processo natural"*.

A equipa que procedeu às investigações em Timor-Leste nos primeiros meses de 1990 era dirigida pelo Professor Mobyarto, e já tinha estado no território em 1981 e em 1989. Daí a facilidade com que pôde fazer comparações e apreciar o evoluir da situação.

Conforme estes investigadores universitários indonésios afirmam no seu relatório, a sociedade timorense está traumatizada pela continuada situação de guerra, e *"mesmo entre a elite timorense existe um sentimento de ódio"* (em relação às Forças Armadas Indonésias). Uma das principais recomendações do relatório é pois, que se tomem medidas que *"ponham fim à situação de guerra"*.

Outra recomendação pode ler-se na seguinte passagem:

"Considerando os estreitos laços que unem os timorenses à sua terra de origem e aos seus costumes, recomenda-se o cancelamento do programa de re-instalação de famílias. A população das aldeias estratégicas deveria ser autorizada a regressar às suas aldeias de origem, de forma a poder cultivar a sua própria terra e viver de acordo com os seus próprios costumes (p. 129)"

Sobre a Igreja Timorense o relatório da Universidade indonésia afirma:

"A competição entre a Igreja Católica e o Governo Indonésio está no centro do problema. Como padroeira, a Igreja Católica conta com um importante recurso, o povo em massa, mas não tem recursos materiais; o Governo tem recursos abundantes e outros meios, como os seus poderes coercivos, mas não tem o apoio da população" (p. 9).

Entretanto, logo a seguir a um duríssimo discurso do Ministro da defesa Indonésio, feito em Dili em 3 de Fevereiro de 1990 e contrariando completamente as recomendações do relatório acabado de referir, chegam a Timor-Leste mais algumas dezenas de milhar de soldados indonésios. O objectivo é, mais uma vez, apanhar o lider da Resistência Maubere, Xanana Gusmão, e acabar com esta. Repetem-se os massacres (desta vez em aldeias dos concelhos de Ainaro (como Lour), e de Bobonaro. De novo as prisões se enchem. Os prisioneiros voltam a ser torturados e as mulheres violadas. Por mais algum tempo é imposto o recolher obrigatório em Dili e noutras cidades. Os desaparecimentos continuam. A Resistência defende-se e contra-ataca ...

Em 17 de Julho de 1990 os estudantes das escolas de Colmera e de Becora, em Dili, e noutros locais, içam a bandeira da Fretilin. Era o aniversário da "integração", celebrado pela Indonésia.

Apesar da intervenção das forças ocupantes, os jovens recusam-se a retirar as suas bandeiras antes do arrear das bandeiras indonésias ...

Mas, o mais surpreendente desta tenaz resistência, é o papel que começaram a desempenhar as próprias crianças timorenses, nos últimos meses:

- Dirigem-se a militares indonésios nas ruas, ou batem à porta de transmigrados provenientes de outras ilhas e perguntam, antes de fugir - *"Kapan pulang ?"*, isto é, *"quando é que se vão embora?"*...

Por tudo isso, em Setembro de 1990 o líder máximo da Resistência, Xanana Gusmão, em entrevista a um jornalista australiano, podia afirmar com serena confiança:

"(...) Se, há 3, 4 anos, ainda nos preocupávamos com o "depois da exterminação das FALINTIL", hoje, a exterminação das FALINTIL é apenas vista como um preço exigido pela PATRIA. Não só é com muito agrado mas é com um

incontrolável orgulho que as FALINTIL constatam que os seus sacrifícios puderam acalentar e consolidar as bases de uma resistência verdadeiramente nacional, tornando-as indestrutíveis.

"A situação, no plano interno, atingiu um estádio inigualável e não podemos esconder a nossa imensa satisfação ao declararmos isto. As nossas esperanças, do inicio desta fase, tornaram-se nesta empolgante realidade, que fomos construíndo com os cadáveres de todos quantos tombaram pela Pátria, a confiança que depositávamos na inexcedível abnegação do nosso Povo traduziu-se na própria certeza e a fé que sempre nos guiou corporizou-se enfim numa total assunção do dever de buscar a vitória.

"No plano global da guerra, todos estamos seguros de que o tempo corre a nosso favor e não a favor de Jacarta. No campo meramente militar, as FALINTIL estão conscientes de que já cumpriram o seu dever e estamos política, psicológica e moralmente cada vez mais preparados para aceitar a nossa exterminação, porque sabemos que a nossa exterminação não significará o fim da guerra. O Povo Maubere continuará a lutar e não desistirá, sejam quais forem os vendavais da História".

11 - EMBORA SEM O APOIO DAS GRANDES POTÊNCIAS E ATÉ DOS SEUS PRINCIPAIS ALIADOS, PORTUGAL CONTINUA A DEFENDER O DIREITO À AUTO-DETERMINAÇÃO DO POVO DE TIMOR-LESTE

Já vimos atrás que a Revolução de 25 de Abril de 1974, desencadeada em Portugal pelo Movimento das Forças Armadas, e que derrubou o regime de Salazar e Caetano, consagrou o respeito pelo direito à auto-determinação das ex-colónias portuguesas.

Tendo em conta a localização de Timor-Leste, numa ilha parcialmente indonésia, desde o início do processo as autoridades portuguesas esclarecem que *"o Governador deverá proceder de acordo com os princípios do Programa do Movimento das Forças Armadas, tendo em conta os condicionalismos locais e evitará que as relações com a Indonésia se deteriorem"* (28)

Com base nesta orientação, em 13 de Maio de 1974 é criada em Dili a Comissão para a Auto-Determinação de Timor.

Foi neste contexto que se criaram as associações políticas timorenses.

A lei 7/74 de 27 de Julho de 1974 consagra ainda mais explicitamente o *"direito à auto-determinação, com todas as consequências"* incluíndo a *"aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1º da Constituição Política de 1933"* que considerava as "Províncias Ultramarinas" como parte inalienável do território nacional.

Ao fim de mais de doze anos de críticas e de condenações na ONU, por não respeitar o direito à auto-determinação dos territórios sob sua administração, o Governo de Portugal transmite ao Secretariado Geral das Nações Unidas, através de memorando datado de 3 de Agosto de 1974, a sua disposição em cooperar plenamente com as Nações Unidas, em conformidade com a Declaração sobre a concessão de independência aos povos e territórios coloniais. Esta mesma posição é reiterada, sucessivamente, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministro da Coordenação Interterritorial, em discursos destes governantes portugueses à Assembleia Geral das Nações Unidas (4) (29).

Em 14 de Outubro de 1974 o General Ali Murtopo, Conselheiro para assuntos de segurança do Presidente Suharto, esteve em Portugal, tendo conversado com o Presidente da República, o Primeiro Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Os contactos necessários para a concretização destes encontros foram efectuados pelo Embaixador da Indonésia acreditado junto da CEE, Frans Seda, que acompanhou o General Ali Murtopo na sua deslocação a Lisboa, juntamente com o embaixador indonésio em Paris. Não houve qualquer comunicado final dessas conversações "secretas". Mas em 1985 Frans Seda apresentou um relatório detalhado desse e doutros contactos estabelecidos entre representantes dos dois países, à Comissão Pontíficia Justiça e Paz (da qual o embaixador indonésio fazia parte), na reunião que esta teve de 7 a 12 de Novembro em Nemi.

Apesar da óptica claramente pró-indonésia, e da distorção de muitos factos, num sentido favorável à Indonésia, ao longo de todo o relatório, o próprio embaixador indonésio reconhece que as autoridades portuguesas frisaram bem que qualquer solução teria que ser o resultado da "livre escolha da população" (30). A possibilidade de a Indonésia fazer propaganda junto da população timorense, no sentido da integração, foi, no entanto, considerada aceitável.

Em princípios de Fevereiro de 1975, pouco depois do estabelecimento da coligação entre a UDT e a Fretilin, uma delegação do Governo de Timor veio a Lisboa para contactos com o Governo Central, a quem propôs a internacionalização do problema, a fim de dissuadir a Indonésia de interferir em Timor-Leste.

Mais preocupado com o problema de Angola, que Portugal pretendia resolver directamente sem recurso às Nações Unidas, o Ministro da Coordenação Interterritorial considerou que a internacionalização do problema só se devia fazer em último caso. Em alternativa propôs que se tentasse obter apoio da Indonésia e da Austrália para a ideia da independência, sob a protecção de Portugal, que permaneceria no território durante mais alguns anos. Ao fazer esta proposta o Ministro mostrava desconhecer o regime indonésio ...

Em 9 de Março de 1975 uma delegação ministerial portuguesa encontra-se em Londres com uma delegação indonésia dirigida pelo General Ali Murtopo. As pressões indonésias para intervir directamente no processo de descolonização de Timor são enormes. Mas a delegação portuguesa rejeita-as lembrando mais uma vez o principio de que deverá ser o povo do território a escolher o seu destino. A possibilidade da Indonésia fazer propaganda a favor da integração é admitida novamente, e a hipótese de Portugal levar o problema às instâncias internacionais, se a Indonésia forçar a sua interferência no processo, é, de novo, ventilada (31). Não, porém, com vigor suficiente para dissuadir o Governo Indonésio de intervir ...

Já vimos atrás como a Indonésia, impedida de participar em qualquer administração transitória, como desejava, desestabilizou o território para depois o invadir, e que, em consequência disso, o Governo Português cortara relações diplomáticas com a Indonésia, e apresentara queixa ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. O problema estava internacionalizado.

A chantagem sobre os vinte e três militares portugueses mantidos como reféns, pelas forças indonésias mantêve-se durante quase um ano, até à conclusão do processo de "integração" conduzido pela Indonésia. A propósito, em 3 de Julho de 1979 o semanário Expresso assinalava:

> *" o grave risco que alguns deles correm, se os problemas mais candentes do contencioso entre Portugal e a UDT não forem resolvidos até 17 de Agosto, dia nacional da Indonésia, em que será festajada a integração da ex-colónica portuguesa naquele território (...)".*

E, mais adiante, continua o mesmo semanário:

> *" ficamos com a impressão de que, pelo menos, quatro dos vinte e três arriscam a vida se Portugal se não abrir a conversações ou se elas não conduzirem a um desfecho julgado satisfatório pelas novas autoridades timorenses".*

Segundo o Jornal de Noticias de 13 de Julho de 1976

> *"as condições prévias postas pela Indonésia para a libertação dos 23 militares portuguesas detidos consistem no reatamento das relações com Djakarta, o reconhecimento do Governo Provisório (pró-indonésio) e o levantamento da queixa na ONU".*

Perante a ameaça que pende sobre os militares portugueses reféns, Portugal não satisfaz nenhuma das condições exigidas pela Indonésia mas, ao mesmo tempo, também não ousa desencadear qualquer iniciativa importante, no plano internacional, para obstar à integração. Quando, em 28 de Julho de 1976, os reféns chegam, finalmente, a Lisboa, o decreto de integração de Timor Português na Indonésia já tinha sido assinado pelo General

Suharto onze dias antes, em 17 de Julho de 1976 ... Os reféns tinham desempenhado o papel que a Indonésia desejava, de impedir uma ampla reacção portuguesa e internacional à farsa da integração!

Depois disso a posição portuguesa continuou a ser a mesma de sempre: - respeitar o direito à auto-determinação do povo de Timor-Leste.

A Constituição da República aprovada em 2 de Abril de 1976 consagra esse direito, que continua a figurar na lei fundamental portuguesa após as revisões de 1982 e de 1989.

Em numerosas ocasiões o Parlamento Português tem aprovado resoluções em apoio deste direito à auto-determinação e protestado contra a ocupação indonésia do território e contra as violações dos direitos humanos. Estas resoluções foram sempre aprovadas por unanimidade.

Os outros orgãos de soberania portuguesa têm tomado posições semelhantes, cada um na sua esfera de competências e no seu campo de actuação.

Confrontados com o peso enorme da Indonésia e dos seus poderíssimos aliados, nomeadamente os Estados Unidos e a Austrália, sucessivos governos têm-se sentido impotentes para acções mais eficazes para pôr termo a tão injusta e dramática situação. Oscilando entre a denúncia firme e os silêncios e compromissos susceptíveis de abrir eventuais perspectivas de negociação, os sucessivos governos portugueses têm resistido às pressões no sentido de negociarem um direito à auto-determinação que lhes não pertence - mas sim ao povo timorense - ou de abdicar do dever que cabe a Portugal, como Potência Administrante, de tentar criar condições para que esse direito seja exercido.

Lembrar ao mundo que a todos compete defender esse direito de um povo oprimido, que viu a sua terra invadida, ocupada e anexada, e ainda não teve oportunidade de escolher o seu destino, não tem sido tarefa fácil. Porque muitos - e nomeadamente os mais poderosos - põem à frente dos principios e do direito os seus próprios interesses. Talvez que a grave crise que o mundo enfrenta hoje no Médio Oriente leve a reflectir nos inconvenientes da hipocrisia internacional e na necessidade de não tolerar anexações pela força ...

Na sua pequenez e fraqueza, o desprotegido povo de Timor-Leste continua a resistir. Sobreviver, em condições tão adversas, é uma proeza e, resistir ainda, ao fim de quinze anos, é só por si uma enorme vitória. Resta fazer da sua luta, do seu sofrimento, e da sua coragem, a força que nos anima e acabar com as humilhações e as ofensas, com as torturas e as violências, e a alcançar a Paz na Justiça e a Dignidade na Liberdade. E que as crianças de Timor-Leste não precisem de continuar a perguntar, aos ocupantes, provocantes e ansiosas: *"Kapan pulang ?" - Quando te vais embora?*.

Universidade do Porto, Setembro de 1990

A. Barbedo de Magalhães
(Coordenador das II Jornadas de Timor da UP)

II - PARTE

II JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO

"TIMOR-LESTE, TERRA DE ESPERANÇA"

I - TIMOR LESTE, A COMUNICAÇÃO SOCIAL E O CONTEXTO INTERNACIONAL

I.1 - Para conseguir que o mundo ignorasse os seus crimes, as forças indonésias não hesitaram em assassinar seis jornalistas estrangeiros (*)

Em 16 de Outubro de 1986 duas equipas da televisão australiana filmavam a conquista de Balibó, no Timor Português, por forças indonésias, com participação de refugiados timorenses. As suas imagens não deixariam dúvidas a ninguém sobre a participação das Forças Armadas Indonésias no ataque, e deitaria por terra a propaganda indonésia segundo a qual eram apenas refugiados timorenses reunidos no MAC (Movimento Anti-Comunista) e "voluntários" indonésios que estavam a reconquistar Timor.

Em Maliana, a poucos quilómetros de Balibó, uma equipa da RTP chefiada pelo jornalista Adelino Gomes assiste ao ataque, no qual as forças indonésias usaram artilharia pesada, bombas incendiárias e armas automáticas, e tenta filmar a descida de um helicóptero pouco depois de terminados os combates.

Na véspera, Adelino Gomes conversara com os repórteres da televisão australiana, do canal 7, de Melbourne e do canal 9, de Sidney. Na parede amarela da casa onde se encontravam tinham escrito a palavra "AUSTRALIA" e desenhado a bandeira australiana: - *"aquilo é para os indonésios, se entrarem em Balibó, verem que há aqui estrangeiros e não nos matarem. É a nossa embaixada"*, dissera-lhe um deles, Greg Shackleton.

Menos de vinte e quatro horas depois desta troca de palavras, ao amanhecer de 16 de Outubro de 1975, começou o ataque indonésio a Balibó, com o apoio de alguns elementos timorenses do MAC. As autoridades indonésias e australianas sabiam que os jornalistas se encontravam em Balibó. Poucos dias antes tinham sido transmitidos programas em que estes diziam mesmo que se dirigiam para lá, exactamente por ser uma zona onde estava previsto um ataque indonésio contra o território de Timor-Leste então controlado pela Fretilin. Um dos jornalistas ainda gritou, antes de ser baleado, que era australiano. Mas o objectivo era mesmo eliminar as testemunhas incómodas, e todos os cinco membros das duas equipas de televisão foram consciente e friamente assassinados. Além do jornalista Greg Shackleton, morreram Tony Stewart (operador de som), Jan Cunningham e Brian Peters (camaramen), e Malcolm Rennie (também jornalista).

Os militares indonésios responsáveis por esta operação (coronel Dading Kalbuardi e major Yunus) foram, pouco depois, promovidos. O fotógrafo oficial da operação foi condecorado pelo General Suharto.

O Governo Australiano, por seu lado, embora um pouco embaraçado com o impacto do acontecimento na opinião pública, promoveu um inquérito pouco conclusivo e equívoco.

(*) Texto da autoria do Coordenador das Jornadas

Em Timor, outros jornalistas australianos, entre os quais Roger East, obtiveram depoimentos que não deixavam dúvidas sobre o papel das Forças Armadas Indonésias neste crime.

Não tendo a Indonésia conseguido significativos avanços, a partir da fronteira terrestre entre Timor-Leste e o Timor Indonésio, cerca de mês e meio depois - em princípios de Dezembro - os indícios de uma invasão em força a partir da costa e a começar em Dili, levam as autoridades australianas a aconselhar todos os seus nacionais a abandonarem o território.

A quase totalidade dos jornalistas e membros de organizações humanitárias abandonou Timor. Roger East, no entanto, preferiu ficar mesmo quando, em 6 de Dezembro de 1975, os membros da Missão da Cruz Vermelha Internacional partiram para a ilha de Ataúro.

Em 7 de Dezembro, uma hora depois do começo da invasão, Roger East ainda mandou uma mensagem, do Centro de Telecomunicações da Marconi, de Dili, para os escritórios da agência noticiosa AAP - Reuter, na Austrália. Pouco depois foi capturado por militares indonésios que o conduziram, à força, para o porto de Dili, onde foi assassinado, na borda do cais, tal como centenas de timorenses. O Governo Australiano estava de tal modo conivente com o Governo Indonésio que nem um simples protesto fez pela morte deste jornalista e cidadão australiano ...

Durante treze anos, de Dezembro de 1975 a Dezembro de 1988, as autoridades indonésias vão impor um bloqueio noticioso quase completo à parte oriental da ilha de Timor.

Raríssimos são os jornalistas estrangeiros admitidos a entrar no território. Quando autorizados, as suas visitas são muito curtas e as deslocações estritamente limitadas e controladas. A situação que os jornalistas independentes descrevem é, em geral, de um grande medo instalado numa população dizimada e traumatizada pela guerra, pela fome, e por todo o género de arbitrariedades e atrocidades das forças ocupantes.

Algumas excepções a esta regra são de jornalistas que, à partida, se comprometeram com as autoridades indonésias a fazer reportagens favoráveis aos invasores. Mas até nestes casos aquilo que lhes é dado ver são apenas algumas cidades, estradas asfaltadas, novas escolas e hospitais, e outras obras de fachada com que os ocupantes pretendem fazer esquecer o genocídio de todo um povo. Os contactos com as populações e como interior do território são sempre limitados ou dificultados.

Quanto à Cruz Vermelha Internacional (CVI), só em 24 de Março de 1979 é autorizada a visitar temporáriamente, e de forma muito limitada, Timor-Leste. Durante mais de três anos fora-lhe completamente vedada a entrada!.

Num dos seus primeiros relatórios, elaborado em 1979, a Missão da CVI afirma que a situação humanitária em Timor-Leste é pior do que no Biafra, durante a guerra de cessessão, e que é urgente uma campanha imediata de apoio alimentar e médico para evitar a morte de dezenas de milhar de timorenses.

Mesmo depois da "abertura" de Timor-leste, em Janeiro de 1989, tão anunciada pelas autoridades indonésias, muitos jornalistas independentes e organizações humanitárias continuaram a ver recusados os seus pedidos de entrada no território. Alguns jornalistas contam como foram bem recebidos os seus pedidos, tendo até sido convidados para agradáveis jantares por funcionários diplomáticos que se dispuzeram a dar todo o apoio à sua deslocação desde que as reportagens a publicar transmitissem uma imagem favorável à Indonésia ... mas que recusaram os vistos quando os jornalistas se mostraram relutantes em entrar nesse jogo ...

I.2 - Comunicação do jornalista *António José da Silva* da RTP (Rádio-Televisão Portuguesa)(*)

" O tema que nos foi proposto levanta necessáriamente uma questão que, sendo já velha, tem hoje uma actualidade mais visivel. Em termos muito concretos essa questão podia formular-se na pergunta: São os grandes problemas que chamam a comunicação social, ou é a comunicação social que torna grandes os problemas? Por outras palavras, está a comunicação social, ao serviço da democracia, ou estamos já em pleno na 'Médio...cracia', que decide o que é e o que não é importante?

"A publicação, quase simultânea, em França de algumas obras referentes a esta questão dizem-nos bem das preocupações crescentes que começam a sentir-se nesta área vital. O título duma dessas obras da autoria dum conhecido comunicador político, diz precisamente, e com evidente ironia, "Nós estamos aqui por vontade dos média". Não poderia haver título mais sintomático. Um tema como este levar-nos-ia muito longe e não foi para o discutir que nos reunimos aqui. Mas ele constitui a questão de fundo, a que não podemos fugir, quando se fala de Timor. Porque Timor não é realmente matéria importante para a comunicação, ela mesma. Quando, daqui a alguns anos, os palestinos tiverem, finalmente, um estado independente, não o ficarão a dever às 4 guerras que os países árabes travaram com Israel, nem às sangrentas acções de terrorismo de alguns grupos radicais, nem mesmo aos boicotes petrolíferos contra o Ocidente. Ficarão a devê-lo, essencialmente, à guerra das pedras que jovens adolescentes iniciaram há pouco mais de 2 anos contra poderosas forças israelitas da ocupação. Só que a famosa "intifada" nem sequer teria existido, se não fosse a televisão. O que começou por ser uma reacção espontânea, transformou-se numa estratégia montada e planeada para a televisão. E com que efeitos desvastadores! Desvatadores na opinião pública israelita, na opinião pública internacional e nas chancelarias das capitais do Ocidente. Graças à televisão , as pedras transformaram-se numa poderosa arma política e estão em vias de alcaçar o que, nem as pedras, nem o terrorismo mais sofisticado conseguiram.

"Este é apenas um dos muitos e recentes exemplos daquilo que poderíamos chamar Médio ...cracia. Não quer isto dizer que o problema palestino não seja importante do ponto de vista ético, politico e estratégico. Isto só quer dizer que a comunicação televisiva lhe deu uma outra dimensão, transformando-o, emocial e afectivamente, numa espécie do problema de toda a humanidade e influenciando, por isso, dramaticamente, o seu desenvolvimento. E, no entanto, há casos semelhantes um pouco por todo o mundo, importantes do ponto de vista ético e polítio. Talvez não tão importantes do ponto de vista estatégico e, certamente por isso mas não só, votados a um esquecimento pela grande comunicação de massas. O caso de Timor é apenas um deles. Mesmo que nos custe, vamos ser francos: temos que admitir que o Povo Maubere merece à grande comunicação internacional menos interesse, ou interesse mais reduzido, que o povo Sik, o povo Tamil, o povo Eritreu, o povo Hindu, o povo do Caxemira ou mesmo esse ignorado povo do sul do Sudão, animista ou cristão. Em termos da comunicação de massas, o povo de Timor não conta ou conta muito pouco, no mundo de hoje.

"A visita do Papa, mesmo com os riscos aqui enunciados, terá servido, na altura, para o projectar, um pouco; mas a sucessão vertiginosa de grandes acontecimentos políticos criou rapidamente outros focos de interesse e Timor voltou a cair no esquecimento. E nós sabemos quanto pesa em termos políticos o esquecimento da comunicação.

(*) Reprodução, quase integral, da comunicação apresentada pelo Jornalista António José da Silva

"Talvez este retrato seja demasiado pessimista, mas eu não vejo, nos tempos mais próximos, grandes hipóteses duma mudança radical no quadro das relações entre Timor - Leste e a comunicação social internacional.

"Certo é que estamos a assistir, desde há 2 anos, à explosão dramática da afirmação da cultura, que é como quem diz, da afirmação de nacionalismos. O contexto internacional apresenta-se pois aparentemente favorável à luta do Povo Maubere pela sua autodeterminação. Só que a multiplicação de focos de nacionalismo no mundo, sobretudo na Europa, constitui uma ameaça para Timor-Leste, em termos de comunicação. Por razões geográficas, políticas, históricas, e outras, a Comunicação, vai fazer opções prioritárias, que não passam necessáriamente por Timor-Leste. Nos próximos tempos a grande comunicação de massas vai ter muitos casos de nacionalismo com que se entreter: na Europa, no Médio oriente, na Península Indostânica. Casos mais próximos e mais rentáveis em termos de audiência que Timor.

"Incluir Timor na lista de prioridades da grande comunicação, daquela que faz tremer a opinião pública internacional e mexer nas chancelarias do ocidente, incluir Timor nesta lista de prioridades parece ser, ao lado das grandes movimentações diplomáticas, o grande desafio que se põe a quantos se interessam pelo futuro do Povo Maubere. Mas eu confesso que se trata de um desafio difícil, pelas razões já expostas, e por uma outra que é fundamental: o governo de Jacarta tem consciência das consequências de abertura de Timor-Leste à comunicação social e vai evitá-la a todo o custo.

"É neste quadro que se inserem estas Jornadas. E a presença de ilustres figuras internacionais poderá ser uma pedrada no charco. Poderá criar e abrir bolsas neste muro de silêncio que na comunicação social, de um modo geral, se fez à volta de Timor.

"Desculpem eu ser pessimista nesta comunicação, mas o péssimismo é um estado emocial, não é um estado propriamente racional.

"Racionalmente nós temos que continuar a ter esperança e a lutar por a merecer".

I.3 - Comunicação do jornalista *José Carlos Vieira* da Agência Noticiosa Lusa (*)

"A visita do Papa a Timor-Leste, em 12 de Outubro de1989, que o regime indonésio queria aproveitar como contribuição para legitimar a anexação, tentando dar uma ideia de normalidade no território, acabou por ter como resultado a maior denúncia internacional sobre a situação vivida no território em mais de uma década.
"Graças a quê?

"Primeiro que tudo, a um punhado de jovens timorenses que tiveram a coragem de apresentar o seu protesto perante o Papa.

"Depois, porque o próprio João Paulo II - e apesar do muito que em Portugal e em outros países se disse - não perfilhou a ideia da normalidade e fez denúncias da situação do povo timorense, como explicarei adiante.

"Em terceiro lugar, porque a presença em Dili de algumas dezenas de jornalistas representando orgãos de informação prestigiados de todo o undo, possibilitou uma avalanche informativa sem precedentes.

(*) Reprodução, quase integral, da comunicação apresentada pelo Jornalista José Carlos Vieira, um dos dois jornalistas portugueses que acompanhou o Papa na sua visita a Timor-Leste em 12 de Outubro de 1989.

"Aqui devo sublinhar que, na minha opinião, a Indonésia fez uma incorrecta avaliação das eventuais consequências da presença de jornalistas portugueses no vôo papal.

"Jacarta não tinha concedido visto aos vários jornalistas portugueses que o tinham solicitado. E só após uma negociação entre a Santa Sé e o Governo Indnésio foi possível a dois jornalistas portugueses - o Henrique Mota, da Rádio Renascença, e eu próprio, representando a Agência Lusa - obterem os vistos e seguirem no vôo papal.

"Durante a viagem, e nos dias que antecederam a chegada a Dili, tivemos oportunidade de conversar com muitos colegas que nos acompanhavam àcerca da situação no território ocupado pela Indonésia.

"Primeiro olharam-nos com desconfiança e ouviram-nos com reserva. Mas progressivamente foram-se mostrando mais interessados.

"Contudo, depois da passagem por Dili e de tudo aquilo que aconteceu e é do vosso conhecimento, as conversas connosco alteraram-se profundamente.

"No regresso de Dili a Jacarta, e ainda no avião, alguns jornalistas vieram ter connosco a pedir-nos desculpa pela incredulidade demonstrada antes.

"No meu caso pessoal, uma colega veio pedir-me desculpa e teve um gesto especial. Disse-me "Olha, tenho aqui um rosário que me foi dado por um seminarista timorense, mas acho que deves ser tu a ficar com ele e a levá-lo para Portugal".

"Na sua homília, o Papa referiu-se ao prolongado sofrimento do povo timorense, aos mortos, à ausência de liberdade e de estabilidade, às suas legítimas expectativas e às responsabilidades daqueles que têm uma palavra quanto ao seu futuro.

"As montanhas de recortes de imprensa internacional então recolhidos e desde essa altura acumulados, com artigos relevantes publicados em prestigiados "média" internacionais mostram que de nada serviram várias acções de propaganda do governo indonésio, designadamente uma brochura sobre Timor-Leste que tinha sido deixada nos nossos quartos de hotel à chegada a Jacarta.

"Em Timor tive oportunidade de falar com algumas pessoas, muitas das quais me diziam apenas: "Não sei" ou "Tenho medo de falar".

"Falei com membros do clero, um dos quais me disse abertamente: "Vivemos aqui como num campo de concentração".

"Cheguei mesmo a emocionar-me e deixei-o transparecer em alguns dos textos que escrevi e em algumas crónicas que transmiti.

"É, pois, difícil controlar uma situação em que jornalistas independentes e credíveis possam relatar livremente circunstâncias que testemunhem.

"Por isso a comunidade informativa mundial vai continuar a ter dificuldades em reportar sobre Timor-Leste, porque a Indonésia sabe à partida os riscos que tal envolve.

"Os jornalistas portugueses, no seu caso particular, vão deparar com dificuldades acrescidas.

(...) "O meu voto vai no sentido de que haja uma maior atenção e responsabilidade relativamente a este caso, por parte da informação portuguesa e internacional (...)."

I.4 - Comunicação do jornalista *Manuel Acácio* da TSF - Rádio Jornal (*)

"A atitude da comunidade internacional relativamente a Timor-Leste resume-se frequentemente, a uma palavra: hipocrisia.

"Timor-Leste tem pesado pouco na balança das relações internacionais. Excepção feita às posições assumidas pela CEE e pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS). O direito do povo maubere à autodeterminação e independência tem sido defendido pelos PALOPS em várias reuniões internacionais, nomeadamente nos encontros do Movimento dos Não Alinhados, organização a que pertence a Indonésia. A Comunidade Europeia, por seu lado, condenou por diversas vezes a violação dos direitos humanos em Timor.

"Uma referência ainda para as resoluções aprovadas pelas Nações Unidas. Elas tiveram, pelo menos, o mérito de relembrar à opinião pública o drama timorense.

"O esquecimento da situação dramática que se vive em Timor tem, por vezes, sido justificado por razões estratégicas de segurança internacional ou de compromissos diplomáticos. Veja-se o exemplo da Austrália, a quem o acordo para a exploração do petróleo timorense fez "adormecer" a consciência e considerar Timor-Leste como a 27ª província indonésia. Veja-se o exemplo dos Estados Unidos, que autorizaram técitamente a invasão indonésia e reconhecem a anexação do território timorense.

"A Indonésia aposta muitos trunfos neste "jogo diplomático": é uma potência militar da ASEAN, é um país importante dentro do Movimento dos Não Alinhados e é ainda uma das florescentes potências económicas da sua região.

"Mas os indonésios "jogam com cartas marcadas" e, apesar de todos os trunfos, Timor é um "calcanhar de Aquiles" da política externa de Djakarta.

"E uma vez que a comunidade internacional se mostra pouco sensível e sem grandes problemas de consciência face a 200.000 mortos e a quase 15 anos de violações dos direitos humanos, cabe à comunicação social exercer o seu papel de contra-poder mobilizador da opinião pública.

"Penso que, cada vez mais, a imprensa se afirma como um vector decisivo na luta pela independência do povo maubere.

"O pior que poderia acontecer ao povo timorense seria a sua luta caír no esquecimento. E é aqui que a comunicação social desempenha um papel importante. Ao informar, a imprensa está a intervir activamente na resolução do conflito timorense. Cabe à comunicação social ser uma janela bastante indiscreta virada para Timor e para as capitais onde se joga o futuro do povo maubere.

"No que diz respeito à imprensa portuguesa, depois de alguns anos de esquecimento e até de alguma contra-informação proveniente da Indonésia, a situação está hoje completamente alterada. A visita do Papa João Paulo II a Timor, o acordo entre Djakarta e Sidney para a exploração de petróleo no Timor GAP e ainda as negociações para a visita de uma delegação portuguesa a Timor vieram despertar as atenções da imprensa.

(*) Reprodução, quase integral, da comunicação apresentada pelo Jornalista Manuel Acácio.

"A possivel visita da delegação portuguesa a território timorense vem atribuir à comunicação social uma tarefa importante. Penso que é necessário prevêr a possibilidade de os indonésios montarem um cenário para esta visita. Um cenário "para português vêr", com dois objectivos: esconder os protestos e o descontentamento da população, exagerando a importância dos investimentos feitos no território durante os últimos 15 anos. Quinze anos de genocídio e sangrenta ocupação militar.

"Cabe aos jornalistas que acompanharem os deputados a tarefa de desmontar esse cenário e saber apreciar a situação sem ingenuidades. Ingenuidades que podem ser fatais para a luta timorense. Cabe aos jornalistas escutar e dar voz ao povo maubere. Por isso, penso que os deputados portugueses não devem abdicar de um encontro com o líder da guerrilha, Xanana Gusmão, e com aqueles que resistem à ocupação indonésia.

"É necessário saber escutar e dar voz ao povo timorense. Parece-me importante não esquecer as seguintes declarações de Monsenhor Martinho da Costa Lopes e de Moisés do Amaral respectivamente:

"Timor até pode estar mais desenvolvido, mas os timorenses não querem viver numa gaiola dourada". (Mons. Martinho Lopes, ex-Administrador Apostólico da diocese de Dili)
"Timor é uma prisão de onde só se consegue saír morto". (Dr. Moisés do Amaral, ex-Presidente da Comissão Política da UDT, falecido em 22 de Fevereiro de 1989).

II - TIMOR LESTE, A INDONÉSIA, A AUSTRÁLIA E O QUADRO GEOPOLÍTICO MUNDIAL: HIPÓTESES DE EVOLUÇÃO

II.1 - É possivel que se venham a verificar, na Indonésia, manifestações como as que derrubaram os regimes autoritários instalados nas Filipinas, em 1986, e na Coreia do Sul, em 1988 (*)

II.1.1 - A recente evolução na Ásia, na Europa de Leste e no Mundo, é uma clara afirmação do primado dos direitos humanos e dos direitos dos povos

Se olharmos, com algum distanciamento, para a evolução política registada nos últimos anos na Ásia, da Europa de Leste, na África e no resto do mundo, constatamos que a Humanidade deu passos significativos no sentido da afirmação do primado dos Direitos Humanos e dos Povos.

Isto apesar de todas as hesitações próprias dos processos históricos, dos recuos que se seguiram a cada avanço, dos conflitos que se acenderam ou reacenderam quando outros se apagavam. Isto apesar da fome que continua a vitimar milhões de crianças todos os anos, e apesar das prisões políticas, das torturas e das guerras que a loucura humana teima em alimentar.

Isto apesar de nem todas as "Primaveras" políticas terem desabrochado em flores e do sangue que a algumas esmagou, apesar das ocupações estrangeiras que persistem e dos muitos povos e nações que continuam sem estados, cortados por fronteiras artificiais ou integrados à força em nações que não são as suas nem escolheram como tais.

Para não nos alongarmos referiremos apenas as datas de alguns acontecimentos que marcaram a evolução referida.

1986.02.25 - (FILIPINAS) Cai a ditadura de Ferdinando Marcos, nas Filipinas. Tendo chegado ao poder em 1965, no mesmo ano que o General Suharto da Indonésia, impôs a Lei Marcial em 1972 e não hesitou em mandar assassinar o seu principal opositor, Benigno Aquino, em 21 de Agosto de 1983. Forçado a realizar eleições presidenciais em 1980, tentou manipular os resultados, mas a revolta popular obrigou-o a fugir do país.

1987.06.29 - (COREIA DO SUL) Cai a ditadura de Chun Doo Hwan, na Coreia do Sul, depois de grandes manifestações duramente reprimidas pela polícia.

1988.04.14 - (AFEGANISTÃO--URSS) Assinatura do acordo para a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão. Esta terá início em 15 de Maio de 1988 e ficará concluída em 14 de Fevereiro de 1989, pondo assim termo a dez anos de ocupação militar. Deste modo a URSS dá cumprimento (com oito anos de atraso) à resolução das Nações Unidas, de 14 de Janeiro de 1980, que exigia "a retirada imediata e incondicional das tropas sociéticas e de outras forças estrangeiras do Afeganistão".

(*) Texto da autoria do Coordenador das Jornadas

1988.08.17 - (PAQUISTÃO) Morre o General Mohamed Zia ul-Haq, Presidente do Paquistão, abrindo-se, assim, caminho a eleições.

1988.10.05 - (CHILE) Abertura democrática no Chile, com a realização de um plebiscito no qual a maioria diz "não" ao pedido do General Pinochet de um novo mandato presidencial. Na sequência desse prebiscito realizam-se eleições presidenciais e legislativas em 14 de Dezembro de 1989, e em 11 de Março de 1990 Pinochet cede o seu lugar ao Presidente eleito (embora continue como Comandante-em-Chefe das Forças Armadas).

1988.12.01 - (URSS) Mudança da Constituição Soviética e adopção de nova lei eleitoral que permite que se apresentem a sufrágio candidatos da oposição ao regime. É assim que, nas eleições realizadas em 26 de Março de 1989, são eleitos muitos candidatos oposicionistas, tais como Boris Yeltsin, que vence em Moscovo, e que, em 29 de Maio de 1990 será eleito Presidente da Federação Russa (a mais populosa república da URSS).

1989.01.11 - (HUNGRIA) O Parlamento Húngaro autoriza a formação de partidos independentes. Um mês depois, em 11 de Fevereiro, o próprio Partido Comunista Húngaro renuncia ao papel dirigente e aceita a formação de outros partidos. Em 11 de Março realiza-se o Primeiro Congresso do Forum Democrático. Em 26 de Abril as tropas soviéticas começam a retirar do país, e em 2 de Maio de 1989 começa o desmantelamento das barreiras fronteiriças de arame farpado da chamada "cortina de ferro". Em 19 de Setembro, por sua vez, o Governo chega a acordo com a oposição sobre um processo de transição democrática. Em Abril de 1990 realizar-se-ão as primeiras eleições gerais livres na Hungria.

1989.01.17 - (POLÓNIA) O Partido Comunista Polaco aceita o estabelecimento do pluralismo sindical.
Em 6 de Fevereiro o Governo negoceia com membros da Igreja e do Solidariedade e em 5 de Abril chega-se a um acordo sobre o reestabelecimento da democracia pluralista. Em 17 de Fevereiro é legalizado o "Solidariedade".

1989.Fevereiro - (ARGÉLIA) Na sequência de grandes manifestações populares e de motins de que resultaram, em Outubro de 1988, mais de quinhentos mortos, é aprovada, na Argélia, uma nova Constituição que acaba com o monopólio do poder pela FLN (Frente de Libertação Nacional). Em 12 de Junho de 1990 realizar-se-ão as primeiras eleições municipais livres desde a independência (em 1962), que dão a vitória à Frente Islâmica de Salvação Nacional (FIS).

1989.Fevereiro - (PARAGUAI) Um golpe de estado dirigido pelo General Andrés Rodrigues põe termo à mais antiga ditadura da América Latina. O General Alfredo Stroessner, que dirigiu despoticamente o país durante 35 anos (desde 1954), é destituído.

1989.05.11 - (R.D.A.) Início da retirada das tropas soviéticas da República Democrática Alemã.

1989.06.04 - (POLÓNIA)

Retumbante vitória do "Solidariedade" nas primeiras eleições, parcialmente livres, realizadas desde o início das reformas democráticas nos países do leste europeu. Na sequência dessa vitória o "Solidariedade" é convidado a participar num Governo de coligação com o Partido Comunista Polaco.

1989.09.21 - (CAMBODJA--VIETNAM)

O Vietnam inicia a retirada dos seus últimos 26.000 soldados estacionados no Cambodja.

1989.10.03 - (PANAMÁ)

Cai o poder do General Manuel Noriega,do Panamá.

1989.11.09 - (R.D.A.)

Queda do muro de Berlim.
Erigido por decisão tomada em 13 de Agosto de 1961, em plena "guerra fria", era o símbolo não só da divisão da Alemanha, mas também da Europa e do Mundo em dois blocos antagónicos.

1989.11.18 - desde (R.D.A.)

Na sequência de numerosas manifestações populares, nomeadamente 25 de Setembro em Leipzig e outras cidades da R.D.A., Hans Modrow é nomeado Primeiros Ministro e anuncia a abertura do governo a não-comunistas. O processo democrático então encetado vai conduzir às primeiras eleições livres na RDA que terão lugar em 18 de Março de 1990.

1989.11.29 - (CHECOSLOVAQUIA)

Na sequência de grandes manifestações em Praga exigindo a democracia, a Assembleia Nacional da Checoslováquia elimina os artigos da constituição que atribuiam ao Partido Comunista o papel dirigente da sociedade, acabando assim com 41 anos de regime comunista totalitário. Em 10 de Dezembro alguns membros da oposição integrarão um novo governo. Em 28 de Dezembro Alexander Dubcek, líder da Primavera de Praga, que fora esmagada pelas tropas do Pacto de Varsóvia em 1968, é eleito Presidente da Assembleia Federal. No dia seguinte o dramaturgo Vaclav Havel, ex-dissidente, ex-preso político e dirigente Forum Cívico criado em 19 de Novembro, torna-se Presidente da República (interinamente). As eleições livres realizadas em 8 de Junho de 1990 farão de Vaclav Havel o primeiro Presidente livremente eleito em mais de cinquenta anos.

1989.12.01 - (URSS-VATICANO)

O Papa João Paulo II recebe no vaticano o dirigente soviético Mikhail Gorbatchev, num gesto que dá testemunho da nova abertura dos países do leste europeu à liberdade religiosa.

1989.12.04 - (PACTO DE VARSÓVIA)

O Pacto de Varsóvia, aliança militar dos países do leste liderada pela URSS, reconhece que a invasão da Checoslováquia em 1968 foi um erro.

1989.12.11 - (BULGÁRIA)

O Governo Búlgaro anuncia o fim do monopólio do poder do Partido Comunista e a realização de eleições livres . Estas realizar-se-ão em finais de Maio de 1990.

1989.12.20 -
(S.TOMÉ E
PRINCIPE)

Na Cimeira dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), reunida de 18 a 20 de Dezembro em Cabo Verde, o Presidente Pinto da Costa, de São Tomé e Principe, anunciou a sua intenção de acabar com o regime de partido único e instaurar uma democracia multipartidária no seu País. Dando concretização às suas intenções, em 15 de Março de 1990 entrega à Presidente da Assembleia Popular uma proposta nesse sentido. Em 22 de Agosto um referendo aprova, por esmagadora maioria, a nova constituição, transformando São Tomé e Principe na primeira ex-colónia africana portuguesa com regime de democracia pluripartidária.

1989.12.22 -
(ROMÉNIA)

Forças da "Securitas", policia secreta romena, rendem-se em Bucareste, após violentos combates de rua que se seguiram a grandes manifestações populares contra uma das mais fechadas ditaduras do leste europeu. O Presidente Ceausescu e a mulher são presos. Em 20 de Maio de 1990 terão lugar as primeiras eleições romenas após a queda do ditador.

1990.02.06 -
(URSS)

O Partido Comunista da União Soviética renuncia ao papel dirigente que se atribuía, abrindo caminho ao multipartidarismo. Em 16 de Fevereiro o Soviete Supremo aprova a lei da propriedade individual, tornando-a extensiva aos meios de produção. Na sessão de 13 de Março do Congresso de Deputados do Povo, o artigo 6º da Constituição que, havia já 72 anos, definia que o "PCUS é a força que dirige e orienta a sociedade soviética", é substituído por outro que consagra o multipartidarismo.

1990.02.11 -
(AFRICA DO
SUL)

Libertação de Nelson Mandela. líder negro Sul-Africano, campeão da luta contra o "Apartheid" e dirigente do Congresso Nacional Africano (ANC). A sua libertação, ao fim de 27 anos de cadeia, é um passo importante na eliminação da política de descriminação racial na Africa do Sul. Em 1 de Junho de 1990 o Governo anuncia que em Outubro terminará o "apartheid" nas piscinas, restaurantes e outros locais públicos, seguindo-se, depois, outras medidas no mesmo sentido.

1990.02.24 -
(LITUÂNIA)

Eleições na Lituânia dão uma clara maioria aos independentistas.

1990.02.25 -
(NICARÁGUA)

Eleições livres, na Nicarágua, dão a vitória à presidente Violeta Chamorro. Daniel Ortega, o Presidente cessante, abraça a sua rival, num gesto que simboloza a reconciliação na Nicarágua, após oito anos de guerra civil.

1990.Fevereiro -
(BENIM,
SOMÁLIA
CHADE...)

O Benim, vizinho da Nigéria, dá os primeiros passos em direcção à democracia pluripartidária. Pouco depois a Somália, o Chade e outros estados africanos começam a enveredar também pelo caminho da democratização.

1990.03.11 -
(LITUÂNIA)

O Soviete Supremo (Parlamento) da Lituânia aprova uma declaração de independência. Moscovo ameaça com sanções económicas mas evita uma invasão e o imediato esmagamento pela força do movimento nacionalista. Pouco depois a Estónia e a Letónia aprovam declarações parecidas, no mesmo sentido. Estes três estados bálticos, integrados desde Agosto de 1940 na URSS, na sequência de um acordo entre Hitler e Stalin feito sem a mínima consulta às populações, assumem assim os seus direitos à autodeterminação e independência, ao fim de perto de meio século de ocupação.

1990.03.18 - (LETÓNIA e ESTÓNIA) Eleições para os parlamentos da Letónia e da Estónia dão claras vitórias aos independentistas.

1990.03.21 - (NAMÍBIA) A Namíbia torna-se independente.
Ex-colónia alemã, o Sudoeste Africano é confiado em 1920 pela Sociedade das Nações à Africa do Sul para administração.

Em 1946, no entanto, Pretória recusa acatar as decisões da ONU no sentido de colocar o território sob o regime internacional de tutela. Em 26 de Agosto de 1966 a SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) desencadeia a luta armada, em prol da independência. Em 27 de Outubro do mesmo ano a ONU considera oficialmente terminado o mandato da Africa do Sul para administrar o território, e em 1968 proclama ilegal a ocupação sul-africana do território. Em dezembro de 1978 a Administração da Africa do Sul realiza "eleições" e cria um governo autónomo com vista a uma "independência" que mantivesse leis de separação racial. Sem a participação da SWAPO e sem qualquer supervisão das Nações Unidas, estas eleições perdem toda a credibilidade, e a resistência nacionalistas continua. Em 8 de Agosto de 1988, ao fim de 22 anos de luta armada, Pretória, Luanda e Havana, sob a égide dos EUA, chegam a um acordo que prevê um cessar fogo imediato. Em 22 de Dezembro é finalmente assinado um tratado que prevê a independência da Namíbia, paralelamente à retirada de 50.000 soldados cubanos de Angola (a concretizar até Junho de 1991). Em 10 de Março de 1989 chegam os primeiros "capacetes azuis" das Nações Unidas encarregados de fiscalizar a transição. De 7 a 11 de Novembro de 1989 realizam-se eleições para uma Assembleia Constituinte que dão uma clara vitória à SWAPO, e em 16 de Fevereiro o líder deste movimento, Sam Nujoma, é eleito Presidente. Após a independência da Namíbia as Nações Unidas registam apenas dezoito territórios não autónomos, os mais importantes dos quais, pela extensão e pela sua população são Timor-Leste e o Saara Ocidental.

1990.03.23 - (MONGÓLIA) O Parlamento da Mongólia elimina o artigo da constituição que consagrava o papel dirigente do Partido Comunista.

1990.04.13 - (CABO VERDE) O Conselho nacional do PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde) abre caminho à democracia, ao decidir que o Presidente da República seja eleito por sufrágio directo e que às eleições legislativas possam concorrer outros partidos. Em reunião de 24 a 28 de Julho de 1990 o Congresso do PAICV confirma estas decisões e transforma Cabo Verde numa sociedade pluralista.

1990.04.24 - (ZAIRE) O Presidente Mobutu Sese Seko do Zaire anunciou que abandonava as funções de Chefe do Governo e de líder do Movimento Popular Revolucionário (MPR) - o partido único no poder - ao mesmo tempo que autorizava a constituição de outros dois novos partidos (da oposição).

1990.05.11 - (NEPAL) O Rei Birendra, do Nepal, anuncia a criação de uma comissão encarregue de redigir um projecto de constituição que leve à instauração de um regime democrático, pluripartidário, nesta monarquia. Cerca de um mês antes, em 8 de Abril, o Rei autorizara já a criação de partidos (proíbidos durante cerca de trinta anos) na sequência de grandes manifestações populares pró-democracia que o governo (entretanto demitido) reprimira muito duramente.

1990.Junho - (COSTA DO MARFIM) Ao fim de trinta anos de regime de partido único o presidente Felix Houphouet-Boigny da Costa do Marfim autoriza a criação de 14 partidos.

1990.06.29 - (EUROPA) As 33 nações europeias, incluíndo a URSS, e com excepção da Albânia, reunidas em Copenhaga na Conferência Sobre Dimensão Humana, aprovaram por consenso um documento que compromete os estados membros signatários ao pluralismo político, a eleições livres, à separação entre o estado e os partidos e a um sistema judicial independente. Este documento consagra alguns direitos culturais das minorias e proíbe "a tortura e outras formas crueis, desumanas e degradantes de punição". Os EUA e o Canadá também subscreveram esta declaração, de grande significado histórico, moral e político.

1990.07.11 - (ÁFRICA) A Declaração Final da Cimeira da OUA (Organização da Unidade Africana) afirma que " a democracia e o desenvolvimento devem caminhar a par e reforçar-se mutuamente". Na conferência de imprensa o recém eleito presidente da OUA declara que "tem que haver democracia, pois não há possibilidade de governar um estado moderno sem democracia".

1990.07.31 - (MOÇAMBIQUE) O Bureau Político da Frelimo manifesta-se unânimamente a favor do multipartidarismo. Em 15 de Agosto o seu Comité Central aprova importantes alterações à constituição nesse sentido, aprovando igualmente a lei eleitoral, a lei dos partidos e um projecto de código de conduta dos dirigentes superiores do Estado. Em consonância com estas alterações a República Popular de Moçambique torna-se, simplesmente, na República de Moçambique.

1990.08.02 - (KUWAIT) O Iraque invade o Kuwait, mas a comunidade internacional reage com uma energia nunca antes vista. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Austrália e outros estados que tinham apoiado a Indonésia na sua invasão de Timor-Leste, tornam-se os grandes defensores do direito internacional e os protectores dos pequenos estados e nações contra as ambições territoriais dos seus vizinhos. O Conselho de Segurança das Nações Unidas condena a invasão e exige a retirada imediata e incondicional das forças ocupantes. Em 8 de Agosto o Iraque declara a integração do território Kuwait no seu estado, como 19ª província. As Nações Unidas declaram "nula e sem qualquer validade" a anexação. O Conselho de Segurança aprova o embargo comercial ao Iraque, e admite mesmo o uso da força para repôr a legalidade internacional.

1990.08.15 - (INDONÉSIA) Cinquenta e oito personalidades indonésias, incluíndo ex-ministros, generais reformados, líderes religiosos e activistas dos direitos humanos e outras personalidades de grande relevo divulgam publicamente um abaixo-assinado em que pedem ao presidente Suharto que se demita a fim de permitir a democratização do País. "Decretos, leis e procedimentos contra os princípios democráticos terão de ser reformulados para garantir a democracia, como se promete na Constituição", afirma o documento.

II.1.2 - A crise da "sucessão" põe em causa a sobrevivência do regime indonésio

Desde que, em Agosto de 1984, começou a circular, na Indonésia, um documento com o título "Salvar a Democracia", a estrela do Presidente Suharto começou a empalidecer.

Entre os subscritores deste importantíssimo documento contavam-se dirigentes das três principais correntes políticas e sociais indonésias, nomeadamente:

- Mohammade Sanusi Hardjadinata, ex-dirigente do Partido Nacionalista Indonésio (PNI), o mais votado nas últimas eleições livres que houve na Indonésia (em 1955) e presidente, até 1980, do PDI (Partido Democrático Indonésio), partido resultante da fusão, imposta pelo Governo, do Partido Nacionalista com o Partido Cristão;

- Mohammade Natsir, ex-chefe do Partido Mulçumano (modernista) Masyumy Party, o 2º partido mais votado nas eleições de 1955; e o

- General (na reserva) Nasution, que foi várias vezes ministro, ex-Primeiro Ministro, ex-Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Indonésias e um dos responsáveis pelo massacre dos membros dos PKI (Partido Comunista Indonésio) depois do golpe de 1965 que pôs Suharto no poder.

Neste manifesto protestam contra a "Lei das Associações" e outras quatro leis, então em discussão no Parlamento, as quais, uma vez aprovadas, fecham completamente as portas a qualquer evolução democrática do regime.

Dirigentes dos Conselhos das cinco religiões autorizadas (protestantes, católicos, mulçumanos, budistas, hinduistas) manifestam igualmente a sua apreensão perante as novas leis.

Alguns pregadores muçulmanos protestaram contra a "Lei das Associações", aparecendo inscrições, a atacá-la, junto de mesquitas, as mesmo tempo que eram distribuídos panfletos anti-governamentais e em defesa da democracia.

Em princípios de Setembro de 1984 o exército indonésio prende alguns muçulmanos junto da mesquita de Rawa Badak, na capital. Poucos dias depois, em 12/9/84, uma multidão que exigia a libertação desses presos é brutalmente massacrada, em Tanjung Priok (Jacarta). Cerca de sessenta mortos e numerosos feridos é o balanço desse trágico incidente.

Um dos primeiros a serem assassinados pelas tropas comandadas pelo General Benny Murdani, foi o dirigente muçulmano Amir Biki.

Conhecido por ter comandado o batalhão dos estudantes universitários que, em 1965, ajudou o General Suharto a estabelecer a "Nova Ordem", Amir Biki fora já noutras ocasiões o mediador entre muçulmanos e as autoridades. Mas desta vez as tropas do regime não estiveram com contemplações nem tentaram o diálogo, preferindo actuar brutalmente e abater mesmo um ex-apoiante importante como Amir Biki.

Quatro dias depois deste massacre um grupo de cinquenta políticos e generais reformados pede um inquérito aos incidentes de Tanjung Priok. Ao mesmo tempo chamam a atenção para o facto de haver um crescente sentimento de revolta pelo facto do governo não respeitar a Constituição de 1945, nomeadamente ao impôr o Pancasila, como único princípio, a todas as associações políticas, religiosas e sociais.

O mais importante neste documento é o peso das personalidades que o assinam. E entre estes contam-se três ex-ministros, Sjafruddin Prawiranegara, ex-Ministro das Finanças; Burhanuddin Harapan, ex-Primeiro Ministro; H.M. Sanusi, Ministro da Indústria do 1º governo de Suharto de 1966 a 1968, e vários generais reformados, entre os quais Ali Sadikin, da marinha (ex-Governador de Jakarta); Hugeng (chefe da polícia até 1972); General Azis Saleh, General Suyitno Sukitno e o General H.R. Darsono que foi Secretário-Geral da ASEAN (Associação dos Países do Sudoeste da Ásia) até ser demitido exactamente por ter assinado a "Petição dos Cinquenta".

Depois do massacre de Setembro de 1984 o governo passou a proibir os sermões nas mesquitas a quem não tivesse uma autorização especial para o efeito.

Mais de cento e trinta "mestres" muçulmanos foram presos, enquanto o General Murdani fazia reuniões com muitos outros em diversas regiões de Java aconselhando-os a não criticar o governo e ameaçando-os caso o fizessem.

De então para cá os sentimentos de revolta não cessaram de crescer.

Na sua edição de 6 de Novembro de 1989, o semanário americano Newsweek, falava da crescente oposição ao regime do General Suharto. A propósito referia as manifestações de estudantes universitários de Jogjakarta e doutras cidades indonésias, ao longo de todo o ano de 1989, exigindo a democracia, o respeito pela moral muçulmana, e a libertação de outros estudantes presos. Ao contrário do costume, desta vez muitos militares recusaram-se a reprimir violentamente as manifestações estudantis. Aparentemente há ligações e solidariedades entre estudantes, pequenos camponeses empobrecidos e descontentes, e alguns militares. Segundo o advogado indonésio Mulya Lubis, *"está a acontecer alguma coisa de que os jornais não dão notícia; os próximos dois anos podem ser explosivos"*.

Em contraponto, Suharto, irritado, responde a um jornalista, furioso e ameaçador: *"Se me quizerem substituir de uma maneira inconstitucional, esmagá-los-ei, quer sejam políticos quer sejam militares ..."*. Alguns anos atrás Suharto não se irritaria nem ameaçaria ninguém: - riria de hipótese tão impossível. Mas hoje, sente o chão a fugir-lhe debaixo dos pés e perde a serenidade.

Não tendo sido capaz de preparar a sua sucessão - em grande parte por causa do problema de Timor, que dificulta qualquer democratização sem rupturas no regime, Suharto não vê saída para o futuro. O seu Ministro da Defesa, Benny Murdani, também não. É ele quem confessa que procurar um sucessor de Suharto "é como caminhar num quarto escuro. Não sabemos que esperar ..." E o General Benny Murdani acrescenta que é possível que se venham a verificar, na Indonésia, manifestações como as que derrubaram os regimes autoritários instalados nas Filipinas, em 1986, e na Coreia do Sul, em 1988 ... O abaixo assinado de 15 de Agosto de 1990 a que atrás fizemos referência é mais um passo nesse sentido.

II.2 - Uma recente visita a Timor-Leste

D. Paul Moore, Jr., Bispo Resignatário de Nova York

II.2.1 - Nota biográfica sobre o Bispo D. Paul Moore, Jr.

O Rev^{mo} Sr. D. Paul Moore, Jr., foi nomeado como 13º Bispo de Nova York, da Igreja Episcopal (Comunhão Anglicana), em 23 de Setembro de 1972, no seu nono ano de episcopado. Tendo sido eleito Bispo de Washington em Setembro de 1963, serviu nesse cargo até à sua eleição como Bispo Coadjuntor de Nova Yorque em dezembro de 1969.

Nascido em Morristown, New Jersey, em 15 de Novembro de 1919, graduou-se na Universidade de Yale em 1941 com o grau de B.A.; recebeu o grau S.T.B. do General Theological Seminary em 1949. Em 1960 foi-lhe concedido o grau honorífico S.T.D. pelo mesmo seminário, e em 1964 o de D.D. pelo Virginia Theological Seminary. A Escola de Berkeley Divinity também o louvou com um D.D. em 1971.

Pertence ao Conselho de diversos seminários e escolas universitárias.

De 1941 a 1945 esteve na Marinha dos EUA. Foi gravemente ferido numa operação da Divisão do Primeiro Corpo da Marinha em Tulagi-Guadalcanal, em que era chefe de pelotão. Mais tarde foi comandante de operações em Guan. Deixou a marinha com a graduação de capitão e recebeu a Cruz Naval, a Estrela de Prata, e o "Purple Heart".

Um dos seus principais interesses é a ligação entre o seu ministério e a psiquiatria. É muito conhecido pelo seu profundo interesse na luta pela sobrevivência dos miseráveis das cidades, e faz parte do Conselho da Sida.

No verão de 1970 foi o responsável de uma missão de Paz no Vietnam do Sul. Fez parte de uma delegação que foi a Moscovo em 1982 para discutir com os líderes soviéticos sobre o desarmamento nuclear. Recentemente visitou a Nicarágua.

É casado com Brenda Hughes e pai de nove filhos.

II.2.2 - Testemunho do Rev^{mo} Sr. *D. Paul Moore, Jr.*, Bispo Resignatário de Nova Yorque (*)

"Em Dezembro passado, eu e a minha mulher, Brenda, visitámos Timor-Leste como representantes do "Asia Watch", comité dos direitos humanos que tem sede em Nova York. Queriamos mostrar a nossa solidariedade para com aqueles que estão a lutar pelos seus direitos e obter o máximo de informações possíveis, em primeira mão, durante o perído que aí estivéssemos.

"Começamos por ir a Jakarta para aprendermos algo sobre Timor.

(*) Transcrição quase integral da intervenção do Bispo D. Paul Moore, Jr.. Tradução da responsabilidade do Coordenador das Jornadas, a partir de textos retirados por Fernanda Jorge das cassetes gravadas.

"O Senhor Sidney Jones, director do Asia Watch, apresentou-nos a diversas pessoas, em Jakarta, de forma a pôr-nos mais ao corrente do que se passa em Timor-Leste, antes da nossa visita. Entre outros, encontrámo-nos com Ponce Princem, Slumet Bratanata, um professor, que é uma autoridade em História, Jopie Lasut, da "New Life Prison Fellowship", e bastantes refugiados de Timor-Leste que mantêm ligações à Fretilin ou que por outras razões tinham fugido de Timor para a Indonésia. Visitámos o embaixador e alguns membros da Embaixada dos Estados Unidos, e o senhor Joewano da C.S.I.S.

"Quando chegámos a Timor Leste e nos fomos registar no Hotel Turismo, em Dili, tivemos logo um sentimento de apreensão, de que estávamos a ser observados, e sentimos imediatamente a presença das forças de segurança. Um alto oficial de Jakarta que já tinha viajado connosco no mesmo avião ocupava o quarto ao lado. Quatro ou cinco homens da segurança acompanhavam-no. Durante a nossa visita disseram-nos que muitas das pessoas com quem faláramos e mesmo aquelas com quem apenas tínhamos tido um breve e casual encontro, foram interrogadas sobre o assunto das conversas. Aparentemente, as escutas de telefone são tão claras, que nos disseram que o monitor encarregue das escutas chegou a exigir a uma pessoa que falava ao telefone que não usasse o português visto que ele apenas percebia a língua indonésia. Todo o correio que entra ou sai da ilha é censurado.

"A presença militar é opressiva. Em Dili os soldados patrulham as ruas de uniforme e armados. Benny Murdani, um alto chefe militar da Indonésia, (Ministro da Defesa) foi à ilha enquanto nós lá estávamos e assistiu à consagração da Catedral Católica que acabara de ser construída. Foi acompanhado por 5 ou 6 seguranças e ficou no Hotel Tursimo. Tivemos que abandonar os nossos quartos para os ceder aos seguranças do (General) Benny Murdani.

"Quando tentámos ir de carro pela costa até Baucau, foi-nos difícil encontrar alguém que nos conduzisse. Como por encanto, não havia nenhum carro disponível para alugar, em nenhuma das agências contactadas.Todos queriam saber porque desejávamos ir a Baucau. Finalmente um jovem, que era o nosso intérprete, descobriu um amigo que tinha sido prisioneiro e que, aparentemente, era muito corajoso e concordou em nos levar a Baucau.

"Perguntamo-nos porque é que o Governo não quer que ninguém vá a Baucau. Cremos que é porque a presença militar é opressiva. Durante a viagem a polícia militar mandou-nos parar seis vezes para nos interrogar. Tivemos que sair do carro e mostrar os passaportes. Camiões carregados de soldados em fato de combate passaram por nós na estrada. Vimos muitos carros militares e até tanques. Disseram-nos, de fonte segura, que havia 24.000 soldados em Timor-Leste para uma população de 400.000 habitantes. A presença de elementos da Fretilin no mato não é significativa. Esta presença militar é ilógica, opressiva e irracional. Não estão ali por causa do medo da Fretilin, mas para que as tropas possam treinar, tenham um local para manobrar. Além disso os oficiais têm razões económicas para ficar. Parece que maltratam os pobres das áreas rurais, forçando-os a abandonarem as suas hortas, as quais depois ocupam para tirarem rendimento. Há muita corrupção entre os militares. Mesmo a comida enviada para ser distribuída pela população é confiscada e depois tem que ser paga. São muitas as histórias de opressão e corrupção. Cada comandante de batalhão, segundo nos disseram, é a imagem da lei. O coronel Prabowo, genro do Presidente Suharto, era especialmente conhecido e parece que ele próprio fomentou alguns dos incidentes mais graves: disseram-nos que os militares invadiram uma escola de crianças, com a desculpa de que procuravam os chefes de uma manifestação pró-independência. Dispararam e aterrorizaram as crianças. Foram feitas muitas prisões de inocentes durante a manifestação que teve lugar na altura da visita do Papa. Os rapazes foram libertados mas só depois de terem sido torturados com a finalidade de aceitarem que tinham tido um comportamento subversivo. Na altura da nossa visita doze jovens ainda se encontravam presos e sem julgamento. Parece-me que apenas dois deles já foram libertados.

Contudo, quando nos encontrámos com o Bispo Belo, mais de uma dúzia de rapazes permaneciam na sua residência visto terem medo de serem presos. Eram jovens idealistas sem nenhuma formação política.

"O papel da igreja é crucial em Timor-Leste. Logo que chegámos contactamos com o Bispo Belo. Uma vez que não tinhamos podido informá-lo, com antecedência, da nossa visita, a princípio estava receoso em falar connosco.Mas muito rapidamente melhorou de atitude e começou a falar da situação dificil em que se encontrava. Por um lado, não queria pôr em perigo o seu povo, nem ser alvo de sanções contra a sua instituição por parte do Governo. Por outro lado, ele é uma das poucas vozes que tem a ousadia de falar. Ainda continua a receber ameaças, por causa do apelo que fez às Nações Unidas há um ano (no sentido de ser feito um referendum). Ele, e muitos dos chefes das Igrejas com quem nós falámos, sentem que o povo tem sofrido o genocídio cultural e está a perder a esperança de ter um futuro melhor. O bispo sente que é essencial conservar a esperança viva, principalmente na geração mais nova, insistindo que os timorenses têm o direito a um referendum sobre a forma de governo que gostariam de ter, ou, por outras palavras, têm direito à autodeterminação.

"Quero dizer algo sobre a Igreja Católica, porque é a presença mais importante. O Bispo Belo é uma pessoa muito corajosa. Disse que está sózinho, abandonado. Tivemos dois ou três encontros com ele. Disse que se sente fisicamente ameaçado. A sua casa é um Santuário aberto aos jovens. Falamos com eles. São "teenagers" com medo de ir para casa, de irem à escola. Têm medo de ser presos e torturados. Falamos com eles na presença do bispo. É preciso muita coragem para os deixar ficar lá, para fugirem à repressão da polícia.

"O bispo, e outras pessoas com quem falamos, pensa que há uma política deliberada de genocídio da parte do Governo Indonésio contra o povo de Timor-Leste. O genocídio cultural, tal como os massacres que já ocorreram, é intencional. Visa destruir a cultura timorense que é tão distinta da indonésia. A consciência desta distinção cultural é tão grande, tão assumida, que o Bispo Belo, eu próprio e a minha mulher, vemos e compreendemos, que a esperança da independência não pode desaparecer. Ainda que possa parecer impossível agora, mesmo que sejamos pessimistas, é muito importante manter esta esperança de liberdade. Esta é a razão porque o Bispo Belo e outras pessoas continuam a falar de autodeterminação, não importando qual o preço a pagar ou que esta possa custar. Falando com ele, eu e minha mulher chegamos a perguntar: "Não é errado manter esta esperança nas pessoas quando a situação é tão má".

"Mas é a única coisa em que os jovens podem acreditar e os jovens têm orgulho nisso. Foi aí que compreendi como é importante manter esta esperança, em Timor e no mundo.

"Assistimos à consagração da Catedral nova. Milhares de pessoas estavam presentes às sete da manhã. Foi uma cerimónia muito comovente. A ironia do acontecimento é que foi o Governo da Indonésia que deu o dinheiro para a construção da catedral com o objectivo de conquistar simpatias entre a população local. Ficamos orgulhosos de podermos assistir à benção da Catedral. O Papa já a tinha benzido, mas esta era outra inauguração. Foi às sete horas. Havia imensa gente.

"No momento do ofertório, os timorenses ofereceram galinhas, porcos, artesanato, instrumentos musicais. Foi lindo! As pessoas com os seus trajes tradicionais, mostraram-nos o orgulho do povo na sua cultura e provou como a Igreja é uma instituição que a preserva.

"Ficamos impressionados com as escolas das igrejas e com o espirito dos jovens que as frequentam. Os padres Salesianos têm uma escola explêndida perto de Baucau, mas não lhes é permitido trazerem mais padres para ajudarem a ensinar. Esta escola de Fatumaca fica numa zona onde dizem haver muita actividade da Fretilin. Por isso a presença militar é

muito importante. A escola é muito vigiada.

"Foi muito agradável a visita que fizemos à Escola de Fatumaca. Os padres disseram-nos que alguns dos seus alunos foram a Dili ver o Papa, e que estavam apenas a ver, não se tendo manifestado nem dirigido nada. Mas, porque um deles fez um sinal a um fotógrafo, foram detidos pela polícia militar, ficaram presos e foram torturados. Estavam inocentes e eram adolescentes de 15/16 anos. Finalmente foram libertados. E um oficial ficou tão embaraçado pelo erro cometido (coisa rara entre os militares ...) que foi à escola e disse aos jovens para pensarem nele como um pai, e até lhes levou bolas de basquete e outro material desportivo. Mas aconteceu uma coisa maravilhosa: - Os jovens recusaram o equipamento e disseram ao oficial que ele não era pai deles. Quem era como um pai era o padre (o professor deles). E acrescentaram que o que queriam era que libertassem os jovens que continuavam presos. Contudo, apesar da ambivalência do governo, a escola é um lugar vibrante e de esperança, e os jovens são lindos, atentos, e conscienciosos. Os Jesuitas e outros grupos religiosos também têm escolas, que não tivemos tempo de visitar.

"Percebemos que os timorenses tinham cartões de identidade e que, de vez em quando, eram abordados e tinham que os mostrar, como acontecia na Africa do Sul.

"Alguns dos jovens que estiveram presos são libertados com a condição de não se envolverem em nada de político. Os que não assumem esse compromisso continuam presos.

"Deixamos a ilha com sentimentos muito confusos. Em primeiro lugar ficamos muito impressionados com o sofrimento desse povo tão carinhoso e sentimos o seu sentimento de desespero. Admirámos a coragem com que encaram o seu tão incerto futuro. Apesar de não nos competir dizer que forma de governo devem ter, estamos certos de que a situação actual terá de evoluir para a autodeterminação. Entretanto, sentimos que todos os esforços devem ser feitos para educar a juventude proporcionando-lhe o domínio das técnicas que poderão utilizar no futuro à medida que o país se desenvolver, porque é inevitável que o desenvolvimento ocorra. Se os timorenses não forem capazes de assumir cargos, os empregos mais bem pagos irão de novo para os outros e mais uma vez eles serão explorados, serão servos na sua própria terra.

"É fundamental alertar a comunidade internacional, com incidência nas Nações Unidas, na Austrália e em Portugal, e insistir uma vez, e outra, e outra, que Timor-Leste é de fundamental importância para a Humanidade.

"Tenho vergonha do papel dos Estados Unidos da América nesta questão. A invasão teve o beneplácito do nosso Governo, com a presença de Henry Kissinger (e do Presidente Gerald Ford) em Jakarta poucos dias antes da invasão. Muito equipamento militar dos EUA foi empregue nesta invasão. O Governo continua a condenar as violações dos direitos humanos, mas nenhuma sansão foi decidida contra a Indonésia, que os EUA deveriam pressionar ...

"Espero que os Estados Unidos reforcem as pressões sobre o Governo Indonésio, no sentido de acabar com a opressão do povo timorense e de submeter a disputa sobre a soberania ao julgamento da comunidade internacional. Isto é igualmente válido para a Austrália.

"Concluo com uma nota:

"Ficamos muito tocados com a coragem deste povo. Viajei por muitos sitios do mundo, tal como a minha mulher - Africa, Japão, Nicarágua, Rússia, etc. - , mas nunca vi um povo que tanto me tenha impressionado como os timorenses com a sua coragem, convicção e gentileza ..."

II.3 - O tratado de cooperação entre a Indonésia e a Austrália para a exploração do petróleo do Mar de Timor (*)

Síntese da comunicação de *Sasha Stepan*, assistente do departamento de Política da Monash University da Austrália e autora de uma tese sobre "O acordo relativo à zona do "Timor Gap" (da fronteira marítima entre Timor e a Austrália) e as implicações internacionais"

"Introdução"

"O chamado "Timor Gap Zone of Cooperation Treaty" (o Tratado de Cooperação para o Intervalo da Fronteira Marítima de Timor Ainda Não Delimitado) entre a Indonésia e a Austrália, foi formalmente assinado no dia 11 de Dezembro de 1989, entre os ministros dos negócios estrangeiros da Austrália, senador Gareth Evans, e da Indonésia, Sr. Ali Alatas, respectivamente, a bordo de um avião em pelno voo sobre a referida zona.

"O tratado foi aclamado pelos dois países como uma alternativa original e pacífica a uma longa disputa de delimitação "... estabelecendo, a longo prazo, um ambiente estável para pesquisa e exploração de petróleo ..." que " não prejudicaria o direito de cada um dos países à soberania sobre a plataforma continental ..." e que não poderia "... afectar os continuados esforços de chegar a um acordo permanente e final sobre a delimitação da fronteira marítima".

"Também foi proclamado que este tratado tinha removido, com sucesso "uma fonte potencial de conflito bilateral ou regional". Mas esta última declaração tem um sentido equívoco pois, no meio das aclamações que ressoam em Camberra e Jakarta, um aspecto fundamental está a ser escamoteado: - a pilhagem dos direitos do povo de Timor-Leste.

"Quanto a estes direitos, a única esperança do povo de Timor-Leste é a de que Portugal, enquanto potência administrate do território, como tal reconhecido pelas Nações Unidas, desencadeie uma acção decisiva"

"História das negociações da fronteira marítima"

"A região conhecida como o "Timor Gap" (intervalo de Timor) surgiu como consequência de um acordo sobre a fronteira internacional assinado entre a Indonésia e a Austrália em 1971-72, que deixou um intervalo ("gap") oposto ao que era então o Timor Português. Em 1974-75 houve discussões entre as autoridades australianas e portuguesas acerca desse intervalo, com vista a complementar a linha de fronteira, mas essas conversações prolongaram-se sem que nada ficasse resolvido, até Dezembro de 1975, quando a Indonésia invadiu a colónia.

"Em Fevereiro de 1989 a Austrália e a Indonésia começaram negociações sobre o "Timor Gap". De acordo com o actual Primeiro Ministro Australiano, R.J. Hawke, ao fazêlo a Austrália reconheceu "de jure", a soberania indonésia sobre Timor-Leste. Tornou-se assim claro que o desejo de resolver o problema do "Timor Gap" e conseguir acesso às potencialmente grandes reservas petrolíferas da área foi o principal factor determinante da decisão australiana de reconhecer a anexação. O Governo de Camberra temia que se se opu-

---

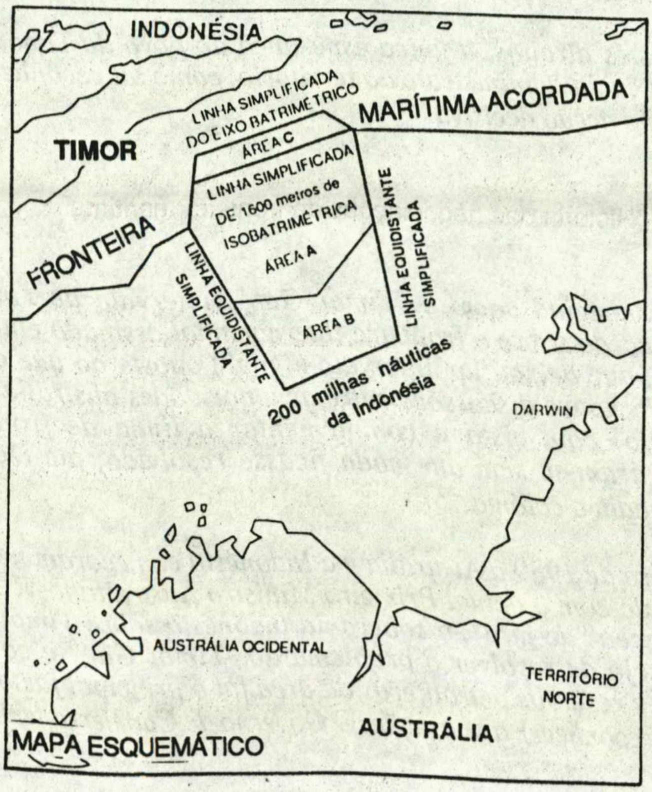
(*) Síntese e tradução das citações da responsabilidade do Coordenador das Jornadas *zesse, nas Nações Unidas, à incorporação de Timor-Leste a "Indonésia retaliasse congelando as conversações sobre a linha de fronteira".*

Depois de citar o telegrama de Agosto de 1975 do embaixador australiano na Indonésia, Sr. Dick Woolcott a chamar a atenção do Governo para as vantagens que poderia tirar se negociasse o "Timor Gap" com a Indonésia em vez de o fazer com Portugal ou com um Timor independente (ver p. 7 desta brochura), Sasha Stepan continua:

"Apesar de terem decorrido nove rondas de negociações desde 1979, a Austrália e a Indonésia ainda não conseguiram chegar a um acordo quanto á delimitação permanente da plataforma marítima, porque cada país interpreta de maneira diferente os princípios do direito internacional aplicáveis neste caso.

"A Austrália argumenta que, de acordo como direito internacional, os direitos sobre a plataforma marítima da Austrália e da Indonésia se estendem desde a costa, por todo o prolongamento natural da plataforma continental, até à parte mais profunda da depressão de Timor.

"A posição indonésia é de que há uma plataforma continental comum entre a Austrália e a Indonésia e, consequentemente, uma linha equidistante entre as duas linhas da costa (linha média) é a fronteira mais apropriada. A Indonésia argumenta que o novo conceito de Zona Económica exclusiva, que estabelece os direitos sobre a plataforma marítima até duzentas milhas náuticas também reforça a mediana como o princípio mais adequado para definir a fronteira.


INDONÉSIA
TIMOR
LINHA SIMPLIFICADA DO EIXO BATRIMÉTRICO
FRONTEIRA MARÍTIMA ACORDADA
ÁREA C
LINHA SIMPLIFICADA DE 1600 metros de ISOBATRIMÉTRICA
ÁREA A
ÁREA B
LINHA EQUIDISTANTE SIMPLIFICADA
LINHA EQUIDISTANTE SIMPLIFICADA
200 milhas náuticas da Indonésia
DARWIN
AUSTRÁLIA OCIDENTAL
TERRITÓRIO NORTE
AUSTRÁLIA
MAPA ESQUEMÁTICO

"Tendo em conta a dificuldade em reconciliar as reivindicações em disputa entre os dois países, ambos começaram a explorar a possibilidade de estabelecer, provisóriamente, uma "zona de desenvolvimento comum" que permitisse operar enquanto uma delimitação final continuasse pendente.

"Discussões detalhadas sobre esta proposta tiveram lugar em meados de 1985 quando o Senador Evans, na qualidade, então, de Ministro dos Recursos e da Energia, visitou a Indonésia. Em Outubro de 1988, na sua primeira visita à Indonésia como Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio, ele e o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, anunciaram um acordo interino sobre a proposta de Zona de Cooperação. Em 11 de Dezembro de 1989 o Tratado foi formalmente assinado.

"O Tratado"

"A parte I do Tratado estabelece a Zona de Cooperação numa área entre a Província Indonésia de Timor-Leste e o Norte da Austrália, compreendendo as zonas A, B e C, com uma área total aproximada de 61.000 quilómetros quadrados.

"A área A destina-se a ser controlada conjuntamente pelos dois estados, que partilharão por igual os lucros da exploração. A zona A contém a muito apreciada, ainda que geológicamente desconhecida, estrutura de "algas", que se estima conter vários biliões de barris de petróleo.

"A área B tem o controlo atribuído à Austrália, devendo no entanto ser pago à Indonésia 10% do respectivo rendimento bruto.

"A área C, deverá ser administrada pela Indonésia que pagará à Austrália uma taxa de 10% sobre os rendimentos do contratante.

"O limite norte da Zona de Cooperação coincide com o limite máximo da plataforma continental, de acordo com a reivindicação australiana. O limite sul da zona está a duzentas milhas da costa de Timor, de acordo com os princípios defendidos pela Indonésia (isto é, a reivinidcação da Zona Económica Exclusiva, na sua máxima extensão). A leste e a oeste deste intervalo a fronteira é definida pelas "linhas médias".

"O tratado não pretende definir, de forma definitiva, a fronteira marítima, continuando cada estado a reclamar os respectivos direitos de soberania, no "Timor Gap", de acordo com a cláusula 3 do artigo 2".

Continuando a descrever o tratado, Sasha Stepan esclarece que as autoridades responsáveis pela área são um Conselho Ministerial (com igual número de ministros de cada um dos governos) e uma Autoridade Conjunta.

Esta última terá, entre outras, a *"responsabilidade pela protecção do ambiente, segurança, busca e socorro, bem como quaisquer acções necessárias <<em caso de ameaça terrorista a barcos ou estruturas envolvidas nas operações petrolíferas da zona A>>".*

Depois de descrever as cláusulas sobre a forma de adquirir direitos de propriedade sobre o petróleo, a legislação aplicável, as formas de derimir eventuais conflitos e de implementar o Tratado, Sasha Stepan descreve a forma como o Governo Australiano encara as críticas que têm sido feitas ao mesmo.

"Resposta australiana às critícas portuguesas em relação ao Tratado sobre o "Timor Gap"

"A assinatura do tratado sobre o Intervalo de Timor ("Timor Gap") pode-se considerar uma violação do direito internacional por ir contra os direitos do Povo de Timor-Leste à autodeterminação e à soberania sobre os seus próprios recursos. Ao assinar o Tratado e ao preparar-se para dividir o espólio do Intervalo entre elas, a Austrália e a Indonésia estão a esquecer o facto de que a anexação militar de Timor-Leste pela Indonésia, que lhe daria direitos de soberania para negociar o tratado, foi ilegal, e que a continuada ocupação de Timor-Leste é ilegal. Por isso qualquer tratado dependente da ilegal soberania indonésia se pode considerar nulo à face do direito internacional, violando o direito à auto-determinação dos timorenses, que é uma norma perentória do direito internacional.

"Apesar disso a Austrália rejeita a alegação de que os seus actos são incompatíveis com o direito internacional em vigor, e o Senador Gareth Evans afirmou publicamente que no caso de Portugal intentar iniciar qualquer acção em qualquer forum, a Austrália defenderia a sua posição "com vigor e determinação".

"A forma como a Austrália contesta as críticas portuguesas é a seguinte:

"Primeiro, a Austrália considera que não há nenhuma determinação legal que obrigue a não reconhecer a aquisição de um território pela força.

"Segundo, a assinatura do Tratado do Intervalo de Timor não significa que a Austrália aprova a forma como, inicialmente, a Indonésia adquiriu o território de Timor-Leste.

"Terceiro, a Austrália reivindica que, de acordo com o direito internacional, a legalidade da aquisição inicial de um território tem que se distinguir das posteriores negociações entre o estado que adquiriu o novo território e outros estados.

"Quarto, à Austrália nunca foi dado a conhecer qualquer interesse de Portugal, anterior a 1975, sobre a plataforma marítima que constitui a Zona de Cooperação. Consequentemente a Austrália não aceita a alegação de que os timores tenham quaisquer direitos de soberania permanentes sobre os recursos da plataforma marítima do Intervalo.

"Finalmente a Austrália pretende (com uma curiosa distorsão da lógica) que a "questão de Timor-Leste" é um problema completamente distinto do Tratado do Intervalo de Timor, que diz respeito à fronteira marítima entre vizinhos. A Austrália insiste em que a conclusão do Tratado não contraria, de modo algum, os seus esforços de continuar a apoiar o diálogo entre Portugal e a Indonésia nas Nações Unidas com vista a resolver a questão de Timor-Leste.

"Todos estes pontos de vista são claramente discutíveis, e serão objecto de rigorosa apreciação no Tribunal Internacional de Justiça.

"O ponto de vista do Governo Australiano reflete uma interpretação do direito internacional segundo a qual actos de agressão podem ser ignorados e que os violadores do direito internacional podem tornar-se os legítimos titulares do território de que se apoderaram. Isto equivale a desculpar as violações da Carta das Nações Unidas e muitas resoluções relativas à auto-determinação política e económica. Resumindo, é um ponto de vista que é inverosimel admitir que seja aprovado pelo Tribunal Internacional de Justiça".

II.4 - Timor-Leste: cenários para os anos noventa (*)

Síntese da comunicação de *John G. Taylor*, escritor e professor da South Bank Polytechnic de Londres.

O autor começa por referir cinco cenários hipotéticos, no pressuposto de que o regime indonésio se mantem, para descrever, no fim, um cenário correspondente a uma alteração do regime.

"Primeiro, há a possibilidade de uma vitória militar da Indonésia sobre a Fretilin (...). Dando publicidade internacional a esta derrota, os diplomatas indonésios insistirão em que a questão de Timor-Leste volte à Assembleia Geral das Nações Unidas onde, mesmo uma resolução mais branda do que a de 1982, é derrotada".

No plano internacional a questão morre.

"A oposição da Igreja é neutralizada com o Vaticano a dar o seu acordo à transferência do bispo Belo e à renovação dos padres que agiram como mediadores entre as forças indonésias e os grupos da Fretilin".

John Taylor considera improvável este primeiro cenário, não só devido à capacidade da Fretilin em continuar hábilmente a luta, mas também devido ao interesse de muitos militares indonésios em que a luta prossiga, pouco intensa como nos últmos anos, para terem um campo de treino para as suas tropas e possibilidades de ganhar dinheiro e promoções à custa das campanhas em Timor.

"De modo semelhante - passando para um segundo cenário - é improvável que as forças da Fretilin sejam capazes de derrotar militarmente a Indonésia. Estimativas das actuais forças da Fretlin variam muito, mas um número razoável parece ser à volta de 2000 guerrilheiros activos, localizados predominantemente nas zonas leste e sul, dispondo de armas capturadas aos indonésios".

"(...) O único desenvolvimento que poderia tornar a Fretilin capaz de provocar a ruptura militar das linhas inimigas seria ou um significativo levantamento dos movimentos separatistas nas regiões orientais da Indonésia, tais como o Irian Ocidental, ou um conflito prolongado entre facções militares na própria ilha de Java, relacionado com a crise de sucessão da presidência de Suharto. Nenhuma destas hipóteses parece ser provável, no futuro imediato".

"Um terceiro cenário possível é o de o Governo Indonésio organizar um referendo em Timor-Leste, cujo resultado, cuidadosamente orquestrado, seria um voto a favor da integração." A Indonésia já conseguiu fazer isso na Papua Ocidental em 1969 quando, sob os auspícios das Nações Unidas mas recorrendo a pessoal indonésio, orquestrou um "Acto de Livre Escolha" que legalizou a integração.

"Um resultado semelhante em Timor-Leste poderia ser utilizado para legitimar internacionalmente a integração, particularmente se os militares conseguissem assegurar um envolvimento limitado das Nações Unidas ou, ainda melhor, uma presença portuguesa durate o referendo. Até certo ponto a Indonésia já acenou com esta sugestão, quer em 1982 quer em 1987, quando funcionários governamentais argumentaram que os resultados das eleições para a Assembleia Provincial de Timor-Leste poderia dar alguma indicação sobre o nível de apoio à integração.

(*) Síntese e tradução das citações da responsabilidade do Coordenador das Jornadas.

"(...) Vários factores militam hoje contra esta hipótese. O mais importante, talvez, é que o próprio Suharto e os seus colaboradores mais próximos parece oporem-se-lhe, argumentando que poderia implicar uma maior abertura de Timor-Leste e permitir à oposição - nomeadamente à Igreja Católica - dar largas às suas críticas contra a ocupação. Citam os acontecimentos que rodearam a visita papal em Outubro de 1989 como um exemplo, em pequena escala, do que poderia acontecer. Além disso, como a comunidade internacional agora está advertida quanto aos métodos utilizados pelos militares para assegurarem os resultados de Irian Ocidental, muitos governos se sentiriam pouco dispostos a aceitar o resultado de (um tal) referendo, enquanto outros reabririam a questão do Irian Ocidental, como processo de criticar a Indonésia" (...).

"Um quarto cenário poderia ser uma variante do que os oficiais indonésios envolvidos nas negociações do cessar-fogo de 1983 chamaram a <<Solução Sulawesi>>. Esta começaria com a negociação de um cessar-fogo seguido de propostas de maior autonomia regional.

"(...) Nas presentes circunstâncias a hipótese de tais desenvolvimentos parece de facto remota. Há poucos sinais de qualquer abrandamento da brutalidade indonésia ou de qualquer intenção séria de envolver os timorenses na condução do sistema político ou na organização da economia".

Um quinto cenário apresentado pelo autor tem que ver com mudanças de posição da comunidade internacional, e de Portugal, no sentido de uma maior aceitação do facto consumado, desde que fossem garantidos os direitos humanos, a liberdade religiosa e a preservação da identidade cultural timorense.

"Presentemente esta saída parece ser muito menos provável do que já o foi no início dos anos oitenta, uma vez que o Governo Português tem afirmado repetidas vezes a necessidade de um acto de autodeterminação. (...) No momento presente a política portuguesa constitui, provavelmente, o mais efectivo espinho cravado na diplomacia indonésia (...)".

"Ao delinear estes cenários, assumimos que se manteria o actual regime em Jakarta. Mas é evidente que se este mudasse, tal poderia ter profundos efeitos no conflito. Cenários que consideramos como improváveis - nomeadamente o do referendo e a <<Solução Sulawesi>> - poderiam muito bem tornar-se possíveis".

Depois de se referir ao prolema da sucessão do Presidente Suharto, que na Indonésia é um problema crucial dado o papel que desempenhou na destruição dos partidos políticos e devido à habilidade com que reforçou o seu poder ao virar umas facções militares contra outras, John Taylor cita o Asian Wall Street Journal (24/11/1986) sobre a família do General:

"Nos últimos anos os filhos de Suharto (que são três) montaram um intrincado conjunto de negócios que lhes permite tomar parte em quase todos os ramos de produção e de serviços importantes no país. Na maior parte dos casos estes negócios têm origem e prosperam graças a contratos com o estado ou a decretos governamentais ou a licenças que dão especiais direitos de controle das importações, do fabrico ou distribuição de certos bens e serviços a empresas ligadas aos filhos do Suharto ou aos seus associados". Segundo as estimativas citadas por vários jornais (Fan Eastern Economic Review, Sydney Morning Herald, Asian Wall Street Journal), nos anos oitenta os bens da família Suharto e seus associados cifrar-se-iam entre dois e três biliões de dollars americanos (cerca de trezentos a quatrocentos e cinquenta milhões de contos!).

Devido ao carácter autoritário e ultrapassado do regime, The Economist, na sua análise anual das perspectivas dos países em vias de desenvolvimento, considerou

(20/12/86) a Indonésia como um país de "alto risco" para os investidores. Por isso John Taylor conclui que *"se a Indonésia quer mudar esta percepção, então um certo número de questões fundamentais têm que ser tratadas urgentemente nos anos noventa, e em muitas delas parece que o Governo de Suharto faz mais parte do problema do que da sua solução"*.

John Taylor analisa depois alguns dos principais problemas económicos da Indonésia para concluir:

"(...) Assistimos a um crescente conflito entre as necessidades de modernização da economia indonésia baseada na liberalização e na diversificação, e os entrincheirados interesses dos monopólios suportados e dirigidos por companhias ligadas à família Suharto(...)".

"(...) A Indonésia enfrenta também problemas ambientais cujo impacto se intensificará nos próximos dez anos". Estes, relacionados com a desflorestação *"(...) não podem ser discutidos sem mencionar o problema da transmigração com eles relacionado". A política nesta área visa deslocar milhões de pobres sem terras das ilhas centrais de Java, Madura, Bali e Lombok para as ilhas menos povoadas situadas predominantemente na zona leste."(...).*

"A transmigração tem envolvido violações generalizadas dos direitos humanos, incluindo o repovoamento forçado, que têm sido rigorosamente documentados por muitos comentadores. O Governo tornou bem claro que um dos objectivos adicionais é minar as sociedades e culturas não javanesas. Numa reunião sobre transmigração realizada em Jakarta o Ministro da Transmigração, General Martono, prometeu que ***<<pela via da transmigração tentaremos realizar o que tem sido prometido, integrar todos os grupos étnicos numa nação, a Nação Indonésia. A longo prazo os vários grupos étnicos desaparecerão, graças à integração, e passará a haver apenas um tipo de homem>>.***

"Estimativas actuais para o período correspondente ao Plano Quinquenal em curso admitem que se perderão 3,3 milhões de hectares de floresta tropical húmida para desbravar locais para instalação de transmigrantes. Acrescente-se que muitos dos locais desbravados para instalar transmigrados se revelaram totalmente inadequados para a agricultura e os seus colonos tiveram que os abandonar, passando para áreas adjacentes, causando uma desflorestação suplementar.

"A maneira como o Governo Indonésio tem vindo a encarar os problemas ambientais, a sua política de transmigração e a forma como tem tratado os povos minoritários, todos eles têm conduzido, nos últimos anos, a uma crescente oposição, quer interna quer internacional"

Depois de se referir ao papel crescente das Organizações Não-Governamentais indonésias (já que os partidos estão controlados pelo Governo) e ao surgimento, no seio das forças armadas, de facções que pretendem desmilitarizar o regime e deixar o exercício da política predominantemente para os civis, John Taylor conclui que *"em consequência o Presidente Suharto deverá retirar-se ou ser derrubado, para ser substituído por um regime mais influenciado pelos civis, se a Indonésia quizer modernizar-se na mesma linha que os outros estados da ASEAN".*

(...) " Um regime pós-Suharto terá que adoptar uma política menos brutal e menos exploradora, em relação a Timor-Leste. O limitado grau de autonomia permitido por um tal regime permitirá então ao movimento independentista prosseguir os seus objectivos numa situação não mais dominada pela terrível brutalidade e carnificina que foi imposta ao povo de Timor-leste nos últimos quinze anos".

II.5 - Indonésia: perspectivas de mudança (*)

Síntese da comunicação de *Liem Soei Liong*, refugiado político indonésio, Engº Químico, autor do livro "The war against East Timor" (1984) e co-autor dos livros "Muslisms on trial" (1986), "West Papua, the obliteration of a people" (1988), De Molukken (1989), co-editor do "Tapol Bulletin" (The Indonesian Human Rights Campaign) e do periódico "Indonesia, Feiten en Meningen".

Caracterização do regime de Suharto

(...)" O Governo de Suharto ao longo dos anos sobreviveu a muitas crises, mudou de política e de estratégia geral e, por fim, tornou-se, hoje, numa das mais antigas ditaduras do globo. Neste quarto de século, de 1965 até 1990, Suharto deu provas de ser um manipulador muito hábil e arguto, disposto a mudar de política se necessário, ao mesmo tempo que se apegava, cada vez mais, a certos princípios".

Depois de se referir à forma audilosa como Suharto manteve o seu antecessor Sukarno como Presidente figurativo durante dois anos, enquanto eliminava cerca de um milhão de membros do Partido Comunista Indonésio (PKI), de sindicatos e de outras organizações, Liem Soei Liong afirma:

"A purga de todas as pessoas com ideias ou inclinações de esquerda, e a constante vigilância (dum modo geral uma abordagem pela óptica da segurança), tornou-se a primeira e mais importante característica do Governo de Suharto. Outro factor constante da sua forma de governar, é a progressiva concentração de poder nas suas mãos: - partindo de uma frágil coligação de várias facções militares, o regime transformou-se gradualmente numa ditadura pessoal. Ao longo dos anos a estrutura do poder de Suharto tornou-se vertical, de cima a baixo. A terceira característica consistente é a despolitização da sociedade indonésia."

"Ao lado das características constantes, o poder de Suharto pode ser descrito através das suas feições de mudança. Um importante factor de constante mudança é a relação entre Suharto e as Forças Armadas (ABRI). Outro importante factor de mudança é a gradual emergência e crescimento da Indonésia como um estado corporativista. E por fim, mas com certeza não menos importante, as rápidas e drásticas mudanças na economia. (...)

"Até 1974 Suharto ainda podia contar com o apoio da maior parte das ABRI (Forças Armadas). Em meados da década de setenta começou um período em que se tornou visível uma relativa incerteza já que vários grupos de oposição importantes, no interior das ABRI, começaram a desafiar a sua liderança. Até ao fim do seu 4º mandato, em 1983, a sua governação tornou-se cada vez mais personalizada. Poder-se-ia bem dizer que neste período Suharto atingiu o máximo do seu poder. Mas, a história recente ensina que a acumulação de poder contem um grave perigo. Quem está no topo do pináculo só pode descer ou cair abruptamente."

(...) "O uso de métodos de provocação é, talvez, o traço mais consistente da política indonésia. Praticamente todos os grandes conflitos políticos na Indonésia estão imersos num grande ingrediente de provocação. Os colaboradores mais próximos de Suharto, até 1987, foram oficiais dos serviços secretos, e é um segredo público que muitos levantamentos subversivos estavam profundamente infiltrados por agentes secretos e foram

---

(*) Síntese e tradução das citações e da parte final - que é reproduzida quase na íntegra - da responsabilidade do Coordenador das Jornadas.

provocados para representarem o papel de actos ilegais. Pode-se mesmo afirmar que as Forças Armadas Indonésias têm um recorde deplorável como forças militares combatentes, mas como instrumento de espionagem têm feito um trabalho muito eficiente. O conceito territorial do exército indonésio possui uma componente de segurança muito importante. A fuga acidental de documentos de Timor (o manual militar) veio provar as suas funções de controle da população".

Depois de descrever detalhadamente as características constantes do regime e de lembrar que ainda hoje 1,4 milhões de ex-prisioneiros políticos (ex-tapol) têm que usar bilhetes de identidade com as letras ET e são objecto de discriminação, Liem Soei Liong apresentou, finalmente, as perspectivas de mudança.

"Perspectivas de mudança"

"Embora as eleições presidenciais estejam ainda a mais de dois anos de distância, foi o próprio Presidente Suharto que iniciou a discussão da sucessão. Na sua muito controversa autobiografia, publicada em 1989, Suharto indicava que este quinto mandato (de 1988 a 1993) seria o último. Entretanto a discussão sobre a saída de Suharto ou, em termos gerais, o destino do governo da Ordem Nova, tornou-se um problema nacional. Estranhamente, e contrastando com o que acontece noutros países asiáticos onde as sucessões são preparadas com muita antecedência, na Indonésia a preparação para a sucessão parece totalmente inexistente. Suharto não revelou qualquer candidato viável nem forneceu quaisquer ideias quanto à transferência de liderança. (...) Muitos dirigentes políticos tentaram (obter alguma indicação) lançando balões de ensaio relativamente à sucessão, mas, até agora, o Presidente manteve-se absolutamente mudo a esse respeito".

"Vários cenários de mudança foram já discutidos em Jakarta, mas nenhum deles é realmente convicente, em grande parte devido à ausência de estruturas e de saídas democráticas. (...) As previsões políticas são muito incertas e arriscadas. Cenários baseados num profundo conhecimento da estrutura do poder podem também falhar, como se provou em 1965 quando o oficial politicamente apagado chamado Suharto emergiu como chefe incontestado".

"O cenário mais possível é o afastamento, relativamente suave, de Suharto por um grupo de generais. O mais poderoso grupo de oficiais está reunido em torno de um triunvirato constituído pelos generais Benny Murdani, Rudini e Edi Sudradjat. Em particular Murdani e Sudradjat gozam de muito apoio no interior do exército. Murdani abriu o caminho à geração que hoje dirige o exército, enquanto que Edi Sudradjat, o actual Chefe do Estado Maior, é visto como o representante e porta-voz da actual geração de oficiais. Este grupo contesta fortemente a liderança de Suharto e as suas opiniões sobre a sucessão são amplamente conhecidas. Enquanto estes tomam como facto acente que Suharto se retirará em 1993, Murdani reiterou, em várias ocasiões, que a sucessão se deveria fazer de uma forma constitucional. O Chefe do estado Maior, General Sudradjat, apoiou as palavras de Benny Murdani ao anunciar a preparação de 442 companhias militares com o objectivo de assegurar a segurança e a ordem durante o periodo eleitoral.

"A defesa, por Murdani, de uma mudança que respeite o quadro constitucional é uma advertência implícita a Suharto de que se deverá retirar de uma forma ordeira, sem o que outros métodos, mesmo recorrendo à força, serão utilizados. Este cenário é conhecido em Jakarta como o "Kopassus scenário", o cenário dos "boinas vermelhas". Kopassus é o famoso comando de boinas vermelhas utilizado como instrumento de caça aos comunistas em 1965 e que teve um papel importante na invasão de Timor, em 1975. Todos os três generais foram já boinas vermelhas e nutrem o mesmo rancor contra a prosperidade e fortuna da família Suharto.

"Embora em termos objectivos o grupo de Murdani possua força e armas suficientes, ainda está por saber se consegue mobilizar apoio suficiente fora das forças armadas. Com o declínio da importância política das ABRI, o seu acesso a fundos especiais também decaíu. Muitas das sociedades das forças armadas também fecharam devido a má gestão, corrupção e incompetência, enquanto que as suas ligações com os grandes grupos económicos ainda estão longe de ser satisfatórias.

"Há fortes indícios de que um grupo de jovens oficiais está a tornar-se impaciente e quer avançar e forçar uma confrontação final e decisiva ainda antes de 1993. Murdani tem sido fortemente contestado por não criticar em desafiar suficientemente Suharto. A opção por uma luta final e decisiva tem sido fortemente rejeitada por Murdani, que quer uma sucessão suave e de acordo com as normas constitucionais. Como colaborador leal de Suharto de longa data, Murdani tem mostrado suficiente cautela. Ele conhece, como mais ninguém a astúcia e crueldade de Suharto. No que se refere ao estilo de liderança, perspectivas e cultura políticas, Murdani tem muitas afinidades com Suharto. Isto verifica-se em muito menor grau com Rudini e Edi Sudradjat, que não têm uma longa relação com o Presidente.

"Muitos observadores políticos dizem que Suharto não resignará voluntariamente. Mesmo que os três generais deiam a solene garantia de que as propriedades e a riqueza da família Suharto não serão confiscadas, as experiências de Marcos, das Filipinas, e de Chun Do Hwan, da Coreia do Sul, tornarão Suharto muito cauteloso.

"As perspectivas relativamente boas da economia serão favoráveis a Suharto, se qualquer cenário de sucessão for implementado pelo trio de generais. Apesar de se aproximar dos setenta anos, Suharto parece gozar de boa saúde e muitos observadores estão convencidos de que ele optará por mais um mandato, no mínimo. Se for isso o que acontecer, espera-se que Suharto faça algumas manobras para reganhar e aumentar a sua influência no seio das ABRI. Muito provavelmente esses esforços consistirão em neutralisar opositores e nomear elementos leais para os quadros do Estado Maior das Forças Armadas (ABRI). Até ver Suharto ainda não conseguiu interferir nas nomeações para as chefias, mas prometedoras e lucrativas ofertas a generais das ABRI poderiam facilmente pôr em perigo os planos dos três generais.

Em qualquer das opções, uma sucessão suave ou um sexto mandato, a posição dos civis, em particular a dos tecnocratas e das principais correntes muçulmanas, ganhariam importância. Na "batalha da sagacidade" quer Suharto quer o outro lado farão generosas ofertas a estes dois importantes grupos sociais, com o objectivo de os colocar do seu lado. Mais uma vez o Presidente tem a vantagem de oferecer mais, quer em termos de ganhos financeiros quer em posições na administração".

"Os pontos fracos de Suharto"

"Conforme atrás explicamos, a força de Suharto reside no facto de ser capaz, se necessário, de mudar de política. Isso não significa que não tenha pontos fracos.

"Na frente doméstica, as disputas de terras foram prolongadas e criaram instabilidade à escala nacional. Embora a responsabilidade das questões de terras tenha sido transferida do Ministério da Agricultura para o gabinete do Presidente, os conflitos continuaram a aumentar em quantidade e em intensidade. Diversos generais das ABRI manifestaram abertamente a sua simpatia pela luta dos camponeses e pelos estudantes que se manifestaram. A presidência não sabe como diminuir as tensões. Se estas forem exploradas pelos militares, pode-se criar uma situação explosiva. Outro problema já atrás referido é a distribuição equitativa dos rendimentos. O rápido crescimento económico não beneficiou largos sectores da população pobre das cidades. Os problemas de emprego continuam

endémicos ao mesmo tempo que o governo de Suharto tem que pagar somas enormes de dívidas externas.

"As críticas, dentro e fora da Indonésia, relativas às violações dos direitos do Homem, à agressão contra Timor-Leste e contra a Papua Ocidental e à degradação do meio ambiente, têm aumentado constantemente. Responder a críticas tornou-se a principal tarefa dos diplomatas indonésios.

"A globalização do mundo e a crescente interdependência das nações não pode deixar de afectar a Indonésia.

"Uma nova geração de activistas dos direitos humanos e ecologistas emergiu na cena política indonésia, e rejeita todos os cenários acima descritos. Exigem a defesa dos direitos humanos e o estabelecimento de um sistema democrático. Afinal esta é a única alternativa viável".

II.6 - Conjuntura internacional de Timor

Síntese (*) **da comunicação de *Adriano Moreira*, Professor Catedrático**, Presidente da Direcção do Centro de Estudos Orientais da Sociedade de Geografia de Lisboa, e Deputado do Centro Democrático e Social (democrata-cristão).

"A questão de Timor é ao mesmo tempo um problema face à consciência nacional portuguesa, e um embaraço para a falta dela no que respeita aos interesses dos grandes poderes. Interesses que ainda se abrigam no invocado perigo comunista (...).

"O regime da potência agressora de Timor, que é a Indonésia "(...) é "um dos talvez já raros exemplos de Estado de Segurança Nacional: o exército no poder, o inimigo identificado no comunismo, ensaios inconsequentes de liberalização, necessidade assumida de segurança contra a agressão que poderá vir de santuários externos".

Numa altura em que pretendia assenhorear-se da Nova Guiné Papua Ocidental *(...) "A Indonésia proclamava que se submetia à regra das autodeterminações coloniais (...),* rejeitando expressamente pretensões sobre Timor então português, para assim fortalecer a que tinha sobre a Nova Guiné (Irian Jaya).

"Teve ganho de causa na pretensão e não hesita em fazer incursões na Papuásia Nova Guiné, independente desde 1975, em perseguição dos insurgentes de Irian"

(...)" No caso de Timor-Leste, o inimigo habitual do Estado de segurança nacional também foi invocado na data da descolonização revolucionária portuguesa, apontando-se o perigo de ali se constituir um santuário ou um foco, conforme a modalidade que a guerrilha viesse a assumir. Tudo poderia ter o aspecto de uma operação de polícia, sem fundamento no direito internacional, mas derivada do interesse da segurança. Um acto de polícia, abusivo em si mesmo, não implica a aquisição do território, mesmo que se trate de ocupação como foi o caso".

(*) Esta síntese, como todas as outras , foi feita pelo Coordenador das Jornadas com base na comunicação apresentada pelo orador, procurando, quanto possível, utilizar citações de partes da mesma.

O Professor Adriano Moreira lembra depois que desde 1961 as Nações Unidas passaram a considerar os territórios ultramarinos portugueses (Timor incluído) como territórios não-autónomos. Depois da Revolução de 1974 o próprio Estado Português assumiu o estatuto de potência administradora, sob o regime de Fideicomisso Internacional. Ainda que, aparentemente, o acordo expresso e detalhado não tenha sido elaborado, *"é patente e irrecusável que as relações entre a ONU, o Estado Português e Timor, estão a ser desenvolvidas no quadro costumeiro do fideicomisso, e que Portugal não tem outro título que não seja o de mandatário da comunidade internacional"*.

"Uma das funções e poderes da Assembleia Geral e, sob a sua autoridade, do Conselho de Tutela (artº. 87) é: "providenciar visitas periódicas aos territórios em fideicomisso nas datas acordadas com a autoridade administradora". Nada, na Carta, consente que uma acção dos membros da Organização impeça a total aplicação do programa de descolonização. Ao contrário, qualquer acto contrário a esse objectivo viola a Carta, e então a questão seria inevitavelmente da competência do Conselho de Segurança. Parece muito difícil sustentar que um genocídio não é uma caracterizada agressão, porque claramente se trata de um crime contra a Humanidade.

"Estas referências propositadamente breves, destinam-se fundamentalmente a recomendar um total repúdio do processo internacional em curso que leva a considerar a questão de Timor como sendo exclusivamente entre Portugal e a Indonésia. A querer que o seu desfecho seja a conclusão de um contencioso entre a antiga potência colonial e o invasor. Portugal não pode exercer, (...) mais do que os frágeis poderes de potência administradora. Mas a potência administradora actua em nome dos intresses mundiais confiados à guarda e acção da ONU. Esta organização é a responsável directa pela descolonização, pelo repúdio da agressão,pela luta contra o genocídio e outros crimes contra a Humanidade. Não lhe pode ser consentido que aliene a sua intervenção e responsabilidade numa espécie de mediação, sem fundamento, entre Portugal e a Indonésia. A ONU não é mediadora, é titular directa de um interesse - a autodeterminação dos povos - responsável por uma situação internacional - a paz -, obrigada a procurar restaurar a independência dos povos subjugados, à rejeição da conquista. Não é lícito entender que a questão é entre Portugal e a Indonésia. É entre a Indonésia e a Comunidade Internacional representada pela ONU, com uma potência administradora cuja incapacidade não é dela, é da comunidade em nome da qual intervem. O povo de Timor conta com o escrupuloso desempenho das obrigações administradoras de Portugal: mas não pode absolver das obrigações fundamentais a própria Comunidade Internacional que a ONU representa".

II.7 - Timor e o Direito Internacional

Síntese da comunicação do Engº *Rui Silva*, Deputado do Partido Renovador Democrático.

(...) "Timor é ainda um território incluído na lista dos que não possuem Governo próprio.

"Neste entendimento é exigível o respeito pelas resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV), que determinam o cumprimento do direito à independência e Autodeterminação do Povo de Timor-Leste.

"A ocupação de Timor-Leste pelas tropas Indonésias constitui, há aproximadamente 15 anos, uma gravíssima violação dos principios fundamentais do Direito Internacional e

ao manter-se esta situação é clara e condenável a ofensa à Carta das Nações Unidas, à declaração Universal dos Direitos do Homem e do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

"Paralelamente Portugal reconhece no seu direito Interno, quer pela Lei 7/74, quer pelo dispositivo constitucional, o direito inalienável do povo de Timor escolher livremente o seu futuro político, económico e cultural.

Depois de recordar a Declaração Universal dos Direitos dos Povos (aprovada em Argel em Julho de 1976) e a Convenção Europeia para a Prevenção de Tortura e Penas ou Tratamentos Degradantes, *"dois documentos cujo conteúdo é permanentemente violado no território de Timor-Leste"*, o Deputado Rui Silva lembra que *"o direito à vida tem para além da sua dimensão individual uma necessária dimensão colectiva (...)".*

"O Genocídio cultural no território de Timor-Leste implica esta dimensão colectiva. Numa resolução aprovada em 18 de Dezembro de 1982 (14) a Assembleia Geral das Nações Unidas exprimiu a sua convicção de que todos os povos, sem excepção, têm um direito inerente à vida e que a salvaguarda desse direito é uma condição essencial para o gozo, quer de direitos sociais e culturais, quer de direitos civis e políticos. Em duas resoluções de 1982 e 1983 a Comissão dos direitos do Homem da ONU repetiu e ratificou "ipsis verbis" aquela tese. Prova-se, assim, a relação lógica entre o direito à vida e o direito à cultura, realçando o seu interesse comum. A morte de quase um terço da população Timorense provoca naturalmente uma grave rutura na evolução lógica e natural que a cultura Timorense adquiriu ao longo de séculos. É nossa responsabilidade, é responsabilidade de toda a humanidade a preservação deste desiderato e ao povo Timorense, pela sua martirizada história, o Mundo deve-lhe este direito. É a razão da contestação mundial generalizada, da condenação da injusta e desumana ocupação militar, e a razão necessária e suficiente da nossa presença hoje e aqui neste Fórum de solidariedade com o Povo Timorense.

(...) "O exercício do direito à autodeterminação e à manutenção da sua história e cultura deverá ser garantido através de uma consulta popular que a humanidade deve exigir e que as Nações Unidas fiscalizem na sua autenticidade.

"Enquanto esta solução não for encontrada o Povo Timorense manter-se-á amordaçado e o direito internacional ofendido.

"Compete-nos a todos nós cidadãos livres e conscientes desta realidade comungar dos esforços para o encontrar desta soluções".

II.8 - Timor, questão nacional, questão internacional

Síntese da comunicação do Dr. *Raúl Castro*, Advogado e Deputado da Intervenção Democrática.

(...)"se, além de democratizar e desenvolver, a Revolução dos Cravos teve como objectivo a descolonização, com razão, na recente comemoração do 16º aniversário do 25 de Abril, precisamente um militar de Abril, agora deputado na Assembleia da República, o Major Marques Júnior, pôde ali afirmar que o 25 de Abril estará por cumprir enquanto o Povo de Timor-Leste não alcançar a sua liberdade e a sua independência.

O Deputado Raúl Castro lembra a longa e difícil luta do Povo Português contra o regime que o oprimiu durante cinquenta anos, para dizer ao Povo Maubere *"que nenhuma* *opressão é eterna e que chegará o dia da sua vitória".*

Com base no artigo da Constituição que fixa as obrigações de Portugal relativamente à autodeterminação e independência de Timor-Leste, salienta a necessidade do Governo recorrer ao Tribunal Internacional de Justiça para denunciar o acordo firmado em 11 de Dezembro de 1989 entre a Austrália e a Indonésia para exploração do petróleo do Mar de Timor.

(...)"É que a autodeterminação e a independência de Timor-Leste inserem-se numa apertada rêde de interesses internacionais, em que se destacam, por um aldo, as características de grande potencia da Indonésia e o seu regime de feroz ditadura de Suharto, e a cumplicidade com que tem contado, desde o início, por parte dos Estados-Unidos, dois dados fundamentais com que se entrelaçam os jogos de interesse de outros países.

(...)"Será ainda oportuno chamar a atenção para o papel que o Papa pode desempenhar neste contexto internacional, em favor da autodeterminação e independência de Timor-Leste.

"Não se trata, naturalmente de reinvindicar para o Povo Maubere uma actuação do Papa João Paulo II que possa ser considerada excepcional, mas apenas aquela que ele tem assumido em relação a outros povos.

"Afinal, aquela actuação que o Papa exprimiu com estas palavras:

"Falar da paz no mundo e não intervir em defesa dos concidadãos que são mal tratados, na defesa da verdade e da justiça, é hipocrisia que leva somente a um enfraquecimento da unidade e da autoridade moral da Igreja".

"São palavras do discurso de João Paulo II em Praga, na Catedral de S. Guy, em 21 do corrente (Abril de 1990).

"Vou terminar. E não encontrei melhor forma de exprimir a minha solidariedade com a heroica luta do Povo Timorense contra os ocupantes de Timor-leste, em prol da sua autodeterminação e independência, do que estas belas palavras do poeta timorense Fernando Sylvan:

"A LUTA É A DESCOBERTA DE UM POVO QUE NÃO MORRE!
A VIDA É A LIBERDADE DE UM POVO QUE NÃO MORRE!
A INDEPENDÊNCIA É A VONTADE DE UM POVO QUE NÃO MORRE!"

II.9 - O apoio do Parlamento Europeu à luta pelos direitos do Homem e pelo direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste

Síntese da comunicação de *José Barros Moura*, Deputado do Parlamento Europeu pelo Partido Comunista Português, e membro da Assembleia Paritária ACP-CEE (Convenção de Lomé).

Na sua comunicação o Deputado Barros Moura apresenta informação detalhada sobre as múltiplas iniciativas e resoluções do Parlamento Europeu relativas a Timor-Leste, nomeadamente a resolução de 10 de Julho de 1986, os relatórios da parlamentar socialista Van Den Heuvel sobre os direitos do Homem na Indonésia (Doc. A2-0283/87) e sobre Timor-Leste (Doc. A2-149/88) e a resolução a que este deu origem, e ainda a resolução sobre a situação em Timor-Leste aprovada depois da visita do Papa João Paulo II ao território (Doc. B3-0473/89) e já referido na 1ª parte desta brochura (p. 21).

Lembra depois as importantes resoluções da Assembleia Paritária ACP-CEE, a primeira das quais aprovada por unanimidade em 1 de Outubro de 1987 (ver p. 20 desta brochura) a que se seguiram a "Resolução sobre a situação em Timor-Leste", aprovada em Madrid em Setembro de 1988 e a "Resolução sobre Timor-Leste" aprovada nos Barbados, em Janeiro de 1989.

Sumariando a história de algumas das resoluções, o Deputado Barros Moura tira as conclusões que a seguir sintetisamos:

(...) "A acção conjugada dos deputados portugueses que conseguiram influenciar os respectivos grupos políticos, foi determinante para inverter uma situação antes favorável às teses da Indonésia".

(...) "A intervenção do e no Parlamento Europeu favoreceu a acção do Governo Português no âmbito da Cooperação Política Europeia.

"Com efeito, se inicialmente Portugal teve de se resignar a delegar na Inglaterra a representação na reunião do Conselho CEE - ASEAN em Djacarta (1986) sem conseguir que a questão de Timor-Leste fosse, sequer, objecto de reservas da parte dos países da CEE, já depois da aprovação do Relatório Van den Heuvel, foi possível conseguir que a cooperação Política Europeia definisse uma posição comum a adoptar na Assembleia geral da ONU."

Depois de lembrar *"as possibilidades acrescidas de intervenção - potenciadas pelo facto do voto de Portugal ser indispensável para as decisões mais importantes"* da CEE e de citar várias formas de *"suscitar intervenções do Parlamento Europeu"*, o Deputado Barros Moura recorda que:

(...) "as outras instituições da CEE (Conselho e Comissão) e a Cooperação Política Europeia não puseram, ainda, em prática aspectos fundamentais das resoluções aprovadas. A insistência pelo seu cumprimento, o pedido de esclarecimento sobre os resultados alcançados ou sobre as dificuldades encontradas, abre possibilidades de novas iniciativas parlamentares.

"Entre os aspectos mais importantes por cumprir mencionam-se os seguintes pontos do relatório Van den Heuvel:

> *"12. Solicita ao Conselho de Ministro que tome iniciativas no sentido de se conseguir um acordo de cessar-fogo e a realização de um referendo, após um período transitório a definir pelas partes interessadas, que permita à população a liberdade de escolha sobre o futuro de Timor-Leste;"*
>
> *"14. Insta os Ministros dos Negócios Estrangeiros, reunidos no âmbito da cooperação política europeia, a desenvolver uma acção diplomática concertada de forma a garantir ao povo de Timor-Leste o direito à autodeterminação e a estabelecer contactos com todas as partes envolvidas no conflito, incluindo representantes da comunidade de Timor-Leste, e a transmitir ao Parlamento os progressos conseguidos através das suas iniciativas;"*
>
> *"15. Pede a todas as Instituições da CEE que tenham em atenção a actual situação colonial em Timor-Leste e os termos da presente resolução nas relações que se desenvolvem no quadro CEE-ASEAN;"*

"16. Pede à Comissão que tenha em conta a situação em Timor-Leste nos seus contactos com as autoridades indonésias;"

"17. Pede à Comissão que, em cooperação com as autoridades portuguesas e as organizações humanitárias internacionais competentes, conceda auxílio adequado e directo, tanto a Timor-Leste como aos campos de refugiados timorenses em Portugal e na Austrália;"

II.10 - Timor-Leste, da utopia para a realidade

Síntese da comunicação do Dr. *Francisco Xavier de Meneses*, ex-Administrador dos Concelhos de Viqueque, Baucau e Ermera (1958/65) e ex-Presidente da Câmara de Dili (1968/71), em Timor.

"Perdido nos confins do Oriente (...) Timor mostrou-se, ao longo da sua História, especialmente vocacionado a ver-se envolvido em encruzilhadas de grandes estratégias".

O Dr. Francisco Xavier de Meneses começa por lembrar o plano de Afonso de Albuquerque destinado *"fundamentalmente a vibrar um golpe vital no poderio islâmico, ao mesmo tempo que assegurava o domínio da rota das especiarias".*

Refere depois os ataques do Rei Toló, de Makassar, a Timor, *"onde saqueou e arrasou o litoral, tendo a população preferido pagar-lhe um tributo. E isto porque se recusava a converter-se ao islamismo, dado que este bania o porco, elemento importante no seu complexo sistema de trocas cerimoniais e rituais.*

"E é nesta encruzilhada, que os Timorenses optaram claramente pelo cristianismo, ufanando-se mesmo, até há bem pouco tempo, de terem sido conquistados por missionários, pela cruz e água benta e não por força de armas.

"Dando um salto apreciável no tempo, é curioso referir ou anotar como na conjuntura presente a precentagem de católicos" que era de 30% no Timor Português em 1974 *"passou agora, perante uma ocupação indonésia hostil e maioritáriamente islâmica, para 80%."*

Mais tarde é o confronto das estratégias lusa e neerlandeza que vai condicionar a situação de Timor e obrigar a transferir a capital de Lifau para a enseada de Dili.

De 1942 a 1945 é a ocupação Japonesa que envolve Timor em mais uma encruzilhada de estratégias.

(...)" E não fosse o apoio, a lealdade, e o espírito de sacrifício dos timorenses, não teriam os aliados, nomeadamente os australianos, mantido os japoneses em permanente sobressalto, utilizando todo o peso de uma táctica de desgaste e usura com que conseguiram com cerca de 500 homens entreter e até desgastar sériamente um exército que rondava os 40000 efectivos japoneses, fazendo gorar definitivamente a possibilidade de invasão da Austrália".

Finalmente, e *"na sequência de sucessivos desaires sofridos pelos americanos" (...)* Timor-Leste vê-se *"envolvido numa nova estratégia, algo mais complexa nas suas urdiduras e para a qual convergiram o expansionismo indonésio e a geopolítica americana de contenção no Sueste Asiático" (...).*

Para concluir o Dr. Francisco Xavier de Meneses considera " *(...) de elementar bom senso e pragmatismo que em todos os "lobbies" políticos, além do apoio até agora "platónico" dos países da CEE e das resoluções inoperantes da ONU, se procure, por todos os meios, obter a mudança de atitude e - porque não? - apoio dos EUA e da Grã-Bretanha, principais fornecedores de armas à Indonésia."*

Saudando a reconciliação entre a UDT e a Fretilin e o acordo de Convergência Nacionalista e as declarações da Fretilin *"de que aceita um sistema parlamentar e multipartidário num Timor-Leste independente, torna-se premente que esta nova imagem seja divulgada no mundo e nos areópagos internacionais".*

(...)"Numa conjuntura que prima pelo pragmatismo político, parece-me salutar que dirigentes dos dois maiores partidos timorenses teham também mostrado a sua disponibilidade na associação à ASEAN. Deixa, assim, a Indonésia de poder manifestar qualquer receio que um Timor-Leste Independente possa vir a ser um vizinho incómodo."(...)

II.11 - Indonésia aposta na nova geração

Síntese da comunicação de *Lícinia Ramos Horta*, timorense.

"Estive dois anos numa Universidade de Bali (Indonésia) estudando na área de literatura inglesa.

"Há, mais de duzentos estudantes timorenses a estudar em Bali". Para poderem estudar nas universidade indonésias, os estudantes timorenses têm que passar um teste e, passado o teste, têm que ser aprovados pelo KOOPSKAM (Serviços Secretos e de Segurança da Indonésia.

"É a KOOPSKAM que dá a última palavra. Aprovados pela KOOPSKAM e ao estudar nas universidades na Indonésia, são integrados nas organizações estudantis timorenses, todas elas sob controle das autoridades militares indonésias. Por exemplo, em Bali, todos os estudantes timores devem fazer parte da Aliança de Estudantes Timorenses Universitários e do Liceu - IMPETTU (em indonésio)."

(...) "Assim, as autoridades militares indonésias decidiram, indigitar um comandante militar indonésio para ser o seu chefe supremo. Como é de esperar, todas as iniciativas dessa organização partem do sector militar em coordenação com as autoridades civis e sob as directrizes do governo central de Jakarta."

(...) "As autoridades indonésias não só controlam as actividades da organização como também lançam uma rede de espionagem no seio dos estudantes, nas escolas, universidades e nas suas residências; pagam e instruem estudantes timorenses para espiarem os seus conterrâneos que compartilham do mesmo tecto ou da mesma secretária, além de outros estudantes indonésios das outras províncias fazerem o mesmo "serviço". Os professores também são espias. Trabalham activamente com os serviços secretos indonésios."

(...) "O comportamento dos estudantes timorenses vem agravar ainda mais esse clima de desconfiança: nas escolas agrupam-se, evitando sempre conviver com os estudantes indonésios;"

(...) "a lingua é também um dos factores que vem realçar as hostilidades já existentes. Os timorenses não estão interessados na língua indonésia."

(...) "Dos mais de duzentos timorenses em bali, apenas dois deles estão a estudar a literatura indonésia, enquanto que a maioria optou em estudar outros cursos, sendo o curso de Economia o mais frequentado, seguido de Medicina e Direito.

"Nas escolas aprende-se mais sobre a Indonésia; o "Pancasila" - os cinco princípios filosóficos do Estado Indonésio - é disciplina muito importante e estuda-se em quase todas as áreas de estudo. Muitas vezes é a nota desta disciplina que determina a aprovação nos exames. Quanto a Timor-Leste, não se faz nenhuma referência; não há debates/discussões alargadas entre os estudantes timorenses sobre questões políticas internacionais, democracias em outros países, situação económica, etc. Conforme disseram os professores e as autoridades militares, ***"isto não é matéria para os timorenses"****. A Indonésia é tudo e só ela é que existe no mundo. A Indonésia libertou o povo de Timor do colonialismo português; os timorenses são considerados um povo atrasado e segundo os indonésios, para se libertar desse atraso devem assimilar tudo o que é javanês ou das culturas de outras províncias da Indonésia, como Bali, por exemplo.*

"Qualquer estudante timorense que consegue ir a Bali para continuar os seus estudos deve apresentar-se, após a sua chegada, ao comando militar de Bali, para um encontro com as autoridades militares durante o qual é lhe dito para não conviver apenas com os seus conterrâneos mas deve conviver com as pessoas locais ou outras que não sejam timorenses e ao mesmo tempo é instruído para fazer outros trabalhos, como o de espia.

(...) "Como atrás referi, não há debates alargados e aprofundados sobre questões internacionais, mas muitas vezes elas surgem inevitavelmente nas aulas, apesar de os professores e os estudantes mais distinguidos tentarem sempre que podem esquivar-se a questões que apresentam semelhanças aos aspectos negativos e vulneráveis da Indonésia; em caso de haver semelhanças ao caso de Timor-Leste, então é aconselhável não falar no assunto pois seria punido, e a pena mais leve é não passar nos exames, como aconteceu com uma colega minha que numa aula de "Pancasila" durante a qual se discutia sobre o direito dos povos à autodeterminação. Como disse, como consequência do seu atrevimento foi a única que não passou nos exames, apesar de ser a mais brilhante e distinguida na turma."

Depois de realçar o esforço dos indonésios em transformar a mentalidade timorense em indonésia, todo o tipo de controlo, *"a censura das cartas familiares"*, etc., Licinia Horta afirma:

(...) "Os estudantes timorenses não se sentem indonésios. A resistência armada nas montanhas e a resistência nas zonas ocupadas, estimulam o espírito nacionalista e hostilizam cada vez mais os indonésios."

(...) "esta nova geração que a Indonésia aposta em obter uma mentalidade javanesa/indonésia e integracionista é também a geração que sobreviveu aos massacres indonésios desde o 1º dia de invasão em 7 de Dezembro de 1975, 78, 79, 80, etc... enfim, ao longo de todos estes anos de ocupação indonésia; os estudantes, são da geração que quando alguém da família morre, pergunta: ***"Morreu de doença, acidente ou pelos "tentaras" (soldados indonésios)"****?*

E conclui:

"Por enquanto, o comandante indonésio, Prabovo, genro do Presidente Suharto, parece ser o único a admitir que é um falhanço apostar na nova gerao. "Para acabar com a

guerra em Timor-Leste deveria exterminar todos os timorenses" disse um dia o comandante indonésio em Tmor-Leste quando os seus soldados do batalhão 328 "mordiam o pó" no campo de batalha e a ver os seus planos militares frustados."

II.12 - Contributo para uma abordagem política do problema de Timor-Leste

Síntese da comunicação apresentada pela CDPM *(Comissão para os Direitos do Povo Maubere).*

(...) "Com os esboço de desmoronamento dos blocos político-militares e (...) o recuo generalizado dos regimes de partido único", o enquadramento internacional do problema de Timor-Leste alterou-se significativamente.

Neste contexto *"algumas linhas-mestras parecem poder esboçar-se:*

a) "Recuo das zonas de influência e de intervenção directa das duas superpotências, com a emergência de novos poderes regionais: o Japão será no futuro o "patrão" do SE asiático."

(...)"Consequência algo inesperada do novo papel do Japão pode ser a alteração do esquema de alianças regionais de que a recente aproximação (até no plano militar) entre a Indonésia e a Austrália talvez seja um sintoma.

"O Japão (e também a opinião pública japonesa) irá ter no futuro um papel-chave na zona e deverá ser um alvo diplmático privilegiado."

b) "(...) A redução da conflitualidade global enfraquece o papel e o apoio das grandes potências aos seus "gendarmes regionais"; o regime de ditadura (dos quais uns dos últimos exemplares de grande escala é a Indonésia) situados em países estratégicamente importantes vinham sendo apoiados directamente ou indirectamente por uma ou outra grande potência (por vezes alternadamente), mesmo a expensas de violações persistentes dos direitos humanos das suas populações.

"É sabido que a prazo a estabilidade de relações entre Estados é melhor garantida por regimes em que exista alguma forma de plebiscito popular do poder, no sentido da formação de consensos nacionais em relação a essas alianças. Por esse motivo as superpotências (EUA e URSS) se têm últimamente vindo a empenhar na construção de alternativas de poder daquele tipo nos seus aliados."

c) "(...) Com a desagregação dos blocos, o não-alinhamento perde razão de ser, o Leste aproxima-se do Oeste e reforça-se o confronto Norte (desenvolvido)/Sul (subdesenvolvido).

d) "(...) Desideologização dos conflitos e emergência de nacionalismos: casos como o de Timor-Leste tendem ao enquistamento e não à volatilização."

Isto porque *"estão ancorados em raízes mais profundas, de tipo étnico, linguístico, religioso ou no seu conjunto: de tipo nacionalista"* e não apenas nos jogos de influências políticas ou ideológicas das grandes potências.

Referindo-se depois ao estado ocupante a CDPM considera que *"apesar da estabilidade política, os factores de crise permanecem"* e estão mesmo a agravar-se porque *"o poder está centralizado nas mãos de um só homem, o Presidente, sustentado pelas Forças Armadas". (...)* Este *"está a envelhecer (71 anos) e a sua substituição próxima (...) pode abrir um enorme conflito entre facções"* destas.

Além disso *"o processo de reordenamento económico irá aumentar as tensões internas". (...) "A economia indonésia permanece altamente condicionada, sendo as concessões e monopólios a sua forma normal de funcionamento, caracteriza-se ainda por uma íntima união entre a facção militar no poder e o capital privado e público."*

(...)"Por razões internas mas princpalmente externas (das quais se salientam as pressões de organismos e entidades creditícias estrangeiras - com particular destaque para o Japão) procede-se já, e muito mais no futuro, à desregulamentação económica e ao desarmamento de normas que impedem o funcionamento do mercado em moldes liberais. As principais consequências previsíveis deste processo são: uma maior penetração do capital estrangeiro e consequentemente o seu maior acesso às esferas de decisão; o enfraquecimento da base de apoio económica, logo política, de camadas significativas da élite militar no poder, potenciando os riscos de agudização dos seus conflitos internos); o ascenso político da tecnocracia urbana e do capital privado."

Finalmente os movimentos pró-democracia, de defesa dos direitos humanos e ecologistas, que protagonizam a mudança, estão em franco ascenso na Indonésia.

Referindo-se à Potência Administrante, a CDPM refere algumas incoerências, resultantes predominantemente da dependência da sua política externa relativamente a interesses e pressões nomeadamente dos seus *"aliados"* tradicionais.

A concluir a CDPM propõe uma estratégia de actuação diplomática, negocial e nos média, e um *"decidido apoio político e financeiro aos movimentos nacionalistas"* com vista à *"realização do exercício do direito à autodeterminação por parte dos timorenses e a concretização dessa escolha"* que se prevê possível apenas a longo prazo (mais de cinco anos).

III - ASPECTOS ANTROPOLOGICOS E CULTURAIS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLITICA DA NAÇÃO TIMORENSE (*)

III.1 - O timorense, predador ou ecologista?

Síntese da comunicação do *Dr. Francisco Xavier de Meneses*

"Durante uma observação participante da vida dos timorenses em dezasseis anos da minha permanência no Timor Português (1955-1971) e mediante uma análise crítica da tradição oral, tentei apreender e compreender o seu sistema ancestral de protecção do solo, do meio ambiente e ainda de pessoas e bens.

"Além de meios humanos comunitários como vigilantes, milícias, ordenanças e/ou rondas, cuja utlização me parece, em boa parte, posterior à presença da Administração Portuguesa, recorriam a normas protectoras mágico-religiosas de apreciável eficiência prática" (...).

"Como autêntico pivot ou núcleo, simultâneamente motivador e inibidor dessas normas protectoras figura o LULIK (...)".

(...) "O timorense acredita na existência duma força ou princípio vital, cuja ideia confunde com a própria alma dos vivos ou espíritos, quer dos antepassados, quer da Natureza. Ora esta força vital pode tomar aspectos superlativos, tornando-se num poder oculto, misterioso que é preciso dominar ou cativar, dado que preside ao seu destino corpóreo.

"Constata-se, no entanto, uma distinção que, para o timorense, parece algo óbvia e nítida, entre os dois aspectos que esse poder parece assumir: o benéfico, protector ou, pelo menos, disciplinador, e o maléfico e destruidor. O primeiro aspecto leva a considerar a força oculta como venerável, quase sagrada e é então que aparece a palavra lulik." (...)

Quanto ao segundo aspecto, essencialmente maléfico, destruidor e desintegrante, é designado por buank ou suank.

"Um dos casos típicos de protecção de propriedade por via mágico-religiosa era da utilização dos Hórok ou objectos como catanas, ramos de certas árvores, cordas, etc. que se dependuravam na cerca duma propriedade ou numa árvore, depois de se fazerem ritos para a captação do lulik que passava a localizar-se no objecto escolhido, protegendo a propriedade contra intrusos e gatunos que receavam que a catana lhes cortasse os corpos - e até as almas -, ou que o ramo os fustigasse, ou que a corda os prendesse com nós, etc." (...)

"Outro aspecto interessante era a protecção, que se obtinha contra a erosão florestal, e o controle que se fazia do uso das terras, mediante certos ritos após os quais determinadas matas ou zonas passavam a ser consideradas lulik." (...)

(*) Os Drs. Maria Olímpia Lameiras e Henri Campagnolo apresentaram uma muito interessante comunicação sobre "Povos de Timor, povo de Timor: diversidades, convergência (O conhecimento antropológico como fundamento de uma estratégia)".
Não tendo conseguido entregar um resumo da mesma, feita pelos autores como era seu expresso e indeclinável desejo, em tempo oportuno, não a podemos incluir nesta brochura

"É através de conceito lulik como força disciplinadora, que outrora a sociedade Timorense regulava a distribuição de alimentos, a defesa contra a promiscuidade durante as festas e rituais, a defesa da propriedade, etc..." (...)

"Pela observação de métodos agrícolas tradicionais timorenses, podemos concluir sem grande margem de dúvida que a cultura tradicional timorense tinha mecanismos próprios para manter o equilíbrio económico-social e, acima de tudo, o equilíbrio homem-solo. Longe de ser predador, como tantas vezes, levianamente, se tem afirmado e escrito, o timorense, salvaguardados os seus excessos dionisíacos, era um autêntico ecologista.

"Porém o tempo não para. A aculturação, métodos de vigilância por meios humanos como guardas florestais, rondas, etc. tem substituído os processos tradicionais e a redução da efectividade do conceito de lulik como disciplinador sócio-económico tem tido efeitos algo desastrosos na matéria da defesa florestal e de solos." (...)

"A situação dos solos e do equilíbrio sócio-económico em Timor está a agravar-se na conjuntura presente, com uma guerra de usura e desgaste, como a de guerrilha sustentada pela resistência timorense perante um invasor que não se coibe de pilhar e incendiar indiscriminadamente, chegando a utilizar lança-chamas e bombas de nepalm. Está-se também a assistir a exploração agrícola descontrolada e inadequada em relação ao mapa de solos, como se está a verificar com o café, a borracha e o cravinho-da India e com introdução dos chamados "cash-crops" como a canela, a pimenta e o chá. A própria exploração e exportação do sândalo, proíbida pelos portugueses desde o século passado e mais rigorosamente desde os anos vinte do presente século, atingiu 560 toneladas em 1982, excedendo qualquer ano dos séculos XIX e XX !" (e conduzindo a uma completa ruptura pouco depois).

III.2 - Os BÚNAK (Timor Oriental): Organização social e política

Síntese da comunicação do *Padre Apolinário Guterres,* timorense e assistente religiosos da comunidade de refugiados timorenses - e do ***Dr. João dos Santos,* antropólogo**

Depois de fazer uma descrição etnográfica da *"organização social e política do TAZ (aldeia) do grupo etnolinguístico Búnak"* da parte central e montanhosa da ilha de Timor, baseado num trabalho de campo realizado no território entre 1968 e 1975 e depois *"continuado em Portugal junto dos elementos búnak da Comunidade Timorense em Lisboa"* os autores concluem:

*"Na **sociedade búnak** vemos no **Taz** um **"mini-estado"** organizado, onde existe uma estrutura familiar, educativa, política, judicial, religiosa, militar e económica baseada num sistema de linhagens.*

*"A **atribuição dos poderes** é consensual. A instituição e a distribuição das funções tiveram a sua origem desde a fundação do **Taz**. O efectivo e recto exercício das várias funções institucionais do Taz e a interacção dos vários agentes sociais segundo os usos e costumes tradicionais geram a harmonia, a segurança e o bem estar global. Como sistema de controlo e de decisão comunitária, existe no Taz a assembleia do conselho dos chefes das linhagens - os **datomil/matazmil.***

*"O sagrado - **pho** - impregna o espaço e a vida da sociedade búnak, em que os ritos sagrados cíclicos são celebrados comunitária e prolongadamente com grandes manifestações festivas, intervindo todos os agentes sociais.*

*"**Crescendo** naturalmente no tempo e apesar de composto por diferentes linhagens, o **Taz** mantem-se idêntico, **uno e múltiplo através das gerações, engrandecido e fortalecido pelas suas ramificações.***

*"O **corpo dos Lal Gomo*** (os senhores da palavra, os detentores e transmissores autênticos da história e da tradições dos antepassados) ***assegura aos vindouros a transmissão continuada das tradições dos antepassados, a cultura tradicional.***

*"**O contacto com os portugueses** originou "inovações" em relação à sua cultura, sem, contudo, perder as suas características fundamentais."*

III.3 - Cultura e estrutura social

Síntese da comunicação de *Luis Costa,* timorense, ex-sacerdote, irmão do poeta Borja da Costa assassinado pelas forças indonésias em Dezembro de 1975, e Secretário da Fundação Austronésia Borja da Costa

"Todos os timorenses - partidos, população e Igreja Católica local - devem esforçar-se por estabelecer, em Timor, um governo democrático que conduza a Nação Timor para uma consolidação da liberdade, da democracia e do desenvolvimento. O governo, mesmo a oposição, deve trabalhar para melhorar o nível de vida e o bem-estar do Povo Maubere. Contudo, a questão de escolher o caminho a seguir depende da vontade do povo e esta opção manifesta-se nas eleições livres. Para isso, na presente conjuntura política, todos os timorenses devem unir-se a fim de criar um único bloco nacionalista, na diversidade ideológica mas dentro dos principios que regem a Convergência Nacionalista, para que as Nações Unidas estabeleçam condições favoráveis para uma eleição livre, no território. Pois, sem estas condições nada se pode fazer para o bem do Povo Timor.

"A realidade social e política timorense está estruturada num sistema com caracteríticas democráticas, em que o chefe eleito tem o poder limitado pelo consenso geral dos velhos - Katuas - e, normalmente, sem possibilidade de sucessão hereditária.Enquanto a influência európeia se não fez sentir, a organização timorense estruturava-se num feudalismo primitivo chefiado por um Liurai - o monarca.

"Os chefes do suco e aldeias, os liurais, são escolhidos livremente entre a classe nobre, formando uma poderosa e rica classe dirigente detentora da autoridade e da justiça. Os liurais eram escolhidos, em eleição, pelos seus pares reunidos - os Datos -, os descendentes de familias reais, pelo lado paterno ou materno.

"São os chefes que resolvem as questões ou disputas entre pessoas da sua jurisdição e só recorrem ao Liurai quando se sentem incapazes de dar solução. As questões familiares são resolvidas pelo mais velho - Katuas - do Knua. Além disso, os Katuas são os guardiães das tradições e bons costumes de um Knua ou suco. Eles velam para que haja bem-estar e harmonia entre todos os habitantes.

"Por isso, numa primeira fase da Nação jovem, é necessário aceitar que os "datos" e os "katuas", mais idóneos e influentes, façam parte do concelho consultivo dos reinos e Knuas.

"A divisão administrativa deve respeitar as fronteiras tradicionais dos reinos, divisão étnico-linguística, mas as circunscrições (concelhos) podem ser reduzidas e as povoações desaparecer para dar lugar a "Knua" mais alargado (não limitado apenas a grupo familiar)" (...).

Quanto à organização familiar e ao *"barlaque"* (casamento), Luis Costa defende a necessidade do casamento ser monogâmico e de *"sensibilizar a população para a igualdade de direitos entre homens e mulheres"* respeitando, ao mesmo tempo, o verdadeiro espírito tradicional do dote.

(...) "Na religião, o timorense situa-se entre dois mundos opostos: o seu "mundo", o Cosmos, o território onde ele habita, e o espaço desconhecido e indeterminado que o cerca, o Caos, povoado de mil demónios e de um sem-número de almas dos mortos.

"A sua religião tradicional é o animismo, uma religião que é a própria vida do homem relacionada com tudo o que o rodeia. Por isso, cada acontecimento importante, na vida timorense, é acompanhada por sacrifícios, rituais e oferendas.

"Na sua concepção de salvação, encontra-se uma tríade sagrada: Maromak - o deus por excelência; Rai - a terra, lugar dos vivos; e Lalehan,o céu, a morada dos deuses da Natureza e mansão dos antepassados.

"Assim, as relíquias respeitantes à história da comunidade do Knua ou do reino são guardadas no Uma Lulik, casa sagrada, sob a responsabilidade do Dato Lulik, sacerdote tradicional.

"É neste ambiente de misticismo e do imaginário que, em 1515, segundo a tradição oral dos katuas, os primeiros portugueses, os missionários, aportam à ilha do crocodilo, Timor-Leste. Durante século e meio, os missonários foram pregando o Evangelho de Cristo e ensinando os primeiros passos da cultura portuguesa. Hoje, podemos afirmar que, o espírito do Evangelho, através da Igreja Católica, está no íntimo de todo o timorense - cristão ou gentio - e a Igreja Católica local, através dos seus padres, tem-se manifestado, nestes, nestes últimos anos o defensor incondicional da vontade do Povo Maubere.

"Qualquer governo que se venha a implantar em Timor-Leste deve respeitar a Igreja Católica. A educação a desenvolver deve visar uma integral formação intelectual, humana e espiritual, garantindo a liberdade religiosa, de maneira que todos incentivem e aprofundem a emancipação cultural, social, económica e política da Nação Timor.

"Na educação, a língua a utilizar será o português, mas, ao mesmo tempo, deve-se incrementar o ensino do "Tetum", lingua nacional, desenvolvendo e divulgando o imaginário lendário e contista do seu Povo.

"A prática tradicional, de saúde, é uma realidade milenar dos "matandoks" verdadeiros depositários de conhecimentos ancestrais de plantas medicinais, que têm curado doenças e males da população, nomeadamente antes da introdução da medicina ocidental.

(...) "Há uma grande necessidade de mentalizar a população para encarar as práticas tradicionais de saúde como um complemento e não alternativa da ciência médica. É ainda necessário mentalizar os matandoks no sentido de fomentar a descoberta e pesquisa dos efeitos das plantas medicinais, revelando as plantas do seu conhecimento.

"No fundo, é urgente desenvolver uma ampla e eficaz educação sanitária que leve as pessoas a quererem ser saudáveis e que saibam como chegar a um estado de saúde desejável e, quando necessário, recorrerem às pessoas competentes".

III.4 - O Timor-Leste de amanhã

Síntese da comunicação de *Fátima Guterres*, timorense, refugiada em Portugal depois de ter acompanhado o marido na luta de resistência, até à morte deste, e de ter sido presa pelos ocupantes indonésios.

"Quando o território de Timor-Leste for livre e independente e o seu povo também, da agressão, da escravidão e da criminosa ocupação militar indonésia, que há mais de catorze anos o Povo Maubere vem vivendo, e contra a qual vem lutando e oferecendo a sua resistência para alcançar o seu objectivo, - o ***"direito de viver livre"****, - dever-se-á, primeiro, reunir todos os timorenses para a participação na reestruturação e na reorganização da sua Pátria e destruir todo o sistema imposto pela Indonésia.*

"Timor-Leste será uma república democrática e os seus orgãos do governo serão eleitos democraticamente pelo povo Maubere. Será um País não alinhado e não irá ter bases militares estrangeiras. Irá ter boas relações diplomáticas com as vizinhanças e um governo de unidade.

"No sistema político terá um regime pluri-partidário.

"Como todos os povos do Mundo, o Povo Maubere também tem a sua cultura própria, língua, religião, tradições, usos e costumes. Portanto, o povo timorense voltará a praticar livremente a sua cultura, celebrando as suas festas tradicionais nas casas sagradas ("Uma Lulik"), casamentos ("Estilus") e desluto ("Kore metan"), depois dos anos todos que a Indonésia, com ameaças, procurou abafar a cultura do povo de Timor-Leste, introduzindo no seu seio a cultura indonésia".

(...) "O povo utilizará como lingua nacional o "Tetum", que é falada quase em todo o território, e o "Português" como lingua oficial. As línguas e dialectos deverão ser toleradas, porque está dentro dos nossos principios democráticos.

Depois de se referir à religião, à propriedade às queimadas e aos cuidados de saúde, Fátima Guterres conclui:

"O Povo Maubere pretende viver livre e independente e criar uma democracia para todos, defender as suas liberdades e viver na justiça."

IV - AS IGREJAS E TIMOR-LESTE

IV.1 - A Igreja frente a Timor-Leste

Síntese da comunicação de *A Paz é Possivel em Timor-Leste* apresentada por *Ana Nunes*

"<<A Igreja nada tem a recear da integração de Timor-Leste na Indonésia>>", era a promessa dos bispos indonésios e do Núncio Apostólico em Jacarta ao bispo português de Dili, em 1975 ainda antes da invasão militar indonésia". (...)

(...) "Alguns padres acompanharam as populações na sua fuga para o mato (...). Outros ficaram nas vilas e aldeias ocupadas. Mas todos viveram os horrores de uma ocupação militar estrangeira, cuja brutalidade exterminou um terço da população de Timor-Leste. E todos - ou quase todos - os membros deste clero fortificaram no sofrimento a sua ligação ao povo timorense, partilhando a sua rejeição do invasor e as suas aspirações à libertação".

"Os timorenses encontraram na Igreja um dos raros refúgios para a sua identidade e responderam com a adesão massiva: os católicos que, depois de cinco séculos de colonização portuguesa constituíam 30% da população timorense, eram já 80% após alguns anos de dominação indonésia. Afirmar-se cristão é também uma forma de se afirmar diferente do ocupante sociologicamente islâmico".

"Nomeado Administrador Apostólico da diocese de Dili em 1977, depois da saída do bispo português de Dili, Monsenhor da Costa Lopes assume posições, que se tornam cada vez mais claras, na defesa do seu povo e na denúncia do genocídio praticado pela Indonésia. As suas palavras desagradam e em Maio de 1983, apesar dos protestos do clero e da população em geral, é convidado pelo Vaticano a apresentar a sua demissão".

"Para o substituir, é nomeado um jovem sacerdote salesiano, Carlos Ximenes Belo, que regressara recentemente a Timor depois de conluída a sua formação na Europa, onde passou os anos da invasão e seguintes".

*(...) "Receava-se que a sua nomeação tivesse em vista facilitar a integração. Menos firme do que o seu antecessor, Monsenhor Belo não pode porém alhear-se do sofrimento que o rodeava e assumiu também a defesa dos direitos do seu povo, denunciando, em 1983 e 84, a clamorosa situação de Timor-Leste: **<<Vivemos debaixo da opressão. Timor-Leste é como uma prisão. A Indonésia volta a colonizar Timor e os timorenses vão tornar-se na sua própria terra cidadãos de segunda classe. A solução para este conflito passa pelo respeito do direito de um povo à autodeterminação ...>>**".*

(...) "Em Abril de 1986, a pedido do Vaticano, Monsenhor Belo encontra-se secretamente com Xanana Gusmão, o líder da resistência armada, a quem transmite uma proposta de rendição oferecendo, em troca, garantias de salvaguarda da vida dos guerrilheiros e a possibilidade de exílio para aqueles que o desejassem" (...)

"Em Julho de 1988, Monsenhor Belo é nomeado bispo titular, mas continua como Administrador Apostólico da diocese (dependente de Roma). *Poucos meses depois, em Novembro, recebe o Presidente da Indonésia, Suharto, que vem inaugurar a nova catedral de Dili, construída com as ofertas do Governo e das Forças Armadas indonésias, e que os timorenses nunca viram com bons olhos, apelidando-a de "Catedral das rupias"".*

*"A visita do Presidente Suharto foi antecedida, e seguida, por uma vaga de prisões e torturas, estimada em cerca de 3.000 casos. D. Ximenes Belo, que acabava de receber o general Presidente, denuncia a **"a tortura que se tornou normal em Timor"**. Não tardou que a própria casa do bispo fosse colocada sob vigilância de militares armados, e os seus visitantes controlados.*

*"Liberto do seu tão longo silêncio, Monsenhor Belo escreve em Fevereiro de 1989 ao Secretário Geral das Nações Unidas, pedindo um referendo para o povo de Timor porque **"até agora o povo ainda não foi consultado; são os outros que falam em seu nome""**(...).*

*"Dias depois dirige uma longa carta ao Núncio em Jacarta para justificar a sua posição. **"<<Todos os anos assistimos aos mesmos abusos. Já falamos com as autoridades, mas o resultado é sempre o mesmo. É o povo que sofre. Por isso, é urgente a realização de um referendo para perguntar ao povo de Timor se aceita a integração>>"***

*"Logo que é conhecida a carta ao Secretário Geral da ONU, aumentam as pressões sobre o bispo de Dili. Ministros e chefes militares indonésios criticam o bispo, chegando mesmo a ameçar. Monsenhor Canalini, Núncio Apostólico em Jacarta, apoia-os indirectamente dizendo que **<<Monsenhor Belo escreve esta carta em seu nome pessoal, como cidadão timorense. É da sua responsabilidade e não envolve a Igreja Católica>>"***

*(...) "Apesar das críticas, Monsenhor Belo reafirma a sua posição e revela, numa carta ao bispo de Setúbal, as pressões a que está sujeito: **<<Por cá as críticas dos ministros do Governo Indonésio têm sido azedas e humilhantes. os "deputados" timorenses foram obrigados, debaixo de pistola, a fazerem e assinarem uma declaração na qual afirmam que a integração e que, portanto, o processo de descolonização já foi feito>>**.*

*"Os padres da diocese, por seu lado, manifestam repúdio pelas afirmações do Núncio: **<<o clero de Dili rejeita opiniões e sugestões tendenciosas manifestadas por certas personalidades eclesiásticas>>**, escrevem os padres ao mesmo tempo que apoiam Monsenhor Belo: **<<o bispo é, para todos os efeitos, teológica, jurídica e eclesialmente, o representante da Igreja local quando fala como tal, e na linha da Igreja e do sentir do clero e do povo>>"***

Depois, Ana Nunes alude à ampla divulgação que o Osservatore Romano deu a uma carta pastoral assinada por D. Ximenes Belo, mas de facto escrita por um padre indonésio, em contraste com as numerosas cartas do próprio bispo que o orgão do Vaticano se recusou a publicar e, por fim, refere o empenho de algumas organizações, personalidades, movimentos e comunidades cristãs em defesa dos timorenses.

IV.2 - A Igreja e Timor-Leste

Síntese da comunicação do grupo *Paz e Justiça para Timor-Leste* apresentada pela *Engª Paula Isabel Fonseca*

Na comunicação deste grupo de solidariedade do Porto Paula Isabel fala da actuação, omissões e esperanças da Igreja católica em relação a Timor-Leste, manifestando a sua admiração pelo *"trabalho clarividente e corajoso de D. Martinho Lopes como administrador apostólico em Dili"*.

Faz, depois, uma breve referência a diversos grupos cristãos de solidariedade com Timor-Leste existentes no país, e à tomada de posição, em 1984, do Conselho Permanente do Episcopado Português (por este relembrada em 1989 pouco antes da visita papal ao território) em que o Conselho Permanente afirma:

(...)"Não obstante implicações de outra natureza que poderiam inventariar-se, é ilusório pensar, por detrás dos tristes acontecimentos que ocorrem em Timor, não esteja a consciência de uma identidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada. Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lha traduz-se não apenas num genocídio fisico, mas num genocídio, digamos, "cultural" este mais grave do que o primeiro, porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras".

Paula Isabel remete depois para um documento do grupo Paz e Justiça para Timor-Leste que cita a carta de 6 de Fevereiro de 1989 dirigida ao Secretário Geral das Nações Unidas pelo bispo de Timor-Leste, (Administrador Apostólico da Diocese de Dili) D. Carlos Filipe Ximenes Belo, na qual este escreve:

"Tomo a liberdade de escrever a Sua Excelência o Senhor Secretário-Geral para levar ao seu conhecimento que o processo de descolonização do Timor Português ainda não está resolvido pelas Nações Unidas e convém não deixá-lo no esquecimento. Para nós o Povo de Timor, pensamos que temos de ser consultados sobre o destino da nossa terra. Por isso (...),como responsável pela Igreja Católica e como cidadão de Timor, venho pedir ao Senhor Secretário-Geral para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um REFERENDUM. O Povo de Timor tem de ser ouvido através de um plebescito quanto ao seu futuro. Até agora, o povo ainda não foi consultado. São os outros que falam em nome do Povo. É a Indonésia que diz que o povo de Timor já escolheu a integração, mas o próprio povo de Timor nunca disse isso. Portugal quer deixar ao tempo a resolução do problema. E nós vamos morrendo como povo e como Nação".(...)

Cita depois, palavras do líder da Resistência Nacional, Xanana Gusmão, que numa longa carta datada de 5 de Outubro do mesmo ano esclarece:

"Nós aprovamos totalmente a proposta do nosso bispo, o bispo de Dili, D. Ximenes Belo. E acrescentamos, para pôr ponto final a quaisquer dúvidas que ainda persistam, que a dar-se o caso de o Povo Maubere, sob a supervisão da Comunidade Internacional, <<reafirmar>> o seu desejo de integração na Indonésia, nós, os guerrilheiros das FALINTIL, deporemos as armas sem hesitação nem demoras!"

Assim, *"em 7 de Setembro de 1989, um grupo de cem estudantes timorenses, correndo o risco de perseguições, de torturas, da morte "acidental" ou do "desaparecimento", atrevem-se a escrever ao Secretário-geral da ONU manifestando a sua solidariedade à proposta de D. Ximenes Belo. Entre outras coisas afirmam o seu "reconhecimento da posição firmada pelo bispo de Dili, D. Carlos Filipe Ximenes Belo, na sua carta endereçada ao secretário-geral da ONU em 6 de fevereiro de 1989, como expressão politico-religiosa oficial do povo de Timor-Leste e a "realização imediata de um <<referendum>> como forma mais viável de uma solução pacífica do caso de Timor-leste".*

O Grupo Paz e Justiça para Timor-Leste lembra depois outras posições de apoio de vários bispos à referida proposta de um referendo.

(...) "Também o bispo japonês D. Aloisius Soma, Presidente da Comissão Justiça e Paz nipónica, enviou uma carta ao Secretário-geral da ONU, subscrita por cento e catorze bispos da Ásia e do pacífico, e por mais de mil padres, religiosos e leigos das Igrejas da mesma região, e na qual manifestam a sua solidariedade ao bispo D. Ximenes Belo e ao referendo por este proposto ao Secretário-Geral da ONU.

Lamenta também que depois de um grupo e um movimento cristão terem recolhido cratas de solidariedade com a Igreja de Timor, *"quando em 13 de março de 1990 pretenderem entregá-las ao Núncio Apostólico em Portugal, Monsenhor Luciano Angeloni, a fim de que as fizesse chegar, por via diplomática, ao Administrador Apostólico de Dili, o representante da Santa Sé em Lisboa só aceitou ser portador de uma das cartas, recusando todas as outras mil e vinte e quatro, sob o pretexto de que fazê-las chegar a Timor poderia ser considerado uma atitude política ..."*

Neste documento o Grupo pergunta inquieto *"qual é a posição da Igreja? Com efeito há sinais, desde longa data, de que em instâncias muito influentes desta, se movem forças que não olham a meios para levar a comunidade internacional a considerar a anexação de Timor pela Indonésia como um facto consumado, natural e irreversível".*

Refere depois que

"Sua Santidade lembrou, em Jakarta, e perante o Governo Indonésio que:

<<Às vezes, algumas nações são tentadas a menosprezar os direitos humanos fundamentais, numa desorientada procura da unidade politica baseada apenas no poder militar ou económico. Todavia, essa unidade pode facilmente ser dissolvida>>

"infelizmente, parece que o Governo Indonésio ainda não se compenetrou da profundidade e do alcance destas palavras" (...).

Paula Isabel lembra ainda a *"missão de todos os crentes na construção de uma sociedade de pessoas livres"* e conclui apresentando algumas *"perspectivas de trabalho"*.

IV.3 - Responsabilidade da Igreja e dos Cristãos na paz e autodeterminação de Timor

Síntese da comunicação do *Padre Bernardino Queirós Alves*

O Padre Bernardino Alves começa por fundamentar a missão da Igreja como defensora da Vida e da Paz. Cita documentos pontíficios que apontam *"duas características do que se chama <<estruturas de pecado>> e que levam a formas modernas de imperialismo: a avidez exclusiva do lucro e a sede de poder (...)"*

Lembra depois o dever de solidariedade e diz, a propósito:

"Não se pode também deixar de referir a importância das declarações do Bispo de Coimbra nas celebrações de 13 de Outubro (de 1989), em Fátima, e do impacto que isso teve. Os indiferentes, mal informados ou em atitude de suspeita ficaram certamente interpelados com as suas palavras: ***<<a situação em que se encontra o Povo Maubere, desrespeitado, humilhado e oprimido, é um dos grandes crimes do nosso tempo>>****. E sublinhou a posição do bispo de Dili sobre a necessidade e exigência do referendo para que o Povo Maubere escolha livremente o seu caminho.*

Recorda também a vivacidade com que o Cardeal Simones, Presidente da Conferência Episcopal Holandesa, expressa a sua solidariedade, em carta dirigida ao bispo timorense:

(...) "com profundo respeito pela vossa coragem, estou profundamente convencido que o vosso franco e corajoso apelo a favor de um referendum, (...) só pode ser fruto de ampla meditação e dolorosa experiência (...) da triste situação e inexorável sofrimento do vosso bem amado povo"

e, a terminar:

(...) "Como um sinal de fraternidade e um testemunho de amor e esperança evangélica, quero oferecer-lhe a si e ao seu povo, a simpatia activa e o forte apoio da Comunidade Católica Holandesa para com a vossa corajosa luta ..."

O Padre Bernardino Alves acrescenta ainda:

"É reconfortante, mas desafiador para os critãos, ouvir do chefe da resistência, Xanana Gusmão, em carta ao papa: <<O Povo Maubere sempre confiou no abnegado clero de Timor-Leste que, em nenhum momento o abandonou e sempre levantou os olhos e elevou o seu penamento até à Santa Sé".

Por fim apresenta algumas sugestões para dar força à solidariedade, nomeadamente:

"Contactos pessoais de leigos responsáveis em cada Diocese com o seu bispo.

"Contacto com párocos, Ordens Religiosas, organismos vários da igreja onde se conheça alguém capaz de assumir a tarefa de informar e sensibilizar.

"Contacto com as Comissões Pontíficias cujo âmbito de acção se relaciona com esta causa (Justiça e Paz, Pax Cristhi, etc.)

"Contactos com a Imprensa Católica, (...)".

IV.4 - A visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste

Síntese do testemunho de *Ana Margarida Sales Luis*, estudante timorense refugiada em Portugal

"A visita Papal a Timor-Leste, para os timorenses, começou muito tempo antes dela se realizar. Foi transformada numa questão politica pela parte da Indonésia, para que esta fosse vista aos olhos do mundo como um reconhecimento da integração por parte do Vaticano. Como é lógico, o Povo teria que reagir a tal situação. Em Maio já se comentava e se especulava sobre o que aconteceria e que língua Sua Santidade escolheria para a Missa. As perseguições recomeçaram e as saídas através da Cruz Vermelha que já estavam programadas foram canceladas. Alguns jovens foram presos, baterem-lhes" (...) Depois foram libertados , mas voltaram a ser (...) presos em Outubro.

"Á medida que o tempo ia passando as perseguições intensificaram-se. Há denúncias e muitos jovens são levados para inquéritos na INTEL (policia secreta), inquéritos sempre feitos com violência" (...)

"Em Julho foi-me confiscado o passaporte e fui intimada para inquérito na Policia secreta Militar (KOPSKAM) para que desse informações detalhadas acerca de JOSÉ MADEIRA que era o chefe da resistência juvenil. Como não obtiveram essas informações de mim, tentaram apanhar-me em contradições" (...)

(...) "Outubro chegou. A Indonésia mandou para Timor-Leste muitos indonésios, tropas e não só, para que, vestidos à civil, mas muito bem armados, pudessem passar por timorenses aos olhos dos estrangeiros e da imprensa quando das cerimónias da visita Papal. E no dia 12 de Outubro teve finalmente lugar a chegada de Sua Santidade. Todos estão esperando que a Missa seja celebrada em latim. Mas quando ouviram o Papa falar em TETUM ficaram muito satisfeitos".

(...) "Quando terminou a Missa, um grupo (...) abriu cartazes de pano escritos em Inglês e Português onde se lia: "VIVA A FRETILIN" "VIVA A TERRA DE SANTA CRUZ" "VIVA A INDEPENDÊNCIA" "FORA OS TRAIDORES" "QUEREMOS PAZ E LIBERDADE PARA TIMOR-LESTE" e alguns mais que não se conseguiram ler porque entretanto os indonésios, (...) atacaram e tiraram os cartazes das mãos dos estudantes. Começou então uma cena de pancadaria, atirando pedras e cadeiras aos jovens. Estes reagiram (...)".

"Também os alunos do Externato de S. José que durante as cerimónias do Papa, no dia 12, estavam vestidos de escuteiros, foram logo perseguidos. Alguns deles foram presos. Outros mais afortunados conseguiram refugiar-se na residência do Sr. Bispo ou na Cruz Vermelha. Mesmo a residência do Sr. Bispo não foi respeitada. Alguns elementos da Policia secreta Militar (KOPSKAM) foram mesmo buscar alguns jovens refugiados na residência do Sr. Bispo. Alegaram que era apenas um pequeno interrogatório e que seriam levados para ali novamente. Afinal, era para serem espancados e barbaramente maltratados, tendo mesmo o Sr. Bispo que ir buscá-los. Mas não deixaram sair todos, dizendo que não tinham terminado ainda o interrogatório. Mas eram espancamentos que ainda não tinham terminado".

"No dia 15 de Novembro, pelas 9h30 da manhã, no Externato de S. José (única Escola Portuguesa) estavam a decorrer as aulas que incluem a instrução primária (da 1ª à 6ª classes), crianças ainda, como se sabe. Nisto, 5 camiões cheios de soldados armados e alguns carros com timorenses que trabalham para os indonésios, cercaram a Escola. Porque durante as aulas os portões de acesso à Escola se encontram fechados, os soldados, para

tomar de assalto a escola, treparam os muros da Escola S.M.A.K.(Secundária Indonésia).

"Com a confusão gerada pela entrada dos soldados na escola, aos tiros, as crianças em pânico corriam, tendo sido espancadas, apanhadas e atacadas, algemadas e pisadas, a ponto de terem de ir para o Hospital bastante mal tratadas. Porque eram em número superior aos alunos, conseguiram apanhar um grande grupo. Estes, foram empurrados, espancados e amarrados até desmaiarem. Então, atiraram com eles à bruta para dentro dos camiões e foram levados para onde pudessem ser selvaticamente espancados e interrogados sem testemunhas. Havia 3 irmãos seminaristas, faltando-lhes pouco já para ser padres, que também foram espancados com selvajaria.

"Os jovens, sem armas e sem poder reagir, em número muito inferior ao dos soldados, limitaram-se a gritar:

<<Onde está a vossa justiça?>>

"Mas cada vez batiam mais como feras selvagens. Sentindo-se impotentes por não poderem fazer mais nada e estarem bem nas mãos e em poder dos indonésios, continuaram gritando:

<<Não respeitam o PANCA SILA, continuam a matar e a torturar sem respeito pelos direitos humanos!>>

"Como entretanto o Sr. Bispo foi avisado e se dirigiu para o externato, os indonésios vendo assim alguma derrota, disseram cheios de ódio:

<<Foi muita sorte para vocês que o vosso Chefe (o Sr. Bispo) tivesse vindo depressa, porque senão, deixariamos uma bomba aqui, para arrumar e acabar com todos os que estão presentes.>>"

IV.5 - Declaração sobre Timor-Leste

Síntese de um documento da *Comissão Permanente da igreja Lusitana (Comunhão Anglicana)*

A Comissão Permanente da Igreja Lusitana quiz associar-se às II Jornadas de Timor da Universidade do Porto exprimindo a sua solidariedade e reafirmando uma declaração de Janeiro de 1988 da qual citamos:

"A Comissão Permanente da IGREJA LUSITANA CATÓLICA APOSTÓLICA EVANGÉLICA, reunida em 16 de Janeiro de 1988, apelou ao fim da guerra em Timor-Leste e aprovou a seguinte declaração:

"1 - Reconhecemos o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência, de acordo com as recomendações das Nações Unidas;

"2 - Apelámos às paróquias da Igreja para que proclamem um dia de jejum e oração, em 1988, com o fim de reflectir e orar pelo fim da guerra em Timor-Leste, através de uma reconciliação duradoura, verificada por meio de uma resolução justa e negociada, com a participação dos representantes do povo timorense;"

(...) "4 - Diligenciaremos conforme for ulgado necessário, junto aos orgãos do poder, implorando, em nome de Deus:

a) "O fim imediato de todas as acções de guerra e violação dos Direitos do Homem;

b) "A retirada das tropas indonésias, substituindo-as por forças internacionais, sob a égide da ONU;

(...) *d) "Que sob o patrocinio da ONU seja convocada uma conferência internacional que supervisione e faça cumprir a vontade livre e democraticamente expressa pelo povo maubere".*

V - ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR A PAZ E A AUTODETERMINAÇÃO

V.1 - O caso do Sara Ocidental: um modelo para Timor-Leste?

Síntese da comunicação de *Pedro Pinto Leite*, licenciado em Direito e especializado em Direito Internacional pela Universidade de Leiden (Holanda)

*"No passado dia 21 de Março o mundo pôde, finalmente, festejar o ingresso da Namíbia na comunidade das nações. Ainda não há muito tempo, os adeptos da '**real politik**' olhavam com desdém os esforços da SWAPO e dos seus simpatizantes, certos de que a África do Sul, por razões económicas e estratégicas, nunca iria permitir a independência do território. E, no entanto, após 70 anos de administração sul-africana, 40 anos de debate sobre o seu futuro e 23 anos de luta armada pela sua libertação, a Namíbia é hoje um Estado independente e soberano.*

"Ainda não se esgotou a lista dos territórios que esperam o momento de alcançar a independência e de se libertar das tropas estrangeiras de ocupação. Dois deles, Timor-Leste e o Sara Ocidental, têm muito em comum, apesar da distância e das diferenças culturais que os separam. Desde que a Namínia é independente, são eles os dois maiores territórios sobre os quais a Comissão de Descolonização da ONU ainda se debruça: o Sara Ocidental é o mais extenso (Timor-Leste, o segundo), Timor -Leste é o mais populoso (o Sara Ocidental, o segundo). Mais impressionante ainda é o paralelismo que apresenta o passado recente de ambos os territórios" (...)

*"O território do Sara Ocidental" (...) "é um território extenso (266.000 Km^2), com mais de 1000 Km de costa e rico em minerais; é, todavia, árido e pouco povoado: os autores referem números muito diferentes para o total de habitantes, entre os cerca de 74.000 de um censo de 1974 (...) acrescidos então de 20.000 europeus e os 117.000 de uma estimativa de 1976, mencionados em documentos da ONU (Espiell, 59), 139.000 de uma estimativa de 1977 (Goedvolk, 189), ou mesmo 151.000 (the Times Atlas). Uma das causas de tão grande imprecisão reside no facto de a sua população ser constituída, em grande parte, por nómadas beduínos (tribos ligadas por laços culturais muito estreitos e uma língua comum - o '**hassânia**', relacionada com o árabe), que, por tradição, nenhuma importância atribuem à existência de fronteiras (...). Outra causa está no número incerto de refugiados políticos que se encontra no exterior: inicialmente cerca de 50.000".*

*(...) "Inicialmente a Espanha tentou fazer passar o território por uma província espanhola: em 1967 criou no Sara Ocidental, por decreto, uma 'Assembleia Representativa' (a **Yema'a**), que, por sua vez, declarou numa petição às Nações Unidas, nos fins desse ano, que o território não desejava a independência política. Mas porque a assembleia não tinha sido formada segundo um método democrático, e porque os seus poderes eram, no fundo, meramente consultivos, a ONU não lhe reconheceu qualquer autoridade para falar em nome do povo do território. E a Espanha acabou por declarar que aceitava a aplicação do princípio da autodeterminação e que estava pronta a organizar em 1975 o referendo proposto pela ONU (...)*

"Contra a independência do Sara Ocidental erguiam-se, no entanto, as pretensões de dois dos países limítrofes, Marrocos e Mauritânia, decerto encorajados pelo reconhecimento explícito feito pela ONU da sua qualidade de partes interessadas e da necessidade de serem consultados sobre os procedimentos para o referendo a realizar.

"Marrocos reclamava o Sara Ocidental com base no princípio da integridade territorial, cuja aplicação deveria ter prioridade sobre o direito à autodeterminação (...)

"A unidade política marroquina teria sido, assim, vítima de um desmembramento pelas potências coloniais: uma parte do seu território tornara-se um protectorado da Espanha (o Sara Ocidental), outra parte (Marrocos propriamente dito) um protectorado da França (...). Apesar de ter declarado desde a primeira hora que apoiava o direito à autodeterminação da população do Sara Ocidental, Hassan II opôs-se sempre à realização de um referendo no território. Em 1975, porém, disse que o aceitaria, desde que, a par de outras condições, a única questão formulada aos habitantes do Sara Ocidental lhes desse a escolher entre a continuação da subjugação a Espanha e a 'reintegração' em Marrocos." (...)

"A Mauritânia baseava igualmente as suas pretensões sobre o Sara Ociental no princípio da integridade territorial:

***<<Quer em termos de geografia física, quer em termos de população, o Sara Ocidental era um enclave na grande entidade Mauritana, separada dela por uma fronteira que não tinha qualquer justificação a não ser a da autoridade colonial>>** ."(...)*

"O terceiro país vizinho, a Argélia, defendeu incondicionalmente o direito à autodeterminação da população do território (...).

"A principal parte interessada, o povo saraui, ainda não teve oportunidade de se pronunciar directamente. Em todo o caso, a Missão que a Comissão de Descolonização da ONU enviou ao território em Maio de 1975 não teve dúvidas de que a acessão à independência era o profundo desejo da sua população".

"No Sara Ocidental a causa da independência foi em primeiro lugar defendida pela Frente Popular para la Liberación de Saguia El Hamra y Rio de Oro (Frente Polisário) (...)".

"Em 1974 surgiu o Partido de la Unión Nacional Saharaui (PUNS), que, conforme os seus próprios dirigentes confessaram, foi formado com 'alguma ajuda' do governo espanhol. A maior parte dos membros da Yema'a estava a ele ligada; a Missão da ONU constatou que os adeptos da PUNS se encontravam principalmente entre os elementos mais tradicionalistas da sociedade, nomeadamente entre os xeques e notáveis. O PUNS (tal como a Yema'a, aliás) foi considerado pela Frente Polisário um instrumento do colonialismo. E, no entanto, o seu programa já tinha a independência do território como o principal fim a atingir, para além da conservação das relações de amizade e cooperação com a Espanha.

"Duas outras organizações políticas, a Front de Libération du Sahara e o Mouvement des Originaires de la Sakiat-el-Hamra et du Rio de Oro (AOSARIO) surgiram mais tarde, manifestando-se a favor da integração do Sara Ocidental em Marrocos; apesar de se afirmarem bem implantadas entre os sarauís no interior e no exterior do território, foram frequentemente denunciadas como marionetas de Marrocos e acusadas de não terem qualquer representatividade." (...)

"Porque Marrocos e a Mauritânia tinham justificado receio de que o o resultado do referendo lhes fosse desfavorável, planearam atrasar a sua realização através do expediente de levar a questão ao Tribunal Internacional de Justiça. Habilmente conduzida por Marrocos, a Assembleia Geral da ONU, com base no facto de se levantarem problemas de ordem jurídica e ao abrigo do artigo 96 da Carta, solicitou ao Tribunal um parecer consultivo."

Apesar da forma ardilosa como este parecer foi solicitado, o Tribunal Internacional de Justiça afirma que:

(...) ***<<não encontrou laços jurídicos que possam afectar a aplicação da resolução 1514 (XV) na descolonização do Sara Ocidental e, em particular, do princípio da autodeterminação através da expressão livre e genuína da vontade dos povos do Território>>.***

*"Apesar disso o Governo Marroquino resolve interpretar o parecer de uma forma arbitrária e favorável às suas pretensões e organiza "uma '**Marcha Verde**' de 350.000 civis desarmados sobre o território, com o fim confessado de pressionar a Espanha a negociar a soberania sobre o Sara Ocidental antes de a Assembleia Geral da ONU poder fazer os preparativos para o planeado referendo (...). O Conselho de Segurança da ONU, reunido a pedido da Espanha, fez um apelo a Marrocos para que desistisse da ideia da **<<Marcha Verde>>** (...). Apesar disso, a 6 de Novembro, Hassan ordenou o início da ocupação. O Conselho de Segurança, reunido de emergência no mesmo dia, deplorou a marcha e ordenou a Marrocos que retirasse imediatamente do território (Resolução 380 (1975), de 6 de Novembro de 1975). Hassan ignorou uma vez mais a decisão da ONU e informou Madrid de que a marcha continuaria a não ser que o governo espanhol concordasse em iniciar negociações sobre a transferência da soberania sobre o Sara Ocidental da Espanha para Marrocos.*

"A Espanha cedeu à pressão de Rabat, entrou em negociações com os governos de Marrocos e da Mauritânia, e a 14 de Novembro foi assinado o Acordo Tripartido de Madrid, segundo o qual a Espanha concordava em terminar a sua presença no Sara Ocidental em 28 de Fevereiro de 1976; Marrocos e a Mauritânia participariam com a Espanha na administração transitória do território, até ao momento de o poderem, finalmente dividir entre os dois: na declaração que anunciou o Acordo afirmava-se, eufemisticamente, que os desejos da população, expressados através da Yema'a, seriam respeitados. Embora o conteúdo total do Acordo não tivesse sido divulgado, acredita-se que, como contrapartida, a Espanha tenha recebido a garantia de uma percentagem substancial da exploração dos fosfatos (...) sendo também mencionadas outras concessões económicas importantes, na forma de direitos de pesca alargados (..)

"A Assembleia Geral da ONU reagiu ao Acordo de Madrid de uma forma estranha e contraditária. Através da sua Resolução 3458 (XXX), de 10 de Dezembro de 1975 (...), tentou conciliar o inconciliável: na parte A da resolução reafirmou o direito inalienável do povo do Sara Ocidental à autodeterminação dentro de um quadro que lhe permitisse a expressão livre e genuína da sua vontade e convidou a Espanha a tomar imediatamente as medidas necessárias, em consulta com todas as partes interessadas, para que toda a população originária do território pudesse exercer aquele seu direito sob a supervisão das Nações Unidas; na parte B tomou nota do Acordo de Madrid e requereu à administração interina para dar todos os passos necessários para que a população originária do território pudesse exercer o seu direito inalienável à autodeterminação através de consultas livres organizadas com a assistência de um representante das Nações Unidas designado pelo Secretário-Geral. Se na parte A da resolução a Assembleia Geral seguiu o caminho, atrás referido, de respeito pelo direito à autodeterminação do povo do território, na parte B pôs em causa esse mesmo respeito:

- *"reconheceu expressamente o* ***fait accompli*** *formalizado pelo Acordo de Madrid, um acordo que, segundo o Direito Internacional contemporâneo, é nulo e sem qualquer valor, pelo facto de violar as normas que consagram o direito à autodeterminação (tais normas são* ***jus cogens****, ou normas imperativas de direito internacional geral, às quais nenhuma derrogação é permitida - veja-se o artigo 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados) (...);*

- *"a Assembleia Geral pareceu aceitar a legitimidade do poder exercido pela Espanha ao transferir a soberania sobre o Sara Ocidental para Marrocos e a Mauritânia, quando a Espanha, como potência administrante, não dispunha de poder de soberania sobre* *o território (não se pode, enfim, transferir um direito de que se não dispõe);*

- *"nesta controversa resolução a Assembleia Geral não faz qualquer alusão ao referendo, até então apontado como solução para o problema, e limitou-se a mencionar a expressão* ***'consultas livres'****; mas estas palavras, pelo seu lado, trazem à memória o famigerado* ***"act of free choice"*** *com que em 1969 a Indonésia mascarou a anexação da Papua Ocidental e que, incompreensivelmente, a mesma Assembleia aceitou como forma legítima de expressão da vontade do povo daquele território" (...)*

"Conforme o esperado, o governo espanhol informou o Secretário-Geral da ONU que a 28 de Fevereiro de 1976 a Espanha terminava a sua presença no Território do Sara e que, por consequência, a partir de então se considerava isenta de qualquer responsabilidade quanto à administração do mesmo. Hassan convidou os membros da ***Yema'a****, entretanto dissolvida, a virem a El Aaiún assistir à transferência oficial de poderes da Espanha para Marrocos (...). A sua intenção era equiparar, segundo a lógica da Declaração de Madrid, a consulta dos membros presentes da* ***Yema'a*** *à realização de um referendo. Mas foi com base na necessidade de se realizar esse referendo que a ONU, igualmente convidada para a cerimónia, recusou qualquer colaboração, continuando a considerar a Espanha como Potência Administrante do território. Um dia antes, a Frente Polisário tinha declarado a independência do Sara Ocidental, sob o nome de República Árabe Sarauí Democrática (...).*

"As tropas, marroquinas ocuparam entretanto gradualmente três quartas partes do território, ficando a restante região sul sob o controlo militar da Mauritânia. Em 14 de Abril de 1976 Marrocos e a Mauritânia assinaram um tratado sobre a delimitação da fronteira, que previa também a exploração comum das riquezas minerais do Sara" (...)

"Escusado será dizer que a organização de um referendo como Hassan propôs em 1975, dando a escolher aos sarauís entre a continuação do estatuto colonial e a ***'reintegração'*** *em Marrocos, estava desde logo em total oposição com os referidos princípios da Resolução 1541 (XV) e, nomeadamente, com a liberdade de expressão exigida. Da mesma forma, a pseudo-aprovação da* ***Yema'a****, uma assembleia de nenhum modo representativa da população do território, da* ***'reintegração'****, não podia ter qualquer valor jurídico. (...)*

"Com um governo no exílio na Argélia, a Frente Polisário iniciou uma guerra de libertação nacional, que já dura há 14 anos.

"A Mauritânia não conseguiu suportar o desgaste material e económico causado pela guerra: em 1978 o exército depôs o presidente Ould Daddah e em Agosto do ano seguinte o novo governo mauritano concluiu um tratado de paz com a Frente Polisário, desistindo das aspirações ao território e retirando dele as suas forças militares. É certo que a parte do Sara Ocidental de que a Mauritânia retirou foi de imediato ocupada pelo exército marroquino, e que Rabat logo a anexou formalmente como a sua 37ª província".

(...) "Ao mesmo tempo, Rabat iniciou uma agressiva política de trnsmigração. Marroquinos pobres, atraídos por subsídios do governo e promessas de uma vida melhor, instalaram-se no território (...). O número actual de transmigrados ronda os 200.000, sendo pois quase o triplo da população originária!"

Depois de referir as extensas violações dos direitos humanos por parte das forças de ocupação e o apoio que, na prática, as duas superpotências e a França deram ao Rei de Marrocos, em função de interesses económicos e outros, Pedro Pinto Leite fala do apoio da Argélia e doutros estados ao Povo Saauri e, em especial do que lhe foi e é concedido pela Organização de Unidade Africana (OUA).

(...) "A mediação da OUA, baseada no reconhecimento do direito do povo sarauí à independência, foi decerto uma das causas que levou a Assembleia Geral da ONU a regressar à sua posição inicial de defesa intransigente da inalienabilidade desse direito (Resolução 33/31, de Dezembro de 1978).

"Em 1984, graças ao crescente isolamento de Marrocos, a OUA pôde já admitir a RASD como membro de pleno direito: conforme o esperado, o governo marroquino abandonou a Organizção, mas nenhum outro país o acompanhou nesse seu passo.

"A pressão a que Marrocos se viu submetido acabou, nos últimos meses, por dar os seus frutos. Apesar do enorme apoio militar, económico e diplomático que Rabat recebeu dos Estados Unidos e da França, e contra as expectativas dos que viam a anexação marroquina do Sara Ocidental como um facto consumado, Hassan foi obrigado a abandonar a posição de intransigência que até então mantivera.

"A 30 de Agosto de 1988, em Genebra, Marrocos e a Frente Polisário deram o seu acordo de princípio às propostas conjuntas da OUA e da ONU com vista à realização de um referendo, organizado e fiscalizado pela ONU, em cooperação com a OUA, para a autodeterminação do povo sarauí. Acordaram, nomeadamente, sobre a composição do corpo eleitoral e sobre a pergunta a efectuar no referendo. O corpo eleitoral será formado exclusivamente na base do censo efectuado em 1974 pela administração espanhola; aos participantes será dado a escolher entre a independência do território e a integração em Marrocos".

A Frente Polisário tem dado provas de grande flexibilidade.

"Mas, ao contrário do que a propaganda marroquina tem insinuado, a Frente Polisário recusa terminantemente qualquer solução que exclua a independência total, como as hipóteses de uma integração acompanhada de autonomia interna, de uma federação ou de uma confederação".

Depois de novas diligências do Secretário Geral da ONU

"Parece também ter ficado acordado que o controlo efectivo dos eleitores, com base no censo de 1974, seja feito por chefes das tribos".

Para concluir, Pedro Pinto Leite lembra que o direito à autodeterminação do povo Sarauí é um direito inalienável e por isso *"todos os actos que colidam com aquele direito são jurídicamente nulos e sem qualquer valor: tal é o caso do **'Acordo de Madrid'**, da pretensa decisão da **Yema'a** e da anexação oficial do território, como província, por Marrocos, mas também de quaisquer actos que disponham de direitos patrimoniais do povo sarauí".*

*(...) "Marrocos mantem a declaração de que aceita a realização de um referendo no Sara Ocidental, mas continua ainda, na realidade, a recusar o afastamento dos obstáculos que o impossibilitam: a presença de 165.000 militares e mais de 200.000 colonos marroquinos. Hassan parece, pois, acalentar ainda a esperança de um **'act of free choice'** à maneira da Papua Ocidental. Independentemente do facto de o problema da Papua Ocidental não estar, porém, resolvido, e de o seu povo continuar a lutar por uma autodeterminação genuína, Hassan esquece também que os tempos são outros. A comunidade internacional, como se viu, quer que o povo do Sara Ocidental possa livremente exercer o seu direito. Tal como a África do Sul em relação à Namíbia, Marrocos acabará irremediavelmente por ceder".*

V.2 - Timor-Leste: - Autodeterminação e independência

Síntese da comunicação do *Dr. Manuel Tilman*, timorense, advogado, ex-deputado e ex-membro do Secretariado da 1ª Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da Situação de Timor

"A independência é (...), a meta final da caminhada de todos os povos subjugados, dominados, colonizados que lutam pela paz e liberdade"

Depois de lembrar alguns factos históricos Manuel Tilman continua:

(...) "A caminhada para a independência terá de ser feita (...) em quatro grandes etapas:

"1ª Étapa - A retirada das forças armadas e da administração indonésias" (...)

De acordo com o direito internacional, e nomeadamente o capº XI da carta da ONU:

"Todos os Membros deverão resolver as suas controvérsias internacionais por meios pacíficos de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais"

(...) "O meio pacífico, na presente Questão, será a negociação directa com a mediação do Secretário Geral da ONU.

"As partes intervenientes serão Portugal e a Indonésia.

"O assunto a negociar: retirada das forças armadas e da administração indonésias de Timor-Leste.(...)

Depois de fazer considerações sobre a filosofia da negociação, Manuel Tilman continua:

"2ª Étapa - A reconstituição da Administração Portuguesa - - Execução da Lei nº 7/75, de 17 de Julho

"A retirada das forças armadas e da administração indonésias implica a reconstituição da administração portuguesa em Timor-Leste, nos termos do Artº 73º da Carta, da resolução 1514ª (XV) de 14 de Dezembro de 1960 e da resolução 3485ª (XXX) de 12 de dezembro de 1975 da A.G. da ONU para implementar a autodeterminação e independência daquele território, como se encontra previsto no Artº 293º da Constituição da República Portuguesa e na Lei nº 7/75 de 17 de Julho do Conselho da Revolução.

"Na referida Lei está previsto que:

<<"O Estado Português comete a definição do futuro político de Timor a uma Assembleia Popular representativa do povo do território a constituir por eleição directa, secreta e universal, com inteiro acatamento dos princípios inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem"; Uma vez eleita, caberá à Assembleia Popular definir, por maioria simples e por voto directo e secreto, o estatuto político e administrativo do território de Timor>>"

(...) "Porém, tendo em conta as pesadíssimas consequências dos golpes e contra golpes praticadas pelos grupos políticos timorenses, dos longos e duríssimos anos de abandono, da invasão e ocupação do território pela Indonésia que causaram muita destruição e morte, Portugal por razões morais e de solidariedade, deverá permanecer por mais algum tempo, se assim o desejarem os povos de Timor-Leste e de Portugal"

"3ª Étapa - O Referendo

"A permanência para além do tempo previsto na Lei nº 7/75, de 17 de Julho, por mais 5 ou 10 anos, deverá ser referendada pelos Povos da República Portuguesa e de Timor-Leste"

"4ª Étapa - A independência

"O referendo determinará quando cessam todas e quaisquer prerrogativas de soberania e administração portuguesas sobre Timor-Leste".

"Conclusão:

"O acto solene que marcará o termo da soberania portuguesa sobre o território de Timor-Leste será assinado em Dilí, pelo Presidente da República Portuguesa e pelo Presidente da Assembleia Popular.

"Nesse dia, nascerá um novo Estado livre, aberto, democrático, pluralista e asiático que se denominará:

República democrática de Timor-Leste"

V.3 - É necessário um Plano Global de Paz (*)

Síntese da comunicação de *Raúl de Brito*, deputado pelo partido Socialista e membro da Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da Situação de Timor (CEARST)

O deputado Raúl de Brito começa por salientar a importância de evolução política no Leste Europeu, em África e no Pacífico, que justificam a esperança de se poder encontrar uma *"solução justa, digna e internacionalmente aceite, para a questão de Timor-Leste.*

"Alguns acontecimentos verificados nos últimos meses, em Timor-Leste e na Indonésia ajudam a alicerçar a nossa confiança. Destacamos as manifestações estudantis que ocorreram em Tassi Tolo e Dili, durante as passagens de S.S.João Paulo II e do embaixador americano em Djacarta, por Timor-Leste. Os confrontos tiveram uma dupla virtude: destruíram a falsa imagem que a Indonésia estava a vender ao exterior, de uma oposição apenas militar e divorciada da população; mostraram ao mundo que as novas gerações de estudantes rejeitam a ocupação indonésia e estão solidárias com a luta do povo Maubere, em prol da liberdade e da independência.

"No entanto também há ocorrências menos positivas. A atribuição do Prémio População 1989 ao ditador Suharto, pelas Nações Unidas e o Acordo de exploração das ri-

---

(*) Este título é da responsabilidade do Coordenador das Jornadas *quezas do Mar de Timor, entre a Indonésia e a Austrália, são dois exemplos paradigmáticos e que evidenciam as contradições existentes entre o espírito novo que parece presidir nas relações entre as Nações e a actuação concreta das organizações internacionais e de alguns Estados"*

Refere-se depois à actuação do Governo Português cujas omissões não impedem Raúl de Brito de acreditar que este está a actuar *"no estrito respeito pela defesa do princípio da autodeterminação e independência de Timor-Leste"*.

Falando das *"negociações em curso, entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios do Secretário Geral das Nações Unidas"* sobre uma eventual visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste, o deputado Raúl Brito conclui:

"Nestas circunstâncias e na nossa modesta opinião, outra solução não resta às autoridades portuguesas, senão a apresentação ao secretário-Geral das Nações Unidas de uma Proposta Global de Paz, para o conflito de Timor" (...)

"A proposta de um referendo apresentada pelo Administrador Apostólico de Dili, D. Ximenes Belo, datada de 6 de Fevereiro de 1989, e o Plano de Paz, do líder da resistência timorense, Xanana Gusmão, de 5 de Ourtubro de 1989, são uma boa base de trabalho para as autoridades portuguesas, já que são dois documentos que respeitam no espírito e na letra, a Carta e as Resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV) das Nações Unidas e recolhem o apoio generalizado de todos quantos defedem uma solução digna e justa para Timor-Leste".

V.4 - Estratégias para a Paz

Síntese da comunicação da *Drª Teresa Cunha*, Presidente Nacional do Movimento Cristão para a Paz

Teresa Cunha começa por lembrar que *(...) "a Paz terá que se traduzir pela realização dos desejos mais genuínos e profundos do Povo a nível político, cultural e humano"*

*(...)"Nunhuma Paz, senão a dos **"cemitérios"**, haverá sem que a liberdade, a dgnidade e a justiça sejam a sua Terra-Mãe. É dentro desta radicalidade que entendemos situar a paz para Timor-Leste e para todo o seu Povo. Aliás, aprendi-o de refugiados timores, saharauis, palestinianos, namibianos ... Todos me fizeram compreender que tudo é negociável excepto estas três condições que valem a Vida:*

"A LIBERDADE, A DIGNIDADE, A JUSTIÇA"

Refere depois algumas condições para se alcançar uma verdadeira Paz.

"Uma primeira condição é clara para nós:

"Portugal deve assumir plenamente, sem ambiguidades, a sua história de mais de 400 anos em Timor e o reconhecimento internacional como sendo a potência administrante daquele território".

"Porque pensamos assim, o último Congresso do MCP Portugês aprovou, por unanimidade, uma resolução em que se pede ao Governo Português que nomeie um Comissariado para Timor-Leste.

Teresa Cunha propõe, depois, *"a proibição da venda de armas à Indonésia e sanções económicas julgadas oportunas e necessárias".*

"A segunda condição para conseguir a Paz em Timor-Leste é o reconhecimento claro que o Povo timorense tem que participar em todo o processo de negociação, i.e., Portugal e a Indonésia são apenas duas das três partes interessadas.

"Os legítimos representantes do Povo de Timor-Leste, têm que ser escutados e chamados a intervir activamente na esfera das decisões. Isto implica, evidentemente, um reforço da capacidade de intervenção timorense quer ao nível nacional, quer ao nível internacional. Para tal, devem ser-lhes facultados meios que lhes permitam, de facto desenvolvê-la e exercê-la.

"Desde 1975 que em Timor-Leste o terror e a morte são o quotodiano e desfiguram aquele país. Os mais de 200.000 mortos não deixam de permanecer como um dos mais dolorosos gritos da Humanidade ofendida e esmagada.

"Parece-nos assim que, sem uma alteração profunda do quadro político da Indonésia, da sua política de anexação e extermínio - com o apoio dos EUA da Austrália e de outros países ocidentais ! democráticos ! - nenhum esforço pela Paz poderá resultar.

"Será

- *O fim da violação dos direitos humanos*
- *A retirada das tropas indonésias e da administração indonésia*
- *O retorno de todos os civis transmigrados*
- *A cessação dos contratos de exploração das riquezas do Mar de Timor*

juntamente com o empenho efectivo de Portugal, das Nações Unidas e dos Timorenses, que viabilizará a reposição da legalidade, o exercício dum verdadeiro acto de autodeterminação, a realização da descolonização" (...)

Para concluir a Presidente do MCP Português lembra que *"a Paz em Timor-Leste já tem um Plano e uma estratégia que consideramos de grande valor histórico e político. Refiro-me evidentemente, ao texto de Xanana Gusmão. Pensamos que a partir do Plano de Paz, se poderá efectivamente atingir, os objectivos pelos quais lutamos e tantos timorenses resistem heroicamente.*

"A ocupação, a guerra e a humilhação em Timor-Leste têm uma longa história de sangue e sofrimento. Não podemos adiar nem por um momento mais qualquer gesto pela liberdade de todas as mulheres e todos os homens de Timor.

V.5 - Estratégia para conseguir a Paz

Síntese da comunicação de *António Assunção Rosa*, estudante timorense a residir em Portugal desde 1987

(...) "A guerra em Timor-Leste não é uma mera reivindicação de uma menor ou maior autonomia, no contexto da Nação Indonésia. A guerra em Timor-Leste não é uma guerra civil, dentro do mesmo estado, em que se pretende impor, pela via armada, determinadas exigências de um sector da população. Nós não temos nada, absolutamente nada, a ver com a natureza do governo na Indonésia nem com outros aspectos políticos, económicos, religiosos, culturais ou étnicos da grande Nação Indonésia. A guerra em

Timor-Leste, é um conflito entre forças de agressão Indonésia e a resistência do Povo Maubere à sua contínua e bárbara ocupação.

"No contexto do domínio Indonésio, dificilmente a guerrilha altera a sua estratégia de se manter nas montanhas e dificilmente o Maubere se conforma com a dominação Indonésia, pelo que a transferência da luta de guerrilha, nas montanhas, para a luta urbana, é um avanço muito significativo para a questão de Timor-Leste. Esta transferência da guerrilha, nas montanhas, para a luta urbana, é um aspecto da resistência popular, exprime somente a posição de força de uma consciência nacional e patriótica de todos os filhos de Timor-Leste (...)

"Uma consulta organizada pelo Governo Indonésio só beneficiará os seus próprios interesses. Aliás, o Povo Maubere jamis aceitaria qualquer consulta organizada pelo poder ocupante, nesse caso, que é a Indonésia, pois a triste história da irian Jaya (Papuásia Ocidental), hoje a 26ª província da Indonésia, serviu de lição para os timorenses poderem (...) repudiar qualquer consulta organizada pelo governo Indonésio, com vista, ao Povo Maubere se auto-determinação.

"É necessário pois, que durante o período de transição todos os ***'transmigrasi'*** *- transmigrados, padres, e militares, abandonem o território para que não haja pressões. Na fase da politização e mentalização, antes de exercer o seu direito de voto, a administração transitória deve contar com a presença Portuguesa, sob os auspícios das Nações Unidas, e ela deve ser formada pelos Timorenses e Portugueses - Elementos da Convergência Nacionalista e outros Timorenses, mais idóneos, que sempre mostraram vontade para a autodeterminação.*

"Portugal, como potência Administrante de Timor-leste, deve ter uma acção mais enérgica e mais coerente na defesa dos direitos do Povo Maubere".

(...) "O Vaticano, deve ter uma posição coerente e aberta, isto é, condenar os actos violentos e bárbaros, praticados pela Indonésia, em vez, de instruir o seu Núncio em Jacarta, para aliciar os guerrilheiros à sua rendição".

V.6 - Guerra de resistência: o pilar principal para conseguir a autodeterminação e independência

Síntese da comunicação de *José Guterres*, timorense, ex-combatente das Falintil

Capturado em 1979 durante as campanhas de cerco e aniquilamento, participou no ataque ao posto emissor de televisão de Dili em 10 de Junho de 1980 (dia de Portugal) e de novo foi preso e torturado pelas forças indonésias. Fez parte do primeiro grupo de prisioneiros enviados para o campo de concentração da ilha de Ataúro onde permaneceu durante quatro anos sem qualquer julgamento. Graças à intervenção da Cruz Vermelha Internacional conseguiu sair de Timor em Fevereiro de 1987.

Actualmente tem 27 anos e trabalha no Gabinete de Informação da Fretilin.

"Apesar da grande diferença numérica e bélica do exército indonésio, desde o inicio da invasão, a FRETILIN sempre decidiu manter a guerra de resistência como a via mais importante para conseguir a Paz".

(...) "A FRETILIN, não só organizou a parte militar como também organizou a parte civil. De lembrar que entre o período de 1975-78, 80% da população se encontrava nas áreas controladas pela FRETILIN.

"Organizaram-se então serviços de saúde e de sanidade, criaram-se escolas e houve maior dedicação na agricultura. As próprias forças de guerrilha produziam e frequentavam escolas. O lema das FALINTIL era ***'Lutar, Aprender e Produzir'****. A FRETILIN, preparou-se para uma guerra de resistência prolongada e para contar com as próprias forças"*

(...) "Em 1978-79, o inimigo lança uma campanha de cerco e aniquilamento, utilizando nas suas operações grande número de efectivos, apoiados pela artilharia pesada, força áerea e naval, e até de armamento químico, contra a FRETILIN e a população que se encontrava nas áreas sob o seu controlo. A direcção da FRETILIN ficara aniquilada em 80%. O mesmo acontecera às FALINTIL. É nesse período que a FRETILIN ***"perde"*** *as bases de apoio. A população que a apoiava, parte dela tinha sido vitimada pelos bombardeamentos do inimigo, pela fome e pela doença e a outra parte tinha sido levada pelas forças indonésias para as zonas ocupadas.*

"Ao levar a população para as zonas ocupadas, o inimigo, estava insconscientemente a transferir as bases de apoio da FRETILIN para o seu próprio seio."

(...) "Com esta transferência, veio marcar uma nova étapa da luta de resistência ao alargamento da luta da frente armada para a frente clandestina.

"Um ano depois da transferência, as populações nas zonas ocupadas já estavam organizadas clandestinamente para dar continuação á guerra de resistência, como forma de conseguir a Paz. Assim, em 10 de junho de 1980, na capital de Timor-Leste, Dili, a resistência clandestina, liderada pelo desconhecido Pedro Fátima Manek, lança a primeira operação militar a partir das zonas ocupadas. Pedro Manek era comandante da FRETILIN no Sector Centro Norte, capturado durante a campanha de cerco e aniquilamento de 78-79 e depois de submetido a interrogatório e torturas juntaram-no a outros 30 combatentes da FRETILIN para serem executados em Taci Tolu. Pedro, conseguiu escapar-se durante a viagem para o local da execução, saltando para fora do camião que os transportava. Refugiando-se nas montanhas, conseguiu contactar um grupo de guerrilheiros da FRETILIN sob a chefia do comandante Alex, todos sobreviventes da referida campanha de cerco e aniquilamento.

"Entretanto, o comandante Xanana batia todo o território nacional com pequenas colunas com o fim de reunir todos os sobreviventes para uma nova reorganização da resistência. O grupo de guerrilheiros sob a direcção do comandante Alex, não tinham ainda sido contactado pelas colunas do comandante Xanana. Contudo, já se encontravam integrados na nova rede organizada pelo Pedro F. Manek, que ignorava as colunas de batida do comandante Xanana".

"Pedro entrou em Dili, disfarçado de vendedor de frutas e carvão, contactou os simpatizantes e militantes da FRETILIN que conhecia e, em pouco tempo, uma vasta rede clandestina ficara estabelecida em Dili."

"A falta de experiência na frente clandestina e visto que a maior parte dos quadros na direcção da rede clandestina tinham estado nas antigas zonas da FRETILIN, fez com que a direcção tomasse as mesmas medidas da frente armada e transpusesse as experiências adquiridas na luta armada para a frente clandestina.

"Assim, adoptaram-se as mesmas estratégias da luta armada na luta clandestina: golpes de mão, assaltos armados e outras acções de violência. Não se pensou em manifestações pacíficas. Também, naquela altura, qualquer manifestação pacífica ficaria

*inevitavelmente **'cilindrada'** pelas forças inimigas. De lembrar que naquela altura se verificava grande número de desaparecimentos e de execuções".*

(...) "As manifestações dos jovens que hoje têm lugar em Dili, são apenas a continuação da resistência que sempre existiu nas zonas ocupadas, concretamente, a partir de 1979, quando as bases de apoio da FRETILIN foram transferidas para as zonas ocupadas pelo inimigo".

(...) "O ambiente nas zonas ocupadas, tornava-se cada vez mais tenso à medida que chegavam informações do exterior sobre a situação política de Timor-Leste. A frente clandestina tornou-se o recipente das informações de todas as frentes, a frente armada e diplomática; servindo como meio de comunicação entre ambas, estando sempre informada sobre tudo o que acontecia."

"A manutenção da guerra de resistência tem por objectivo chamar a atenção da comunidade internacional para a determinação do Povo Maubere de ser livre e independente e de condenar a Indonésia pela invasão e ocupação de Timor-Leste, assim como as violações dos Direitos Humanos cometidas pelas forças indonésias em Timor-Leste e de encontrar uma solução justa para o problema.

"A guerra de resistência deve manter-se e intensificar-se até á retida total das forças inimigas/indonésias e de todos os indonésios de Timor-Leste.

"A manutenção da guerra de resistência é o pilar principal para conseguir a Paz. Os avanços de hoje, devem-se á guerra de resistência.

"As palavras de ordem lançadas pela FRETILIN desde o inicio da resistência armada são bem claras:

"PÁTRIA OU MORTE"
"RESISTIR É VENCER""

V.7 - Estratégias para alcançar a Paz e a Autodeterminação

Síntese da comunicação de *Luís Costa*, timorense

Ex-sacerdote católico, acompanhou a maior parte da população timorense protegida pela Fretilin nas montanhas durante os primeiros anos de ocupação. Foi detido, ameaçado e maltratado pelos ocupantes. É o Secretário da Fundação Austronésia "Borja da Costa" (nome do poeta maubere, irmão do Luís Costa, assassinado pelos ocupantes em dezembro de 1975).

(...) "A história ensina-nos para não cairmos nos mesmos erros que conduziam o Irian Jaya (Nova Guiné Papua Ocidental) a ficar sob o domínio indonésio. No período de transição, o governo de Jakarta manobrou instâncias da ONU e colocou todos os seus agentes à frente da administração de transição. Quando chegou a hora da consulta, Jakarta manobrou o referendum. Por isso, o governo de Suharto nunca organizará uma consulta para servir os interesses do povo de Timor-leste. É necessário, pois, que durante o período de transição, todos os indonésios - padres, religiosos, transmigrados e militares - abandonem o território para que não haja pressões. Na fase de politização e mentalização, antes de exercer o seu direito de voto, a administração transitória deve contar com a presença portuguesa, sob o auspício das Nações Unidas, e esta administração deve ser formada pelos portugueses e timorenses - elementos da Convergência Nacionalista e outros timorenses,

mais idóneos, que sempre mostraram vontade para a autodeterminação.

"Portugal, como potência administrante, deve ter uma acção mais enérgica e mais coerente na defesa dos direitos do Povo Maubere. Não deve limitar a sua acção a discursos pontuais, mas deve motivar e instruir os seus embaixadores a serem sensíveis à causa de Timor e desenvolver uma política que convença a opinião pública nacional e internacional sobre a violação dos direitos humanos e invasão de Timor-Leste pelas tropas indonésias e suas consequências. Deve apoiar a Convergência Nacionalista (CN) e propor ao Secretário Geral da ONU que aceite a CN fazer parte das conversações sobre o futuro de Timor.

"Além disso, se realmente Portugal está interessado na autodeterminação do Povo Maubere, deve garantir quadros timorenses especializados para o futuro de Timor. Para isso, sugiro que o governo estabeleça um programa especial de apoio ao ensino secundário com material escolar e com programas complementares de apoio escolar, e ainda de cooperação com as Universidades para a facilidade de entrada, sem as exigências do <<numerus clausus>>." (...)

Mais adiante, continua Luis Costa:

"Julgando-se com a guerra ganha, os indonésios dão largas às suas brutalidades, não respeitam as promessas de amnistia de Suharto e os assassinatos, os massacres em massa generalizam-se. Então, grande parte de sacerdotes em Timor toma atitudes corajosas de defesa do povo contra o invasor. Por sua vez, o ocupante passa a exercer pressões sobre os padres, os catequistas e cristãos de Timor, ameaçando uns, prendendo muitos e assassinando outros." (...)

"A igreja católica encontra-se sujeita a pressões políticas por parte dos militares e civis indonésios e a injúrias constantes por parte dos lacaios timorenses para a desacreditar, e sente intensamente o seu isolamento.

"O factor que contribui para que a Igreja Católica indonésia dê pouco apoio à causa de Timor é que ela está bastante comprometida com o regime de Suharto e não apenas por ser uma minoria de 2,5%, entre os 170 milhões de habitantes".

(...) "É necessário que todos os organismos (católicos e protestantes) dirigam os seus apelos à Santa Sé a favor de Timor-Leste e que mantenha sob a sua jurisdição a diocese de Dili, até ser alcançada uma solução justa, baseada no direito do Povo Maubere à autodeterminação".

V.8 - A preservação da identidade timorense: algumas propostas estruturais

Síntese da comunicação do *Brigadeiro Mário Lemos Pires*, ex-Governador do Timor-Português (1974-75)

Lemos Pires começa por fazer numerosas citações sobre o problema de Timor-Leste, das quais destacamos algumas:

*(...) "**<<Mataram e humilharam os pais, mas os filhos erguem-se orgulhosos de não serem indonésios e afrontam a morte para proclamar a sua diferença>>**. (Jean-Pierre Catry, no Diário de Notícias de 7 Fev. 90)*

"<<O ministro indonésio da defesa, general Benny Murdani declarou em finais de Fevereiro às forças timorenses em Dili que não admitiria 'mais violações da lei e ordem no território'; 'se alguém quizer manifestar-se a favor da independência, as nossas (indonésias) forças armadas destruirão tal tentativa>>" *(Jornal australiano Herald, citado no Diário de Noticias de 16 Mar. 90)*

"<<Os indonésios deveriam ter-se dirigido às Nações Unidas em vez de invadirem o território, uma vez que repetidamente alegam que o processo de descolonização estava em risco>>" *(Embaixador Costa Lobo, na Comissão dos Direitos Humanos da ONU, referido no Diário de Noticias de 7 Fev. 90)*

Tira depois conclusões sobre a tenacidade da resistência, o papel de relevo assumido pela igreja católica timorense *"na resistência à anexação indonésia"* e o papel de Portugal que, apesar da crítica timorense de que *"não tem feito tudo o que deve e pode fazer", "sempre afirmou a sua obrigação moral e histórica para com o povo de Timor".*

Refere que *"o governo indonésio considera a anexação irreversível"* e que *"a opinião mundial, após grande apatia sobre a situação em Timor-Leste, tem-se agitado em favor do povo timorense".*

Lembra o perigo *"de que a identidade timorense não resista no tempo, podendo acontecer que quando surgir a solução política já não haja povo timorense enquanto tal"* e as obrigações e interesses de Portugal envolvidos na questão.

Finalmente apresenta *"algumas propostas estruturais:*

"O estado português deve organizar-se de forma eficiênte para gerir a questão de Timor"

(...) "O sistema adoptado deve ter em prioridade o relacionamento fácil e funcional dos diversos elementos intervenientes para que seja possível conseguir, naturalmente, um consenso e convergência de esforços.

"É fundamental a ligação e o entendimento entre as estruturas do estado e as estruturas representantes do povo timorense.

"Por outro lado, o sistema deve relacionar-se com flexibilidade com os organismos internacionais e os parceiros estrangeiros mais privilegiados" (...)

"Com vista à preservação da identidade e património timorense preconizam-se duas estruturas:

- *"Um "Instituto (Fundação) Luso-Timorense", não estatal mas por este apoiado, tendo por finalidade manter e profundar as relações culturais luso-timorenses. Numa fase transitória teria também a finalidade de contribuir para preservar a identidade cultural timorense.*

- *"Um "Secretariado Geral dos Assuntos de Timor", orgão dependente do Governo Português, de preferência da Presidência do Conselho de Ministros, tendo por finalidade administrar o património (estudos, estatística, documentação, etc., reunindo de forma acessível o que existe e coligindo os novos dados) e os cidadãos timorenses (de forma específica em relação aos outros cidadãos portugueses e promovendo o seu desenvolvimento profissional). Seria dirigido por uma Alta Autoridade nomeada pelo Governo e poderia empregar uma percentagem significativa de cidadãos timorenses, (...)"*

(...) "Com vista à representatividade funcional do povo de Timor-Leste é vantajoso, mesmo necessário, que os timorenses livres da tutela indonésia, estejam organizados para manter funcional uma estrutura que os represente. Na fase actual parece ser a Convergência Nacionalista a estrutura adequada."

"O sistema preconizado deve ser aberto, pelo que todas as organizações, movimentos ou sedes de opinião, portuguesas, timorenses e mesmo estrangeiras, desde que positivamente interessadas na resolução da questão de Timor-Leste, devem ser ouvidas ou contactadas, em função do seu interesse e da oportunidade."

V.9 - Timor-Leste, perspectivar os caminhos do futuro

Síntese da comunicação do *Dr. José Ramos Horta*, timorense

Fundador da ASDT/Fretilin, representante permanente da Fretilin junto das Nações Unidas de 1976 a 1988, licenciado em Relações Internacionais pela Antioch College, e autor do livro "Funu, the unfinished saga of East Timor", é o director de um Programa de Treino Diplomático da Universidade de New South Wales, na Austrália.

"Timor-Leste no contexto geopolítico de 1975"

"1975, ano negro da história de Timor-Leste, de uma descolonização abortada, de guerra civil, negligência e desprezo, imaturidade colectiva dos aspirantes à liderança política timorense e invasão sangrenta, foi igualmente um ano de grandes convulsões na região e no mundo. Do corno da África à África Austral e á Indochina, os dominós foram caindo. No corno da África assistiu-se ao derrube de Hailé Selassié e uma longa presença americana foi terminada. Somado ao controle soviético sobre o golfo de Aden e a enorme base naval de Berbere, os americanos viam assim as suas posições no Mar Vermelho e no Indico serem seriamente comprometidas. A derrota americana no Camboja, Laos e Vietname (o segmento de filme mostrando o helicóptero americano aterrando sobre um helioporto improvisado no tecto da Embaixada americana em Saigão, safando dezenas de americanos e colaboracionistas em pânico, ilustra bem o drama da debandada americana de 1975); o fiasco da intervenção da CIA em Angola, a intervenção cubana e a vitória do MPLA; a conquista do poder em Moçambique pela FRELIMO; a ameaça da instalação em Portugal de um regime que seria anátoma aos interesses americanos e da NATO, foram eventos que pareciam confirmar a ***'teoria do dominó'*** *de Lyndon Bird Johnson. É nesse contexto de dramáticas alterações no equilíbrio regional que surge a questão de Timor-Leste. Assim, para os E.U.A., humilhados a traumatizados pelo Vietname, com a sua credibilidade de guardião de* ***'status quo'*** *e da estabilidade seriamente afectada, o problema de Timor-Leste não iria certamente ocupar as atenções das altas hierarquias do departamento de Estado e do Conselho de Segurança Nacional. Aliás, o então Secretário de Estado Americano, Henry Kissinger, instruiu no Verão de 1975 o seu Embaixador em Jakarta para reduzir o volume de relatórios sobre Timor-Leste para o Departamento de Estado porque, segundo ele,* ***<<os E.U.A. têm outras preocupações maiores em outras partes do mundo>>.*** *O desinteresse e desengajamento americanos traduzir-se-iam assim em* ***'luz verde'*** *para os militares indonésios resolverem o problema como melhor entendessem.*

"Também para os militares indonésios, os dramáticos eventos de 1975 tiveram um impacto profundo. A onda de vitória das forças de esquerda nos vários continentes não deixava de os inquietar. Assim, a instalação em Timor-Leste de um regime marxista era simplesmente intolerável. No entanto, a paranoia dos generais indonésios foi sempre um

expediente para esmagar impiedosamente toda e qualquer dissidência doméstica. Sempre defendi e defendo a tese de que a invasão de Timor-Leste pela Indonésia pouco tinha a ver com uma ameaça comunista, mais imaginária do que real, e muito com uma preocupação mais real e racional: um Timor-Leste independente daria novas esperanças aos vários grupos separatistas que estão pouco mais do que latentes no arquipélago. Por outro lado, sempre existiu e existe na Indonésia uma certa escola que não esconde os sonhos de ver recriada uma Indonésia maior para além das fronteiras coloniais holandesas. Para essa escola, (...), a incorporação de Timor-Leste na Indonésia não só seria mais um passo na recriação de uma Indonésia maior como era lógico.

"A teoria da ***'ameaça'*** *soviética no Sudeste Asiático (SEA) era negada pelos próprios estrategas indonésios, os quais viam a URSS e o Vietname como elementos neutralizadores de uma possível expansão chinesa para o sul.Em sequência lógica desse pensamento, Jakarta nunca hostilizou Moscovo e vice-versa. Não seria pois em nome da* ***'fraternidade socialista'*** *por uma FRETILIN ideologicamente indefinida (no seu seio se misturavam Marxistas, Sociais Democratas, estes em esmagadora amioria, e anti-comunistas primários, estes em maior número que os marxistas mas menos influentes) que o Kremlin iria alterar a sua estratégia no SEA". (...)*

"Não é pois de admiriar que nunca um dirigente da FRETILIN foi recebido em Moscovo e, muito menos, que a FRETILIN tenha recebido um rublo ou um fusil russo". (...)

"Já em 1974, menos de um mês após a formação da Associação Social Democrata Timorense (ASDT) em 20 de Maio desse ano, desloquei-me ao Kupang, capital do Timor indonésio, onde mantive conversações com o Governador El Tari, e a Jakarta onde tive uma série de três encontros com o então Ministro de Negócios Estrangeiros indonésios, Adam Malik, e com outras possibilidades civis e militares. Em todos os encontros acentuei os seguintes pontos:

"Um Timor-Leste independente teria relações preferenciais com a Indonésia e outros países da ASEAN e com a Austrália;

"Um Timor-Leste independente optaria pela integração na ASEAN;

"Um Timor-Leste independente coordenaria as suas posições no plano de segurança e relações externas com a Indonésia.

"Com Adam Malik abordei mesmo algumas questões concretas e imediatas que confirmavam a nossa boa vontade e seriedade: o envio para a Indonésia de jovens timorenses para iniciarem estudo e treino diplomático no MNE indonésio. Oficiais militares timorenses seriam igualmente preparados na Indonésia." (...)

"O contexto de 1990"

"O quadro regional e internacional de 1990 é dramaticamente diferente do contexto de 1975 como descrevi atrás. A paranoia da ameaça comunista que justificava os desmandos dos regimes autoritários de direita está desacreditada. A paranoia da ameaça imperialista que justificava os desmandos dos regimes totalitários de esquerda está igualmente e decisivamente desacreditada. Os mitos de irreversibilidade foram destruídos. os tabus das fronteiras de Yalta, o pacto secreto Riebentrop-Molotov, o poder sacrossanto dos Estados e da jurisdição doméstica, cederam lugar á democracia, autodeterminação dos povos e a uma maior aceitação da universibilidade da aplicação das legislação de defesa dos direitos humanos." (...)

"Os ventos de mudança que sopram em todos os continentes pouco têm feito sentir-se na Indonésia. Essas transformações só poderão beneficiar os povos da Indonésia e

de Timor-Leste se houver agentes de mudança domésticos que sejam intervenientes activos no processo."(...)

"No plano táctico militar a Indonésia detém todas as iniciativas e a superioridade ofensiva em Timor-Leste. A resistência continua sem os meios mais básicos que poderiam influenciar uma alteração no plano estratégico. As acções da guerrilha são limitadas, esporádicas e sem grande impacto. No entanto, a guerra em Timor-Leste é uma hemorragia social e política que poderá seriamente afectar a presença indonésia. Não digo hemorragia económica porque os dispêndios com a guerra, dada as limitações da guerrilha em infligir danos substanciais, têm sido facilmente absorvidos e podem classificar-se como estando dentro de despesas de treino e preparação das forças armadas. A verdade é que Timor-Leste tem sido um campo de treino excepcional com fogo real para as forças armadas indonésias. Por outro lado, esta situação poderá arrastar-se por muitos mais anos com custos humanos inimagináveis para os timorenses.

"No plano político a Indonésia perdeu a guerra. Os 14 anos de uma ocupação selvagem só serviram para alienar mesmo os apologistas da integração e fortalecer os sentimentos nacionalistas daqueles que sempre idealizaram um Timor-Leste independente. A nova geração timorense que cresceu ou nasceu após a invasão está na linha da frente do combate pela liberdade e é a garantia de que a resistência prosseguirá." (...)

"Não havendo perspectivas de uma alteração política substancial na Indonésia ou no equilíbrio militar em Timor-Leste, resta-nos uma alternativa: fazer elevar os custos políticos e diplomáticos da guerra para que a Indonésia se sinta incentivada a procurar, pela via do diálogo, uma solução séria para o conflito. (...)

"A maior interdependência dos países torna cada país mais vulnerável às forças externas." (...)

Daí ser possível recorrer *"a outras formas de pressão cujo impacto seria equivalente aos custos militares."*

Nesta óptica Ramos Horta propõe uma ofensiva diplomática assente no conceito de *"conversações de mesa redonda sem pré-condições, no quadro da Res. 37/30 (...) da Assembleia Geral das Nações Unidas".*

(...) "O conceito de conversações sem pré-condições atiraria a Indonésia para a defensiva, retomando nós a iniciativa diplomática, multiplicando as nossas acções em várias frentes chaves, a saber:

"Nos E.U.A., junto do Congresso americano, Departamento de Estado, Casa Branca, CIA, Pentágono (são todas as agências que intervêm na formulação das grandes iniciativas diplomáticas americanas), Imprensa, ONGs, etc.;

Para esse efeito Ramos Horta propõe a contratação dos *"serviços de um <<lobbyista>> americano, cujos serviços seriam supervisionados pela Embaixada".*

Em Nova York a Resistência timorense não tem *"uma presença permanente por falta de meios financeiros. Seria necessário encontrar-se uma verba para se manter em NY dois timorenses dinâmicos com bons conhecimentos de pelo menos duas das cinco línguas oficiais da ONU, o inglês e o francês ou espanhol." (...)*

O ex-representante da Fretilin na ONU sugere também que *"a Resistência timorense deve ter uma presença mais contínua em Estrasburgo, Bruxelas e Genebra."*

(...) "A resistência deve estar igualmente representada no Japão com um representante em Tóquio o qual cobriria igualmente alguns países da ASEAN (as Filipinas e a Tailândia) e a Coreia do Sul." (...)

"Tudo isto implica um orçamento adequado. No entanto, os custos não serão exagerados e poderiam ser facilmente cobertos desde que haja vontade política de quem de direito." (...)

"Concomitantemente, a nossa estratégia deve ser focalizada para um embargo de armas ofensivas à Indonésia, caso a Indonésia mantenha uma posição de inflexibilidade.

"A actual conjuntura regional e internacional joga a nosso favor. A Indonésia não enfrenta hoje, como aliás nunca enfrentou, qualquer ameaça externa à sua segurança. O relaxamento das tensões mundiais e regionais retiram aos generais indonésios a sua paranoia da ameaça comunista e que justificava a aquisição de meios sofisticados de defesa. Em quase todos os países industrializados e produtores de armas existem legislações proibindo a transferência de armas para zonas de conflito. É o caso dos E.U.A. onde existe legislação específica proibindo o uso das armas americanas em guerras de agressão. Com base nessa legislação não seria irrealista iniciar-se um processo legal num Tribunal estadual com vista a obter-se uma proibição de venda de armas à Indonésia. Outros países como o Canadá, Reino Unido e a Suécia têm idêntica legislação.

"Finalmente, devem-se encontrar formas de apoiar a Resistência timorense nas várias frentes de luta." (...)

VI - SESSÃO DE ENCERRAMENTO: TIMOR-LESTE TERRA DE ESPERANÇA (*)

VI.1 - Intervenção do *Sr. General Ramalho Eanes*, ex-Presidente da República (de 1975 a 1980 e de 1980 a 1985) e Conselheiro de Estado (**)

1 - (...) "Timor como problema de consciência para a nação portuguesa"

"Sobre este aspecto - magno, em minha opinião - tudo foi dito já.

"Limitar-me-ia, contudo, a sublinhá-lo reproduzindo poesia recentemente publicado, de João Sant'iago:

<<" Abandonados lá no fim do mundo
Na terra que foi nossa e já não é ...
Agora escravos, por nossa culpa e risco
(...)
Aos poucos vão morrendo os que ficaram,
- Em cada homem existe uma verdade -
Também se morre um pouco em cada dia,
Quando se perde a força, a liberdade">>

2 - "Timor, perante a comunidade internacional representada pela ONU"

"Timor é, inquestionável e privilegiadamente, um problema da comunidade internacional. Não é, nunca foi, como por vezes se tem pretendido, um mero contencioso entre a invasora Indonésia e Portugal.

"O nosso país é apenas potência administrante, e mesmo nesta qualidade, representa e actua em nome da comunidade internacional, que as Nações Unidas representam. A responsabilidade maior, não alienável, é a das Nações Unidas.

"A situação criada em Timor com a invasão, com o genocídio perpetrado pelo ocupante Javanês, com as violações sistemáticas dos direitos humanos, tornou cada vez mais internacional o problema de Timor, é cada vez maior a responsabilidade das Nações Unidas.

"Timor representa hoje, mais do que em qualquer outra altura, uma obrigação política inalienável das Nações Unidas.

(*) Na sessão de encerramento, além das intervenções que a seguir se reproduzem quase na íntegra, falaram o Coordenador das Jornadas e o Dr. Rui Quartim Santos (Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe que, no Ministério dos Negócios Estrangeiros é o mais alto funcionário encarregue especificamente da questão de Timor-Leste). Dado o carácter circunstancial da primeira destas intervenções, e a falta de texto escrito das segundas, omitimos uma e outra.

(**) Intervenção reproduzida quase na íntegra.

3 - "Timor no Contexto Geopolítico Mundial"

"Como é sabido, da II Guerra MUndial sai um mundo bipolarizado, com uma correlação de forças extremamente favorável à potência marítima - os EUA.

"Sabido é, também, que pouco tempo depois, a potência continental, a URSS, procura modificar essa correlação de forças. Na verdade o expansionismo soviético-comunista mostra a sua determinação ao questionar, ***"no próprio terreno"****, a posição dos EUA. E o tempo da discussão directa e indirecta (conflitos clássicos, crises, guerrilhas) e da guerra fria.*

"Lembra-se, apropósito, e quanto ao Pacífico, que:

- *"A URSS apoia e estimula a guerra na Indochina (logo em 46) e que, após a saída dos EUA, em 54, ocupa a base de Cam-Ran e passa a usufruir de facilidades navais e aéreas em Da-Nang.*
- *"De 48 a 57 a guerrilha comunista dilacera a Malásia.*
- *"De 49 a 53 a guerrilha perturba as Filipinas.*
- *"De 50 a 53 a guerrilha da Coreia ameaça directamente o* ***"controlo do anel marítimo"*** *dos EUA.*
- *"A URSS se transforma numa surpreendente potência naval.*
  Na multifacetada resposta, à ofensiva estratégica soviética, no Pacífico, os EUA actualizam e reforçam, também, a sua tradicional política de expansão através dos Arquipélagos (política que já no século XIX os levara até ás Filipinas).
- *"É consabido, também, que a anecestral inimizade sino-russa, não debelada pela ideologia comunista, modificou a posição estratégica da União Soviética no Pacífico. Assim, a partir de determinada altura, a URSS:*
  1. *"Deixou de questionar o domínio estratégico dos EUA na área.*
  2. *"Elegeu, como objectivo principal, a fragilização do Império Chinês, criando obstáculos á sua expansão para o sul (guerra Sino-Vietnamita, invasão Cambojana, venda de armas à Indonésia) e obrigando-o a fixar meios militares consideráveis na sua fronteira S.E.*

"É neste contexto geopolítico que deve ser equacionda a problemática actual de Timor (é consabido que, infelizmente, os grandes poderes - e não só eles - obedecem a lógicas geopolíticas onde não cabem questões morais). Foi, aliás, essa lógica geopolítica que levou os EUA a ***"estimularem"****, (no mínimo), os já designados* ***"Estados de Segurança Nacional"*** *(de Marcos nas Filipinas, de Lon Nol no Canboja, de Suharto na Indonésia). Estados que, segundo A. Moreira, têm* ***"o exército no poder, o inimigo identificado no comunismo (...) necessidade assumida de segurança contra a agressão que poderá vir se santuários externos".***

"E foi ainda essa lógica que levou os EUA a ***"autorizar"****, objectivamente, a invasão de Timor e a reconhecer, objectivamente também, a validade da sua* ***"integração"*** *no Império Javanês.*

*"Lógica da mesma natureza leva a URSS a considerar a invasão de Timor um **"acto menor"**. Assumiu-o como um revés indirecto para a sua inimiga tradicional, a China. E aproveitou-o, obviamente, como motivo de ataque aos EUA, na cenografia da guerra fria de então.*

"A própria China, dadas a sua aliança tácita com os EUA e as suas inúmeras vulnerabilidades (internas e externas), reagiu com cautela, limitando-se praticamente, a apoiar, sem grande empenhamento, a posição portuguesa.

"Os diferentes poderes regionais, não tinham interesse económico em hostilizar a Indonésia e razão político-estratégica para contrariar a política dos EUA na área.

"Timor não podia, pois, por este conjunto de razões, (que aliás foram defendidas politicamente em Portugal, em determinada altura, por elementos altamente colocados) ter tido diferente resposta internacional em tempo de guerra fria.

"A situação internacional é hoje bem diferente, assim:

1. *"Os EUA deixaram cair Marcos, nas Filipinas.*
2. *"A guerra fria chegou ao fim, o que mais vulnerabilizou a China, já fortemente fragilizada, a China não é mais uma ameaça na área.*
3. *"A posição dos EUA e seus aliados reforçou-se significativamente no Pacífico.*
4. *"A situação internacional faz com que o poder americano tenha cada vez mais dificuldade em **"apoiar"** os **"Estados de Segurança Nacional"**, a Indonésia portanto, quer perante a sua opinião pública, quer internacionalmente.*

4 - "A questão de Timor como problema político do Estado . Português"

"Também sobre este aspecto tudo já foi dito. Continua a ser obrigação política irrecusável do Estado Português:

1. *"Tudo fazer no sentido de pôr termo ao genocídio, também cultural, a que a Indonésia continua a sujeitar o povo Maubere.*
2. *"Assumir inteiramente o papel de potência administrante levando-o ao limite da sua capacidade.*
3. *"Obrigar a comunidade internacional, em especial através das Nações Unidas, a assumir a principal responsabilidade em relação a Timor, que é simultaneamente um caso de descolonização, de agressão exterior, de genocídio, e de crimes contra a humanidade.*
4. *"Não recusar, com coerência, nenhuma acção que admissivelmente, possa levar á autodeterminação real, aceite por todo o povo Maubere.*
5. *"Aproveitar a presente situação internacional e a vulnerabilização consequente da Indonésia para uma nova ofensiva junto da opinião pública internacional e governos amigos (EUA e da CEE em especial).*

5 - *"Soluções"*

"A situação internacional presente e as oportunidades novas que abre, para a resolução do problema de Timor, aconselham a um estudo cuidadoso e urgente da situação e possibilidades de acção.

"Por isso mesmo, terminava, sugerindo que se constituisse um grupo de definição de uma estratégia, complementar à do governo, a adoptar para o caso de Timor. Do grupo de estudo fariam parte, obrigatoriamente, representantes suficientes do povo de Timor e da Igreja Católica.

"Aproveitando os resultados desta conferência, o estudo consideraria nomeadamente:

1. *"Situação actual de Timor (no quadro interno e externo presente).*
2. *"Vulnerabilidades da Indonésia (internas e externas).*
3. *"Modalidades de acção, não governamentais, aconselháveis.*
4. *"Eventual criação de orgãos e mobilização de meios necessários à operacionalização da estratégia adoptada.*

"O grupo funcionaria independentemente do governo português, para evitar que acções suas, ou medidas que viesse a propor, pudessem ser aproveitadas contra a imagem e acção, externas, do estado português.

"No horizonte político do povo Maubere brilha, justamente, nova e justificada esperança de liberdade. Liberdade que ele bem merece por um conjunto de indiscutíveis razões políticas e morais, e, também, pela impressionante coragem que o levou a resistir a todas as pressões para se dissolver no Império Javanês, conduzindo uma admirável guerra de guerrilha, num pequeno espaço insular, sem santuários de recuperação.

"A Xanana Gusmão, símbolo da determinação e luta do povo de Timor é devida homenagem, que eu, aqui, lhe presto."

VI.2 - Intervenção do *Dr. Paulo Pires*, timorense e Presidente da Comissão Politica da UDT (União Democrática Timorense) (*)

"Apraz-nos registar, com particular alegria, a presença de tantas personalidades com responsabilidades nos vários Orgãos de Soberania Nacional, nos vários níveis da Sociedade Civil Portuguesa, a presença de personalidades estrangeiras, a presença dos responsáveis dos vários grupos de Solidariedade para com a questão de Timor-Leste, a presença também permanente e empenhada dos meios de Comunicação Social. Este facto significa objectivamente que já passou o tempo em que a questão de Timor era quase considerada um ***Tabu****. Finalmente os orgãos de Soberania Nacional, a Sociedade Civil Portuguesa e outras estruturas da nossa comunidade, assumem com empenho a questão Timorense que, anos atrás, parecia perder-se no silência e no esquecimento.*

(*) Intervenção reproduzida quase na íntegra.

"Chegou a altura de Portugal, sem tibiezas, sem complexos de qualquer ordem, assumir publicamente a sua missão histórica para com o Povo de Timor, honrando assim, os compromissos celebrados há 500 anos com os vários reinos, de então, que constituem hoje o Povo de Timor.

"Durante os séculos de um convívio, houve laços duradoiros que se criaram entre os Povos de Portugal e de Timor, laços de amizade, laços de cultura, etc. Esses laços não podem ser rompidos pelos acontecimentos conjunturais da história dos Povos. Esses laços, apesar das actuais circunstâncias, continuam latentes e vivos.

"Foi Portugal que nos fez diferentes dos nossos vizinhos indonésios. Foi com Portugal que construímos, década após década, século após século, a nossa identidade cultural e espiritual.

"Por isso, Portugal é tão responsável como nós, os Timorenses, pela manutenção da nossa identidade própria, a nossa cultura, a nossa religião, a história. Temos escritos em comum. Esse algo com que une ultrapassa inclusivamente as coordenadas do espaço e do tempo, esvazia o conteúdo formal dos principios e normas que regem a relação entre os Povos.

"Se, por hipótese académica, se alterar o quadro institucional, jurídico, nacional e internacional, retirando a Portugal a sua responsabilidade sobre Timor, manter-se-à esse algo que une, exigindo de Portugal a assunção da sua responsabilidade moral e histórica. É este vínculo que faz de Portugal o responsável número um pela libertação do Povo de Timor e pela independência da ilha.

"Portugal só poderá clamar alto, que ***"deu novos mundos ao mundo"****, se Timor for também independente, como outras ex-colónias de expressão oficial portuguesa. Para esta tarefa histórica que se equipara às aventuras dos descobrimentos Portugueses dos séculos XV e XVI, Portugal deve contar connosco, o Povo de Timor e seus representantes.*

"A C.N. já realizou tarefas importantes numa fase difícil da nossa luta. Está noutra fase do seu crescimento e de desenvolvimento. A partir de hoje, ela terá de ser mais abrangente e deverá envolver todas as forças vivas da nossa Comunidade em Diáspora, terá de envolver os valores timorenses que também pretendem a libertação do Seu Povo e aspiram por uma Pátria Independente.

"A nossa Resistência não pode limitar-se apenas à luta armada, por ser conjunctural; não pode limitar-se apenas à luta politico-diplomática, por ela ser estratégica; a nossa Resistência terá de se estender também a todas as dimensões da nossa Sociedade Timorense, as quais constituem o fundamento da identidade do Povo Timorense. Porém, um aluno em 74/75, escreveu-me o seguinte: ***<<eles podem matar o corpo, mas nunca conseguirão matar o espírito>>****.*

"Fazemos votos para que iniciativas deste género sejam realizadas noutras Universidades Portuguesas, noutros Institutos, nas Fundações, etc.

"Não posso deixar de terminar a minha intervenção sem dirigir uma palavra de muito obrigado ao Senhor Reitor da Universidade do Porto, uma palavra de amizade ao Prof. Barbedo de Magalhães, Coordenador destas Jornadas e aos grupos de apoio que tornaram possível esta iniciativa."

VI.3 - Intervenção de *Abílio Araújo*, timorense, membro do Comité Central e Chefe da Delegação da Fretilin em Serviço no Exterior (DFSE) (*)

(...) "Em 26 de Abril passado, três estudantes timorenses de nome Fernão Trindade de 17 anos, Mário Trindade de 22 e Felisberto Mascarenhas de 23, foram presos e torturados pela polícia militar Indonésia em Timor-Leste. Os estudantes foram presos e torturados. Estas foram informações que recebemos da Austrália, datada de hoje. Começo por dizer este facto para realçar outro facto evidente, que ao longo destes dias e neste preciso momento, há um povo que continua a lutar, há um povo que continua a resistir, e há um regime que continua a exercer toda a sua barbárie sobre um povo inocente, indefeso, que unicamente reclama pela sua liberdade.

"Felizmente a presença de V.Exªs prova uma vez mais que há em Portugal um consenso sobre a necessidade de pôr fim ao genocídio e ao martírio do povo de Timor.

***"Timor, terra de esperança"**, foi o signo destas IIªs Jornadas. Timor espera de Portugal força para juntar à sua força, determinação para unir à sua determinação, que vem demonstrando ao longo de 15 anos. Depois destes 15 anos, não obstante as dificuldades, não obstante os problemas, não obstante as crises que ocorreram no seio da Resistência, não obstante a divisão que teve lugar desde o principio com a guerra civil, não obstante tudo isso tivemos a oportunidade de verificar ao longo destas Jornadas a contribuição dos timorenses, de dirigentes da Convergência Nacionalista, de membros da UDT e da Fretilin, doutros independentes que também demonstraram vontade de trabalhar para o objectivo comum que é a libertação de Timor-Leste." (...)*

"Nestes quinze anos de sofrimento continuamos num processo, se me permitem que utilize a palavra, de auto-crítica. A sociedade timorense, os timorenses, os responsáveis timorenses, continuam a esforçar-se por ultrapassar tudo quanto possa constituir óbice para um maior engajamento, um maior envolvimento de todos os timorenses nesta luta. E o exemplo vem precisamente do nosso povo, do interior do nosso território onde as forças vivas, a igreja, a resistência armada e os elementos activos da resistência clandestina dão as mãos para mostrarem ao mundo a sua determinação de que querem ser livres e independentes. Também para mostrar ao regime da Indonésia que os timorenses não se deixarão subjugar facilmente. A estratégia, o plano militar dos generais indonésios de tomar Timor-Leste em três dias está praticamente posto em causa. É que o povo de Timor continua a lutar, continua a resistir.

"O espírito de unidade anima os dirigentes da Convergência Nacionalista, no sentido de a tornarem um instrumento eficaz para a prossecução da nossa luta no exterior. Nós temos a noção de que a C.N. é um passo, mas um passo histórico, necessário, capaz de gerar outros desenvolvimentos e é nesse aspecto que também quero afirmar aqui, que os responsáveis da C.N. de modo algum desperdiçarão os valores intelectuais, profissionais e as capacidades que os timorenses individualmente ou em grupo já demonstraram ao longo destes quinze anos.

"Quero frisar as palavras do Dr. Paulo Pires de que nós todos somos poucos para o grande empreendimento que nos espera. Esta a nossa determinação, esta a nossa vontade. Esperamos que da parte de Portugal também haja uma resposta a esta nossa determinação. Nós somos um povo pequeno, somos um povo fraco, somos um povo indefeso mas temos uma grande vontade de continuar a nossa luta para a nossa libertação e independência.

(*) Intervenção reproduzida quase na íntegra.

"O nosso povo, nestes anos, aumentou a sua identidade, identidade que foi forjada com o apoio de Portugal. Ao prosseguirmos a nossa luta em Timor-Leste nós estamos cientes de que também iremos manter viva no Extremo Oriente a língua Portuguesa, iremos manter viva no Extremo Oriente a presença portuguesa, e a amizade que sempre uniu o povo timorense ao povo português.

"Minhas Senhoras e meus Senhores, nós vamos sair desta reunião mais esperançados, mais fortalecidos, na certeza de que o esforço produzido nestes dias constituirá motivo e fornecerá pistas para a nossa acção. Da parte dos timorenses, tudo iremos fazer para colaborar com os esforços de Portugal com vista à libertação do nosso país. E esperamos que este esforço conjunto poderá fazer resultar grandes esperanças, não só para nós que estamos no exterior, mas principalmente para o nosso povo a combater em Timor-Leste."

VI.4 - Intervenção do Sr. Deputado pelo PSD (Partido,Social Democrático) *António Sousa Lara*, Presidente da Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da Situação de Timor-Leste

O Deputado Sousa Lara é Doutorado em Ciências Sociais, Professor Catedrático da Universidade Lusíada e Professor da Universidade Internacional. Autor de vários livros e publicações, entre os quais *"A Subversão do Estado"* e *"Elementos de Ciência Política"*, é membro de várias instituições académicas de Portugal, Brasil, Espanha e Itália. É condecorado com várias ordens honoríficas estrangeiras: - Ordem de Malta, Santo Sepulcro, Isabel a Católica, Mérito Civil de Espanha, Polónia Restituta, etc.(*)

*"Li e ouvi, com o maior interesse e proveito, as valiosas comunicações apresentadas que creio ficam a constituir um **"dossier"** muito valioso e de grande actualidade sobre este assunto.*

*"Sei que é intenção da Universidade do Porto, promover a publicação das **"actas"** destas segundas jornadas, á semelhança do que já fez nas primeiras.*

*"Será de redobrada utilidade, a edição, ao incluir, no final de cada comunicação, um pequeno sumário em Inglês ou Francês, possibilitando, assim, a sua maior divulgação no estrangeiro. Mais do que um arquivo de boas posições, importa transformar estas **"actas"** numa verdadeira arma de arremesso.*

"É evidente, e é justo, que se considere a questão de Timor como um problema dos políticos. Na verdade foram políticos, civis e militares, que o desencadearam e, além do mais, cabe-lhes, pela natureza das suas funções, o desempenho de tais responsabilidades em primeiro lugar.

"Mas os dramas inerentes à tão clamorosa situação em que o povo de Timor se encontra e que nunca é muito publicitar, dizem respeito a toda a Humanidade.

(*) Intervenção reproduzida quase na íntegra.

"Chegam-nos notícias fidedignas de presos políticos, sequestrados, torturados, mutilidados e mesmo mortos na idade de quinze e dezasseis anos, de sacerdotes presos e vilipendiados quotidianamente, de esterilizações compulsivas de jovens mauberes, de deslocações forçadas de populações, de fome deliberadamente provocada, de migrações forçadas, de violações permanentes do correio, de um rosário infindo de brutal desrespeito pelos direitos humanos mais elementares e evidentes.

"Serão estes assuntos da exclusiva competência dos políticos ou deverá, também, a sociedade civil, (as sociedades civis, melhor dizendo), revoltar-se de ***motu próprio****?.*

"E se se trata, como penso, de um dever de todos, interrogo-me:

"Onde estão os boicotes à Indonésia, por exemplo?

"Onde estão os sindicatos operários a formarem uma cadeia internacional de solidariedade contra tal ditadura ignóbil; onde estão as universidades e as demais escolas a juntarem vóz à corajosa e louvável iniciativa da Universidade do Porto, promovendo concertadamente uma cadeia de debates e de colóquios sobre a situação de Timor, mostrando a sua identidade política, cultural, histórica e religiosa; onde está a comunicação de massas, nacional para começar, mas internacional sem dúvida também, utilizando o seu poderíssimo quarto poder, a agitar, sistematicamente, as consciências incautas, adormecidas e ignorantes ou a assustar as conivências cumplices mostrando a crueza da verdade do genocídio em curso; onde estão as igrejas , revestidas da sua autoridade, as confissões religiosas cristãs que acabam de festejar a independência da Namíbia, a apoiar o clero heroico de Timor; onde estão os países de Leste europeu que celebram com alegria a liberdade - a Polónia, Santo Deus, ao menos ela, tantas vezes vítima de perseguições e genocídios e afinal sempre vitoriosa porque firme e intransigente no seu combate; onde estão os Estados Unidos da América, nossos amigos, campeões da democracia e da liberdade, defensores dos direitos humanos, onde estão neste calvário?

"Não nos digam que soceguemos e que abrandemos o grito de revolta de quem quase não tem voz.

"Os que querem tolerância peçam-na aos timorenses que vão morrer, os que querem paciência aos que vão ser torturados.

"Não há ditaduras eternas. A de Suharto vai acabar um dia.

"A fábula do leão moribundo há-de repetir-se, uma vez mais.

"Mas neste momento importam-nos as pessoas concretas que hoje sofrem, pessoas todas diferentes e que se não repetem mais.

"Nós podemos fazer, sempre, qualquer coisa mais, e juntos poderemos fazer muito. Basta começar por dizer com convicção ***"eu quero"****.*

"Magnífico Reitor, minhas senhoras e meus senhores:

"Quero acabar como comecei, há dias, com palavras de gratidão e de esperança.

"Á Universidade do Porto direi, gratíssimo: obrigado, parabéns e continuem.

"E a todos nós, que aprendemos agora mais qualquer coisa, a fraternidade de um abraço empenhado na luta, pois é de um combate que se trata, a saudação sempre próxima a quem longe, mesmo, se irmana num ideal que é comum."

VI.5 - Síntese da intervenção do *Sr. Professor Alberto Amaral*, Reitor da Universidade do Porto (*)

Depois de agradecer a presença de todos os participantes, nomeadamente os estrangeiros, personalidades políticas, timorenses e representantes da Convergência Nacionalista, e de agradecer a colaboração de diversas entidades e grupos de solidariedade na realização das Jornadas, o Reitor lembra *"um conjunto de direitos inalienáveis (dos povos) entre os quais se contam, naturalmente, o da existência, o da autodeterminação política, o da manutenção da cultura. Direitos a que se associa naturalmente o respeito pelos Direitos Humanos (...) que a Indonésia tem vindo a espezinhar sistematicamente"*.

E continua:

"Temos assistido durante estes anos a uma série longa de cumplicidades internacionais que têm feito esquecer por vezes o problema de Timor, quanto mais que acontecimentos periódicos na cena internacional assumem frequentemente grande vulto junto da opinião pública, obscurecendo assim o drama deste povo oprimido.

"Porém os destinos da história são imparáveis e nos últimos anos temos aprendido que as ditaduras não são eternas e que, felizmente, a velocidade a que os ditadores vão desaparecendo da cena política, tem vindo a aumentar significativamente na última década. Aqui cabe dizer-se, com toda a frontalidade, que a Indonésia vive um regime ditaturial e como tal deverá ter o seu destino marcado.

"Cumpre portanto ter esperança no futuro, mas não uma esperança contemplativa e sim uma esperança actuante. É assim fundamental despertar a comunidade internacional para o problema de Timor-Leste, quer pela actuação constante junto da opinião pública quer pela utilização de diversas metodologias que aqui foram expostas e que eu me escuso repetir.

"Nestas situações, as universidades pela sua independência, pelo seu peso moral, como sedes de livre discussão de ideias e princípios, poderão desempenhar um papel extremamente relevante. Neste quadro se compreende esta nova intervenção da Universidade do Porto.

"Como reitor da Universidade quero assumir aqui um compromisso, compromisso que vem de uma ideia do deputado António Sousa Lara, o da publicação de documentos produzidos nestas Jornadas, acompanhados, naturalmente, por resumos em Francês ou Inglês, os quais serão enviados às Universidades congéneres da Europa e de todo o mundo, bem como um pedido de intervenção junto dos organismos internacionais a que pertencemos e dos quais citamos:

- Conselho de Reitores Europeus;
- Associação Internacional de Universidades;

pedindo a divulgação do caso de Timor, junto das comunidades universitárias de todos os países. O mesmo foi já feito recentemente em relação a um problema da Turquia e naturalmente será fácil um apoio da mesma natureza para Portugal e para o caso de Timor.

"Termino assim agradecendo mais uma vez a participação de todos, a colaboração da organização e com uma última palavra, para os nossos irmãos Timorenses: - Não desistam que nós também não faltaremos. Muito obrigado."

(*) A Universidade do Porto é a maior do País, em número de alunos e de cursos.

Voto aprovado por unanimidade pela Assembleia da República em 3/5/90

"Realizaram-se nos dias 28, 29 e 30 de Abril e 1 de Maio as II Jornadas sobre Timor-Leste, promovidas pela Reitoria da Universidade do Porto, nas quais participaram representantes da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, grupos de solidariedade com o povo de Timor, personalidades religiosas, políticas e culturais, nacionais e estrangeiras, nomeadamente dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da Austrália, e ainda o bispo resignatário anglicano de Nova Iorque Paul Moore, e um elemento do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

"Durante as Jornadas, procedeu-se a uma ampla reflexão sobre aquele grave problema, sendo de destacar os depoimentos recolhidos sobre a reiterada violação dos direitos humanos do povo de Timor-Leste por parte da potência invasora.

"A Assembleia da República saúda a realização das II Jornadas sobre Timor-Leste, congratula-se pelo êxito desta iniciativa e reafirma a sua disponibilidade para, no âmbito das suas atribuições, desenvolver todos os esforços tendo em vista contribuir para se alcançar o objectivo constitucional da autodeterminação e independência de Timor-Leste"